
PLANO MUNICIPAL

Emergência de Proteção Civil



CÂMARA MUNICIPAL DE ALMEIRIM

MARÇO DE 2020

(APROVADO EM REUNIÃO DE ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALMEIRIM DE 16 DE MARÇO DE 2020)

Índice

Índice	3
Índice de figuras	5
Índice de tabelas	6
Ficha Técnica do Plano	8
I. Lista de acrónimos	10
II. Referências legislativas	14
III. Registo de atualizações e exercícios	17
a) Lista de Controlo de Atualizações do Plano	17
b) Lista de Registo de Exercícios do Plano	18
Parte I — Enquadramento	21
1. Introdução	21
2. Finalidade e objetivos	25
3. Tipificação dos riscos	27
4. Critérios para a ativação	27
5.1 Competência para ativação do Plano	28
5.2 Critérios para ativação do Plano	29
Parte II — Execução	32
1 Estruturas	32
1.1 Estrutura de Direção Política	33
1.2 Estrutura de Coordenação Política e Institucional	33
1.2.1 Estrutura de Coordenação Política	33
1.2.2 Estrutura de Coordenação Institucional	34
1.3 Estrutura de Comando Operacional	34
1.3.1 Coordenador Municipal de Proteção Civil	34
1.3.2 Posto de Comando Operacional	35
1.3.3 Posto de Comando Operacional Municipal	36
2 Responsabilidades	38
2.1 Responsabilidades dos Serviços de Proteção Civil	39
2.2 Responsabilidades dos Agentes de Proteção Civil	41
2.3 Responsabilidades dos Organismos e Entidades de Apoio	45
3 Organização	51
3.1 Infraestruturas de relevância operacional	51

3.1.1	Rede Rodoviária	51
3.1.2	Rede de Telecomunicações	53
3.1.3	Sistemas de abastecimento de água em alta	53
3.1.4	Infraestruturas de Saneamento de Águas Residuais.....	54
3.1.5	Infraestruturas de Gestão de Resíduos	55
3.1.6	Energia Elétrica.....	56
3.1.7	Gás Natural e Postos de Combustível	57
3.1.8	Áreas Industriais e Armazenamento	58
3.1.9	Elementos expostos estratégicos, vitais e/ou sensíveis para as operações de proteção e socorro	60
3.1.10	Equipamentos de Utilização Coletiva	61
3.1.11	Outros elementos expostos / Infraestruturas.....	63
3.1.12	Pontos de água de apoio ao combate a incêndios rurais	65
3.1.13	Postos de Vigia	65
3.2	Zonas de Intervenção	67
3.3	Mobilização e coordenação de meios.....	69
3.4	Sustentação Operacional	70
3.5	Notificação operacional	70
4	Áreas de Intervenção	72
4.1	Gestão administrativa e financeira	75
4.2	Reconhecimento e avaliação.....	79
4.2.1	Equipas de Reconhecimento e Avaliação da Situação (ERAS)	79
4.2.2	Equipas de Avaliação Técnica.....	82
4.3	Logística.....	84
4.3.1	Apoio logístico às forças de intervenção.....	84
4.3.2	Apoio logístico às populações	87
4.4	Comunicações	91
4.5	Informação pública.....	93
4.6	Confinamento e/ou evacuação	95
4.7	Manutenção da ordem pública	99
4.8	Serviços médicos e transporte de vítimas.....	103
4.8.1	Emergências Médicas.....	103
4.8.2	Apoio Psicológico	105
4.9	Socorro e salvamento.....	107
4.10	Serviços mortuários.....	109

Parte III — Inventários, Modelos e Listagens	117
1 Inventário de meios e recursos	117
2 Lista de contactos.....	122
3 Modelos.....	128
3.1 Modelos de Relatórios	128
3.1.1 RELIS – Relatório Imediato de Situação	129
3.1.2 RELGER – Relatório de Situação Geral	132
3.1.3 REDIS – Relatório Diário de Situação.....	137
3.1.4 Relatório Final da Emergência.....	145
3.2 Modelo de Requisições	153
3.3 Modelos de Comunicados.....	155
3.3.1 Modelo de aviso à população	156
3.3.2 Modelo de Comunicado de ponto de situação e evolução de ocorrências.....	158
3.3.3 Modelo de Declaração da Situação de Alerta/Contingência	159
4 Lista de distribuição	161
4.1 Serviços de Proteção Civil	161
4.2 Comissão Municipal de Proteção Civil (CMPC) de Almeirim.....	161
4.3 Agentes de Proteção Civil.....	161
4.4 Organismos e Entidades de Apoio	161
ANEXOS.....	163
Anexo I – Cartografia de suporte às operações de emergência de Proteção Civil	164
Anexo II – Programa de medidas a implementar para a prevenção e mitigação dos riscos identificados e para a garantia da operacionalidade do Plano.....	166
Estratégias para a mitigação de riscos	167
Estratégias gerais	167
Estratégias específicas.....	169

Índice de figuras

Figura 1 - Enquadramento geográfico do Município de Almeirim.....	21
Figura 2 - Estruturação do Plano	22
Figura 3 - Processo de ativação/desativação do PMEPC de Almeirim	28
Figura 4 - Estrutura de direção política, estruturas de coordenação política e institucional e estrutura de coordenação operacional.....	32
Figura 5 - Composição Posto de Comando Operacional	36
Figura 6 - Infraestruturas rodoviárias	51
Figura 7 - Antenas Telecomunicações	53
Figura 8 - Infraestruturas hidráulicas dos sistemas de abastecimento em “Alta”	54

Figura 9 - Infraestruturas de Saneamento de Águas Residuais	55
Figura 10 - Infraestruturas de gestão de resíduos	56
Figura 11 - Rede Elétrica.....	57
Figura 12 - Rede de Gás Natural e Postos de Combustível	58
Figura 13 - Áreas Industriais e Armazenamento	59
Figura 14 - Agentes e Estruturas de Proteção Civil	61
Figura 15 - Equipamentos de utilização coletiva.....	62
Figura 16 - Alojamento e património	64
Figura 17 - Pontos de água.....	65
Figura 18 - Postos de vigia.....	66
Figura 19 - Organização das diferentes zonas de intervenção	67
Figura 20 - Áreas de Intervenção do Plano	72
Figura 21 - Esquematização das Estrutura de Coordenação, Entidades intervenientes, Prioridades de ação e procedimentos/Instruções	72
Figura 22 - Fatores para ativação das diferentes áreas de intervenção	73
Figura 23 - Modelo de cartão de segurança.....	77
Figura 24 - Modelo de Cartão de Autorização de Acesso a Veículos	78
Figura 25 - Procedimentos e instruções de coordenação (gestão administrativa e financeira). 79	
Figura 26 - Procedimentos e instruções de coordenação (equipas de reconhecimento e avaliação da situação)	81
Figura 27 - Procedimentos e instruções de coordenação (equipas de avaliação técnica)	83
Figura 28 - Procedimentos e instruções de coordenação (apoio logístico às populações)	88
Figura 29 - Procedimentos e instruções de coordenação (comunicações)	92
Figura 30 - Procedimentos e instruções de coordenação (informação pública)	94
Figura 31 - Procedimentos e instruções de coordenação (confinamento e/ou evacuação)	96
Figura 32 - Procedimentos e instruções de coordenação (manutenção da ordem pública)	100
Figura 33 - Perímetros de Segurança e Segurança de Área	101
Figura 34 - Procedimentos e instruções de coordenação (serviços médicos e transporte de vítimas).....	104
Figura 35 - Procedimentos e instruções de coordenação (apoio psicológico).....	106
Figura 36 - Procedimentos e instruções de coordenação (socorro e salvamento).....	109
Figura 37 - Procedimentos de Coordenação dos Serviços Mortuários	111
Figura 38 - Instruções de Coordenação dos Serviços Mortuários.....	111

Índice de tabelas

Tabela 1 - Instrumentos de Planeamento e Ordenamento do Território	23
Tabela 2 - Matriz de Risco / Hierarquização do grau de risco.....	27
Tabela 3 - Responsabilidade dos Serviços de Proteção Civil	39
Tabela 4 - Responsabilidades dos Agentes de Proteção Civil	41
Tabela 5 - Responsabilidades dos Organismos e Entidades de Apoio	45
Tabela 6 - Designação da rede rodoviária do concelho de Almeirim.....	51
Tabela 7 - Pontes e viadutos da rede rodoviária.....	52
Tabela 8 - Infraestruturas associadas aos sistemas de abastecimento de água em alta existentes no município	54
Tabela 9 - Postos de abastecimento de combustível por concelho.....	58
Tabela 10 - Área industrial existente no município	59

Tabela 11 - Tipologia de indústrias no concelho.....	59
Tabela 12 - Agentes de Proteção Civil.....	61
Tabela 13 - Equipamentos de utilização coletiva.....	63
Tabela 14 - Alojamento e património.....	64
Tabela 15 - Localização das Zonas de Concentração e Reserva.....	68
Tabela 16 - Grau de prontidão e de mobilização.....	70
Tabela 17 - Mecanismos de notificação operacional às entidades intervenientes.....	71
Tabela 18 - Esquematização das entidades envolvidas em cada área de intervenção do PMEPC de Almeirim.....	73
Tabela 19 - Gestão administrativa e financeira.....	75
Tabela 20 - Equipas de Reconhecimento e Avaliação da Situação.....	79
Tabela 21 - Equipas de Avaliação Técnica.....	82
Tabela 22 - Apoio logístico às forças de intervenção.....	85
Tabela 23 – Apoio logístico às populações.....	87
Tabela 24 - ZCAP do município de Almeirim.....	90
Tabela 25 - Comunicações.....	91
Tabela 26 - Informação pública.....	93
Tabela 27 - Confinamento e/ou evacuação.....	95
Tabela 28 - ZCI do município de Almeirim.....	98
Tabela 29 - Manutenção da ordem pública.....	99
Tabela 30 - Serviços médicos e transporte de vítimas.....	103
Tabela 31 - Apoio psicológico.....	105
Tabela 32 - Socorro e salvamento.....	107
Tabela 33 - Serviços mortuários.....	109
Tabela 34 - ZRnM e NecPro do município de Almeirim.....	114
Tabela 35 - Meios e Recursos.....	118
Tabela 36 - Hotelaria.....	119
Tabela 37 - Postos de Abastecimento.....	120
Tabela 38 - Estratégias de mitigação para ondas de calor.....	169
Tabela 39 - Estratégias de mitigação para ondas de frio.....	169
Tabela 40 - Estratégias de mitigação para seca.....	170
Tabela 41 - Estratégias de mitigação para cheias e inundações.....	170
Tabela 42 - Estratégias de mitigação para sismos.....	171
Tabela 43 - Estratégias de mitigação para acidentes rodoviários.....	172
Tabela 44 - Estratégias de mitigação para acidentes aéreos.....	172
Tabela 45 - Estratégias de mitigação para transporte de mercadorias perigosas.....	172
Tabela 46 - Estratégias de mitigação para incêndios urbanos.....	173
Tabela 47 - Estratégias de mitigação para colapso de pontes e viadutos.....	174
Tabela 48 - Estratégias de mitigação para colapso de edifícios de utilização coletiva.....	174
Tabela 49 - Estratégias de mitigação para emergências radiológicas.....	174
Tabela 50 - Estratégias de mitigação para incêndios rurais.....	174

Ficha Técnica do Plano

Título:	Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de Almeirim
Descrição:	Plano geral de emergência de proteção civil, que define as orientações relativamente ao modo de atuação dos vários organismos, serviços e estruturas a empenhar em operações de proteção civil
Data de produção:	02 de fevereiro de 2018
Data da última atualização:	15 de março de 2019
Versão:	v. 1.0
Coordenador de projeto:	Paulo Resende Engenheiro (Proteção Civil)
Equipa técnica:	Telmo Ferreira Adj. de Comando (Bombeiros Voluntários de Almeirim) Susana Calado Técnica de Proteção Civil Andreia Gonçalves Técnica de SIG
Equipa do Município:	---
Estado do documento:	Parecer Favorável da Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil (ANEPC)
Nome do ficheiro digital:	PMEPC_Almeirim_VF

I. Lista de acrónimos

Apresenta-se seguidamente a lista de acrónimos utilizada no presente Plano:

AE	Autoestrada
AES	Associação de Empresas de Segurança Privada
AHB	Associação Humanitária de Bombeiros
AHBV	Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários
AM	Ante-mortem
ANEPC	Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil
ANSR	Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária
APA	Agência Portuguesa do Ambiente
APC	Agente de Proteção Civil
BAL	Base de Apoio Logístico
BV	Bombeiros Voluntários
CB	Corpo de Bombeiros
CCO	Centro de Coordenação Operacional
CCOD	Centro de Coordenação Operacional Distrital
CCOM	Centro de Coordenação Operacional Municipal
CDOS	Comando Distrital de Operações de Socorro
CDPC	Comissão Distrital de Proteção Civil
CEAP	Célula de Apoio
CECOC	Célula de Comunicações e Comando
CECOM	Célula de Comando
CEDIR	Célula de Direção
CELOG	Célula Logística
CELOP	Célula de Operações
CEPLAN	Célula de Planeamento
CM	Câmara Municipal
CM Almeirim	Câmara Municipal de Almeirim
CMA	Centro de Meios Aéreos
CMPC	Comissão Municipal de Proteção Civil
CNE	Corpo Nacional de Escutas
CNEPC	Comando Nacional de Emergência e Proteção Civil
CNPC	Comissão Nacional de Proteção Civil
CODIS	Comandante Operacional Distrital
COM	Comandante Operacional Municipal
COS	Comandante das Operações de Socorro
CPX	Command Post Exercise
CREIF	Carta de Risco Estrutural de Incêndio Florestal
CVP	Cruz Vermelha Portuguesa
DGS	Direção-Geral de Saúde
DIOPS	Dispositivo Integrado de Operações de Proteção e Socorro
DVI	Disaster Victim Identification Team

EAE	Estado de Alerta Especial
EAPS	Equipas de Apoio Psicossocial
EAT	Equipas de Avaliação Técnica
EDP	Energias de Portugal
EIP	Equipas de Intervenção Permanente
EM	Estrada Municipal
EML	Equipa Médico-Legal
EN	Estrada Nacional
ER	Estrada Regional
ERAS	Equipas de Reconhecimento e Avaliação da Situação
ERAV-m	Equipa Responsável Avaliação de Vítimas mortais
ESO	Esquema de Sustentação Operacional
FFAA	Forças Armadas
FEPC	Força Especial de Proteção Civil
FM	Frequência Modulada
FS	Forças de Segurança
GCIF	Grupo de Combate para Incêndios Florestais
GDH	Grupo/Data/Hora
GIPS	Grupo de Intervenção de Proteção e Socorro
GNR	Guarda Nacional Republicana
GRIF	Grupo de Reforço para Incêndios Florestais
HACCP	Hazard Analysis and Critical Control Points
HF	High Frequency
IC	Itinerário Complementar
ICNF	Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P.
IMT	Instituto da Mobilidade e dos Transportes
INAG	Instituto da Água
INEM	Instituto Nacional de Emergência Médica, I.P.
INMLCF	Instituto Nacional de Medicina Legal e Ciências Forenses
IP	Itinerário Principal
IP, S.A.	Infraestruturas de Portugal, S.A.
IPMA	Instituto Português do Mar e da Atmosfera, I.P.
ISS	Instituto de Segurança Social
JF	Junta de Freguesia
LBPC	Lei de Bases de Proteção Civil
LIVEX	Live Exercise
LVT	Lisboa e Vale do Tejo
MAI	Ministério da Administração Interna
MP	Ministério Público
MS	Ministério da Saúde
NecPro	Necretório Provisório
NUTS	Nomenclatura de Unidades Territoriais para Fins Estatísticos
OCS	Órgãos de Comunicação Social

OEA	Organismo e Entidade de Apoio
ONG	Organização Não-Governamental
OPTEL	Operador de Telecomunicações
PC	Posto de Comando
PCDis	Posto de Comando Distrital
PCMun	Posto de Comando Municipal
PCO	Posto de Comando Operacional
PDEPC	Plano Distrital de Emergência de Proteção Civil
PDM	Plano Diretor Municipal
PEOT	Plano Especial de Ordenamento do Território
PJ	Polícia Judiciária
PM	Post-mortem
PMA	Posto Médico Avançado
PMDFCI	Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios
PMEPC	Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil
PMOT	Plano Municipal de Ordenamento do Território
POSIT	Ponto de Situação
PPI	Plano Prévio de Intervenção
PRES CM	Presidente da Câmara Municipal
PSP	Polícia de Segurança Pública
PT	Portugal Telecom
REDIS	Relatórios Diários de Situação
RELESP	Relatório de Situação Especial
RELGER	Relatório de Situação Geral
RELIS	Relatório Imediato de Situação
REN	Rede Elétrica Nacional
REPC	Rede Estratégica de Proteção Civil
RMun	Rede Municipal
RNPV	Rede Nacional de Postos de Vigia
ROB	Rede Operacional de Bombeiros
RSB	Regimento de Sapadores Bombeiros de Lisboa
SEF	Serviço de Estrangeiros e Fronteiras
SEPNA	Serviço Especial de Proteção da Natureza e do Ambiente
SF	Sapadores Florestais
SGO	Sistema de Gestão das Operações
SIG	Sistema de Informação Geográfica
SIOPS	Sistema Integrado de Operações de Proteção e Socorro
SIRESP	Sistema Integrado de Redes de Emergência e Segurança de Portugal
SMPC	Serviço Municipal de Proteção Civil
SMS	Safety Management System
STF	Serviço Telefónico Fixo
TO	Teatro de Operações
UHF	Ultra High Frequency

ULPC	Unidade Local de Proteção Civil
VCOC	Veículo de Comando e Comunicações
VCOT	Veículo de Comando Operacional Tático
VHF	Very High Frequency
ZA	Zona de Apoio
ZAE	Zona de Atividades Económicas
ZCAP	Zona de Concentração e Apoio da População
ZCI	Zona de Concentração e Irradiação
ZCR	Zona de Concentração e Reserva
ZCRMun	Zona de Concentração e Reserva Municipal
ZI	Zona de Intervenção
ZRnM	Zona de Reunião de Mortos
ZRR	Zona de Receção de Reforços
ZS	Zona de Sinistro
ZT	Zona de Transição

II. Referências legislativas

Legislação Estruturante

- **Lei 65/2007, de 12 de novembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei 114/2011, de 30 de novembro** – *Enquadramento institucional e operacional da proteção civil no âmbito municipal, organização dos serviços municipais de proteção civil e competências do comandante operacional municipal*;
- **Lei 27/2006, de 23 de julho, com as alterações introduzidas pela Lei Orgânica 1/2011, de 30 de novembro e Lei 80/2015, de 03 de agosto, que a republicou** – *Lei de Bases da Proteção Civil*;
- **Decreto-Lei 134/2006, de 25 de julho, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei 114/2011, de 30 de novembro e pelo Decreto-Lei 72/2013, de 31 de maio** – *Sistema Integrado de Operações de Proteção e Socorro (SIOPS)*;
- **Resolução da Comissão Nacional de Proteção Civil 30/2015, de 07 de maio** – *Critérios e normas técnicas para a elaboração e operacionalização de planos de emergência de proteção civil*;
- **Decreto-Lei n.º 44/2019, de 01 de abril** - *Concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais no domínio da proteção civil*.

Legislação Técnico-Operacional

- **Despacho n.º 3551/2015, de 9 de abril, revisto pelo despacho n.º 3317-A/2018** – *Sistema de Gestão de Operações (SGO)*.
- **Decreto-Lei n.º 73/2013, de 31 de maio, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 163/2014 de 31 de outubro** – *Aprova a Lei Orgânica da Autoridade Nacional de Proteção Civil*.
- **Declaração da Comissão Nacional de Proteção Civil 344/2008, de 17 de outubro** – *Regulamento de Funcionamento dos Centros de Coordenação Operacional*;
- **Declaração da Comissão Nacional de Proteção Civil 97/2007, de 16 de maio** – *Estado de alerta especial para o Sistema Integrado de Operações de Proteção e Socorro (SIOPS)*;
- **Decreto-Lei n.º 112/2008, de 1 de julho, alterado pelo Decreto-lei n.º 114/2011, de 30 de novembro** – *Cria uma conta de emergência que permite adotar medidas de assistência a pessoas atingidas por catástrofes ou calamidade pública*.
- **Decreto-Lei 109/2009, de 15 de maio** - *Regime jurídico aplicável à criação e funcionamento das equipas de sapadores florestais no território continental português e regulamenta os apoios à sua atividade*;

Legislação Concorrente

- **Lei 58/2005, de 29 de dezembro, alterada pelo Decreto-Lei 245/2009, de 22 de setembro, pelo Decreto-Lei 60/2012, de 14 de março e pelo Decreto-Lei 130/2012, de 22 de junho** – *Lei da Água*: medidas de proteção contra cheias e inundações; medidas de proteção contra secas; medidas de proteção contra acidentes graves de poluição; medidas de proteção contra rotura de infraestruturas hidráulicas;

- **Decreto-Lei 364/98, de 21 de novembro** – *Estabelece a obrigatoriedade de elaboração da carta de zonas inundáveis nos municípios com aglomerados urbanos atingidos por cheias;*
- **Decreto-Lei 115/2010, de 22 de outubro** – *Estabelece um quadro para a avaliação e gestão dos riscos de inundações, com o objetivo de reduzir as suas consequências prejudiciais, e transpõe a Diretiva 2007/60/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de outubro;*
- **Portaria n.º 1532/2008, de 29 de dezembro** - *Aprova o Regulamento Técnico de Segurança contra Incêndio em Edifícios (SCIE).*
- **Decreto-Lei n.º 224/2015, de 9 de outubro** - *Estabelece o regime jurídico da segurança contra incêndios em edifícios.*
- **Decreto-Lei 124/2006, de 28 de junho, alterado pelo Decreto-Lei 15/2009, de 14 de janeiro, pelo Decreto-Lei 17/2009, de 14 de janeiro, retificado pela Declaração de Retificação 20/2009, de 13 de março, pelo Decreto-Lei 114/2011 de 30 de novembro e pelo Decreto-Lei 83/2014, de 23 de maio** – *Aprova o Sistema Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios;*
- **Decreto-Lei n.º 21/2018, de 28 de março** - *Aprova o Regulamento de Segurança de Barragens (RSB) e o Regulamento de Pequenas Barragens (RPB) e revoga o Decreto-Lei n.º 11/90, de 6 de Janeiro e posteriormente revisto pelo decreto-lei n.º 344/2007, de 15 de Outubro;*
- **Resolução do Conselho de Ministros 65/2006, de 26 de maio** – *Aprova o Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PNDFCI);*
- **Decreto-Lei 150/2015, de 05 de agosto** – *Prevenção de Acidentes Graves com Substâncias Perigosas;*
- **Decreto-Lei 41-A/2010, de 29 de abril, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei 206-A/2012, de 31 de agosto, pelo Decreto-Lei 19-A/2014, de 7 de fevereiro e pelo Decreto-Lei 246-A/2015 de 22 de outubro** – *Aprova o Regulamento do transporte terrestre, rodoviário e ferroviário, de mercadorias perigosas;*
- **Decreto-Lei 76/2016, de 9 de novembro** – *Aprova o Plano Nacional da Água;*
- **Lei 58/2007, de 4 de setembro** – *Aprova o Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território;*
- **Lei 31/2014, de 30 de maio** – *Lei de bases gerais da política pública de solos, de ordenamento do território e de urbanismo;*
- **Lei 75/2013, de 12 de setembro** – *Estabelece o regime jurídico das autarquias locais, aprova o estatuto das entidades intermunicipais, estabelece o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais e aprova o regime jurídico do associativismo autárquico;*

Legislação Diversa

- **Resolução do Conselho de Ministros n.º 87/2013, de 11 de dezembro** – Aprova o *Plano Nacional de Emergência de Proteção Civil*
- **Resolução 22/2009, de 23 de outubro** – *Plano Especial de Emergência para o Risco Sísmico da Área Metropolitana de Lisboa e Concelhos Limítrofes*;

Bombeiros

- **Decreto-Lei 241/2007, de 21 de junho, alterada pela Lei 48/2009, de 4 de Agosto, e pelo Decreto-Lei 249/2012, de 21 de novembro** – *Regime Jurídico dos Bombeiros Portugueses*;
- **Lei 32/2007, de 13 de agosto** – *Regime Jurídico das Associações Humanitárias de Bombeiros*;
- **Decreto-Lei 247/2007, de 27 de junho, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei 248/2012, de 21 de novembro** – *Regime Jurídico dos Corpos de Bombeiros*;
- **Despacho do Presidente da Autoridade Nacional de Proteção Civil 19734/2009, de 28 de agosto** – *Regulamento da organização e funcionamento da Força Especial de Bombeiros Canarinhos (FEB)*;

Comunicações

- **Resolução do Conselho de Ministros 56/2003, de 8 de abril** – *Redefine as condições de instalação do SIRESP – Sistema Integrado das Redes de Emergência e Segurança de Portugal* e determina a adoção de várias medidas concretas necessárias à respetiva implementação;
- **Lei 5/2004, de 10 de fevereiro, alterada e republicada pela Lei 51/2011, de 13 de setembro, posteriormente alterada pela Lei 10/2013, de 28 de janeiro e pela Lei 42/2013, de 3 de julho** – *Lei das comunicações eletrónicas*;
- **Decreto-Lei 53/2009, de 2 de março** – *Define as regras aplicáveis aos serviços de amador e de amador por satélite bem como a definição do regime de atribuição de certificados e autorizações especiais aos amadores e de licenciamento das estações de uso comum*;
- **Decreto-Lei 47/2000, de 24 de março** - *Regime jurídico aplicável à utilização do Serviço Rádio Pessoal - Banda do Cidadão*;

III. Registo de atualizações e exercícios

a) Lista de Controlo de Atualizações do Plano

Atualizações do Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil					
Versão	Alteração	Data da alteração	Data da aprovação	Entidade aprovadora	Observações
1	Elaboração do PMEPC	-	08/11/1999	CNPC	Submetido em 30/12/1999 ao SNPC
2	Revisão do PMEPC (totalidade do plano)	2018/2019			Atualização nos termos da Resolução 30/2015

De modo a garantir a permanente operacionalidade do PMEPC de Almeirim e a validação dos pressupostos nele contidos, serão realizados exercícios com periodicidade bienal (uma vez a cada dois anos), nos termos do disposto no nº 3 do artigo 8º da Resolução 30/2015. Os exercícios poderão envolver o teste à totalidade ou apenas a parte do Plano e ser do tipo CPX (Command Post Exercise), TTX (Table Top Exercise) ou LIVEX (Live Exercise).

[illegible]

PARTE I

- ENQUADRAMENTO

Parte I — Enquadramento

1. Introdução

De modo a dar cumprimento às suas responsabilidades no âmbito da proteção civil, o município de Almeirim procedeu à elaboração do presente Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil (PMEPC). A primeira versão data de 08 de novembro de 1999, tendo sido submetido ao SNPC em 30/12/1999.

O Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de Almeirim, adiante designado por PMEPC de Almeirim ou simplesmente Plano, é um plano de âmbito geral, elaborado para enfrentar a generalidade das situações de emergência que se admitem no âmbito territorial do município de Almeirim.

O PMEPC de Almeirim, assume-se como um instrumento flexível e dinâmico, de permanente atualização, no qual se encontram definidas as regras de orientação para as ações de prevenção e resposta operacional, de modo a garantir a unidade de direção e controlo, bem como uma adequada articulação e coordenação dos agentes de proteção civil e dos organismos e entidades de apoio a empenhar na iminência ou ocorrência de acidentes graves ou catástrofes.

O âmbito territorial de aplicação deste Plano é o concelho de Almeirim. Com uma área de 222,12 km², é constituído por 4 freguesias - Almeirim, Benfica do Ribatejo, Fazendas de Almeirim e Raposa. Faz fronteira a sul com os municípios de Salvaterra de Magos e Coruche, a oeste com o Cartaxo, a leste com a Chamusca, a norte com Alpiarça e com Santarém a Noroeste.

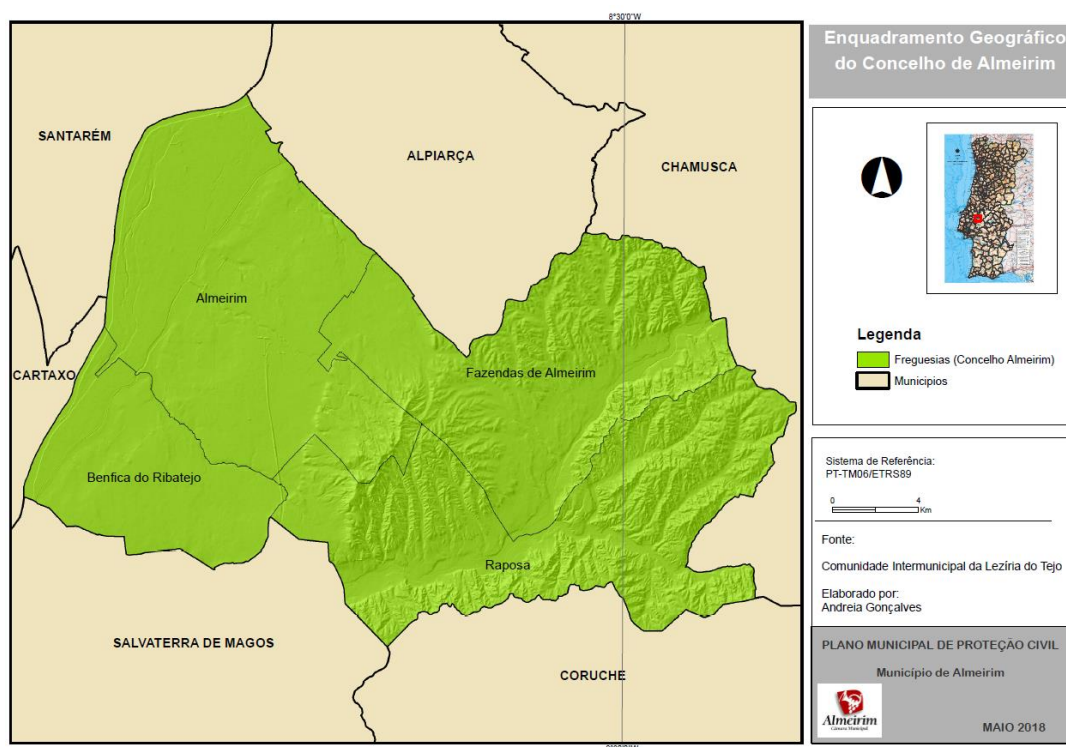


Figura 1 - Enquadramento geográfico do Município de Almeirim

(Fonte: Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo)

O diretor do PMEPC de Almeirim é o **Presidente da Câmara Municipal de Almeirim**, o qual será substituído, nas suas faltas ou impedimentos pelo substituto legal.

Compete ao diretor do Plano assegurar a direção, coordenação e controlo do PMEPC de Almeirim e das medidas excecionais de emergência, com vista a minimizar a perda de vidas e bens e os danos ao ambiente, assim como o restabelecimento, tão rápido quanto possível, das condições mínimas para a normalidade.

A elaboração do PMEPC de Almeirim foi regulada pela Diretiva constante da Resolução da Comissão Nacional de Proteção Civil n.º 30/2015 de 07 de maio, que contém os critérios e as normas técnicas para a elaboração e operacionalização de planos de emergência de proteção civil, e que segundo a qual deverá encontrar-se estruturado em 3 partes:

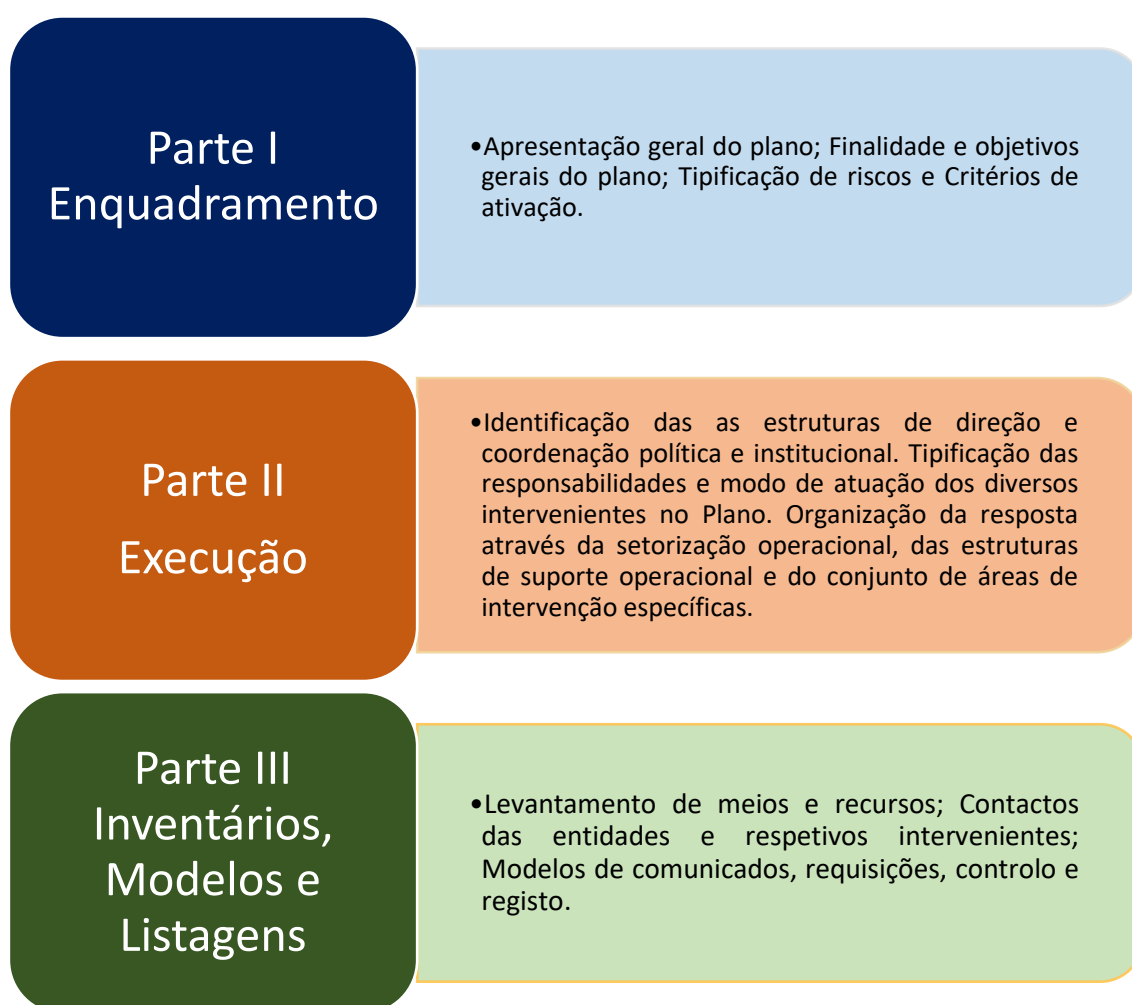


Figura 2 - Estruturação do Plano

Desde a sua primeira versão, o plano nunca foi ativado, revisto, assim como nunca foi alvo de exercícios com vista a testar a sua operacionalização.

Nos termos do n.º 12 do artigo 7º da Resolução n.º 30/2015, de 7 de maio, da Comissão Nacional de Proteção Civil (CNPC), o Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de Almeirim entra

em vigor no 1.º dia útil seguinte à publicação da deliberação de aprovação em Diário da República.

Articulação com instrumentos de Gestão Territorial

O conhecimento do ordenamento preconizado por os instrumentos de gestão territorial, permite uma caracterização geral da ocupação do espaço, facilitando a perceção de potenciais riscos e vulnerabilidades e das zonas de maior impacto para construção da matriz de risco e permite melhorar a preparação de eventuais planos de contenção, tanto na vertente de mitigação como na de contingência.

Na elaboração do PMEPC de Almeirim, procurou-se promover a articulação de modo direto entre o PMEPC de Almeirim, e os instrumentos de planeamento e ordenamento do território com incidência direta no município de Almeirim, conforme evidenciado no quadro seguinte:

Tabela 1 - Instrumentos de Planeamento e Ordenamento do Território

Nível do IGT		Designação do Instrumento
Âmbito Nacional	Plano Sectorial	Plano Nacional de Prevenção Rodoviária
		Plano Diretor Municipal
Âmbito Municipal	Planos Sectoriais	Plano Intermunicipal da Defesa da Floresta Contra Incêndios
Instrumentos de planeamento de emergência	Planos Gerais	Plano Distrital de Emergência de Proteção Civil de Santarém
		Planos Municipais de Emergência de Proteção Civil dos municípios adjacentes
	Planos Especiais	Plano Especial de Emergência para Cheias na Bacia do Tejo

PLANO NACIONAL DE PREVENÇÃO RODOVIÁRIA (PNPR)

O Plano Nacional de Prevenção Rodoviária visa a criação das condições necessárias para uma atuação consistente e tecnicamente fundamentada no sentido de uma substancial melhoria da situação em Portugal em termos de segurança rodoviária.

O PNPR contempla a correção de zonas de acumulação de acidentes de maior índice de gravidade, as quais deverão ser prontamente sinalizadas até à concretização das necessárias medidas corretivas.

PLANO DIRETOR MUNICIPAL (PDM)

O Plano Diretor Municipal de Almeirim (PDM) constitui o instrumento de referência para a gestão do território. Nele encontram-se definidas as principais linhas diretoras da organização espacial e funcional do território, assim como as premissas fundamentais para a concretização das expectativas de vida e desenvolvimento da população, delineadas pelos responsáveis políticos eleitos.

Com o objetivo de garantir uma melhor identificação dos riscos com maior probabilidade de ocorrência no território concelhio foi promovida a articulação entre o PMEPC de Almeirim e o

PDM de Almeirim, tendo sido desenvolvidas sinergias para a identificação de riscos e vulnerabilidades e também para a harmonização de bases cartográficas, entre ambos os planos.

Em futuros processos de planeamento recomenda-se que o PDM possa incluir informação, também georreferenciada das áreas de risco e/ou de relevância operacional (afetas à proteção civil) definidas no PMEPC de Almeirim, de modo a que as mesmas sejam consideradas nas ações de ocupação do território.

PLANO INTERMUNICIPAL DA DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS

O Plano Intermunicipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PMDFCI) de Almeirim visa operacionalizar ao nível local e municipal as normas contidas na legislação de defesa da floresta contra incêndios e contém as ações necessárias à defesa da floresta contra incêndios, bem como os mecanismos de prevenção e de previsão e programação das intervenções das diferentes entidades envolvidas numa situação de incêndio florestal.

Neste sentido, de modo a promover a articulação entre os dois planos, foram incluídas no PMEPC ALMEIRIM as zonas mais suscetíveis à ocorrência de incêndios rurais, os meios de atuação das diversas entidades caso se verifique a ocorrência de um incêndio florestal e respetivas medidas de mitigação dos incêndios rurais.

PLANO DISTRITAL DE EMERGÊNCIA DE PROTEÇÃO CIVIL DE SANTARÉM

O PDEPC de Santarém é um instrumento de suporte ao sistema de proteção civil para a gestão operacional da generalidade das situações de emergência no distrito de Santarém.

O PMEPC de Almeirim articula-se com o PDEPC de Santarém, encontrando-se os dois planos em conformidade no que se refere à organização operacional e à tipificação das missões dos agentes de proteção civil, entidades e organismos de apoio intervenientes.

PLANOS MUNICIPAIS DE EMERGÊNCIA DE PROTEÇÃO CIVIL DOS MUNICÍPIOS ADJACENTES

O PMEPC de Almeirim articula-se (visa articular-se) com os Planos Municipais de Emergência de Proteção Civil dos municípios vizinhos, designadamente:

- PMEPC de Santarém
- PMEPC de Alpiarça
- PMEPC de Chamusca
- PMEPC de Coruche
- PMEPC de Salvaterra de Magos
- PMEPC de Cartaxo

A articulação entre o PMEPC de Almeirim e os Planos Municipais de Emergência de Proteção Civil dos municípios de Santarém e Coruche, efetuada pela consulta aos respetivos planos, verifica-se que os conteúdos estão em conformidade no que se refere à organização operacional e à tipificação das missões dos agentes de proteção civil, entidades e organismos de apoio intervenientes.

Relativamente aos Planos Municipais de Emergência de Proteção Civil dos municípios de Alpiarça, Chamusca, Salvaterra de Magos e Cartaxo, estão a ser feitas diligências com o objetivo da promoção da articulação entre os PMEPC dos municípios e o PMEPC de Almeirim.

PLANO ESPECIAL DE EMERGÊNCIA PARA CHEIAS NA BACIA DO TEJO

O Plano Especial de Emergência para Cheias na Bacia do Tejo define as principais orientações relativamente ao modo de atuação dos vários organismos, entidades e serviços relativamente ao seu envolvimento e participação em operações de proteção civil, face à ocorrência de cheias e inundações no rio Tejo.

Em suma, o PMEPC de Almeirim constitui-se como um apoio à gestão territorial, uma vez que as ações de prevenção, intervenção de socorro e recuperação previstas no mesmo, visam mitigar os riscos que ameaçam os eixos de desenvolvimento e sustentabilidade estratégica preconizados pelos instrumentos de gestão territorial em geral e o Plano Diretor Municipal (PDM) em particular.

O PMEPC de Almeirim deverá ser tido como referência na elaboração de Planos Especiais de Emergência que venham a ser elaborados no Município de Almeirim. Simultaneamente, as Diretivas, Planos e Ordens de Operações dos diversos agentes de Proteção Civil e organismos e entidades de apoio devem estar em conformidade com este Plano.

2. Finalidade e objetivos

O PMEPC de Almeirim regula a forma como é assegurada a coordenação institucional e a articulação e intervenção das organizações integrantes do Sistema Integrado de Operações de Proteção e Socorro e de outras entidades públicas ou privadas a envolver nas operações, constituindo-se como uma plataforma que se encontra preparada para responder, organizadamente, a situações de acidente grave ou catástrofe, definindo as estruturas de Direção, Coordenação, Comando e Controlo, tendo em vista o cumprimento dos seguintes **objetivos gerais**:

- Providenciar, através de uma resposta concertada, as condições e os meios indispensáveis à minimização dos efeitos adversos de um acidente grave ou catástrofe;
- Definir as orientações relativamente ao modo de atuação dos vários organismos, serviços e estruturas a empenhar em operações de Proteção Civil;
- Definir a unidade de direção, coordenação e comando das ações a desenvolver;
- Coordenar e sistematizar as ações de apoio, promovendo maior eficácia e rapidez de intervenção das entidades intervenientes;
- Inventariar os meios e recursos disponíveis para acorrer a um acidente grave ou catástrofe;
- Minimizar as perdas de vidas e bens, atenuar ou limitar os efeitos de acidentes graves ou catástrofes e restabelecer o mais rapidamente possível, as condições mínimas de normalidade;
- Assegurar a criação de condições favoráveis ao empenhamento rápido, eficiente e coordenado de todos os meios e recursos disponíveis num determinado território, sempre que a gravidade e dimensão das ocorrências o justifique;

- Habilitar as entidades envolvidas no Plano a manterem o grau de preparação e de prontidão necessário à gestão de acidentes graves ou catástrofes;
- Promover o aviso e a informação permanente da população através de ações de sensibilização, tendo em vista a sua preparação, a assunção de uma cultura de autoproteção e o entrosamento na estrutura de resposta à emergência.

Neste contexto, os responsáveis dos Departamentos e Serviços da Câmara Municipal de Almeirim, os Agentes de Proteção Civil Municipal e outros organismos e entidades de apoio deverão conhecer e compreender tudo quanto este documento estabelece, nomeadamente, no que diz respeito à missão, ao conceito de atuação e às atribuições de cada um, não só durante as emergências, mas muito particularmente nas fases de prevenção e preparação, cruciais ao eficaz desempenho operacional, pelo que o PMEPC de Almeirim deve ser distribuído a todos os envolvidos.

3. Tipificação dos riscos

Sendo este um plano geral de emergência de proteção civil, destina-se a dar resposta à globalidade dos riscos que possam afetar o território do município de Almeirim. Dentro destes, alguns destacam-se pela sua particular incidência, e/ou pela potencial gravidade das suas consequências, dos quais se faz seguidamente uma breve apresentação hierárquica de acordo com o grau de risco e a sua natureza:

Tabela 2 - Matriz de Risco / Hierarquização do grau de risco

		GRAU DE GRAVIDADE				
		Residual	Reduzido	Moderado	Acentuado	Crítico
GRAU DE PROBABILIDADE	Elevado					
	Médio-alto			Inundações	Cheias	Onda Calor Inc. Rurais
	Médio			AcRodov TTMP	Onda Frio Seca IncUrb	
	Médio-baixo		AcFluviais		Col_PV Col_EdUC	AcAéreos
	Baixo	Nevões		EmerRadio		Sismos

Legenda:

Risco Baixo	Risco Moderado	Risco Elevado	Risco Extremo
-------------	----------------	---------------	---------------

AcRodov - Acidentes rodoviários; **AcAéreos** - Acidentes aéreos; **AcFluviais** - Acidentes fluviais; **TTMP** - Transporte terrestre de mercadorias perigosas; **IncUrb** - Incêndios urbanos; **Col_PV** - Colapso de pontes e viadutos; **Col_EdUC** - Colapso de edifícios de utilização coletiva; **EmerRadio** - Emergências radiológicas; **IncRurais** - Incêndios rurais;

4. Critérios para a ativação

A ativação do PMEPC de Almeirim é aplicável aos casos de iminência ou ocorrência de acidente grave ou catástrofe, em que as consequências expectáveis ou verificadas apresentem gravidade e dimensão tal que exija o acionamento de meios públicos e/ou privados adicionais.

Com a ativação do PMEPC de Almeirim pretende-se apoiar a decisão do diretor do Plano e assegurar a colaboração das várias entidades intervenientes, garantindo a mobilização mais rápida dos meios e recursos afetos ao PMEPC de Almeirim e uma maior eficácia e eficiência na execução das ordens e procedimentos previamente definidos. Desta forma, criam-se condições favoráveis à mobilização rápida, eficiente e coordenada de todos os meios e recursos disponíveis na área territorial de Almeirim, bem como de outros meios de reforço que sejam considerados essenciais e necessários para fazer face à situação de emergência.

5.1 Competência para ativação do Plano

O PMEPC de Almeirim é ativado pelo Presidente da Câmara Municipal de Almeirim, ouvida, sempre que possível, a CMPC, ao abrigo do nº 3, do artigo 6º, do Decreto-Lei 44/2019.

A ativação do PMEPC de Almeirim é comunicada ao Comando Distrital de Operações de Socorro de Santarém (CDOS) e Serviços Municipais de Proteção Civil dos municípios adjacentes pela via mais rápida – redes telefónicas fixa ou móvel e ainda via rádio, sem prejuízo da sua confirmação através de Relatório, do qual conste o tipo de ocorrência, as áreas envolvidas, as consequências previsíveis, a duração e circunstâncias do fenómeno, bem como outros dados julgados convenientes para a eventual tomada de decisões a nível distrital.

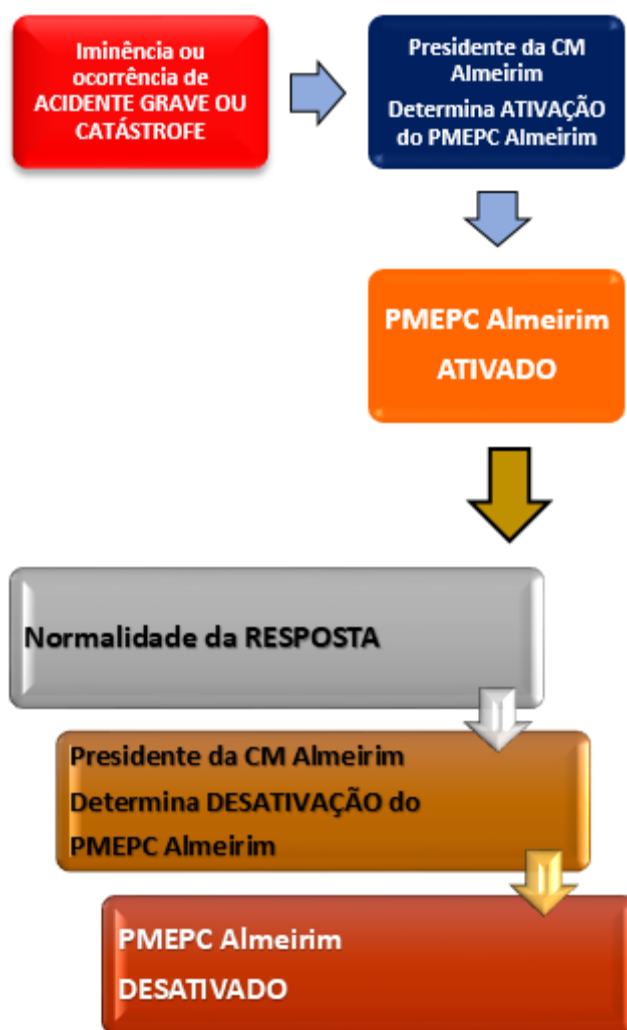


Figura 3 - Processo de ativação/desativação do PMEPC de Almeirim

A publicitação à população quanto à ativação do PMEPC de Almeirim é desencadeada através da utilização dos seguintes meios:

- Na página de Internet do município;
- Envio de mensagens SMS, de acordo com a lista de contactos existente na base de dados de meios e recursos do SMPC;

- Informação aos OCS locais e regionais;
- Radiodifusão de comunicados e outra informação oficial através de rádios locais;
- Informações e instruções difundidas pelos altifalantes dos veículos dos Agentes de Proteção Civil e outras entidades com dispositivos adequados;
- Pessoalmente através dos membros ou outros colaboradores das Juntas de Freguesia.

A desativação do PMEPC de Almeirim é da competência do Presidente da Câmara Municipal de Almeirim, atenta à previsibilidade de evolução favorável do evento e logo que esteja assegurada a reposição da normalidade nas áreas afetadas por acidente grave ou catástrofe o que irá motivar uma consequente e gradual desmobilização operacional. Deste modo, cada agente de proteção civil e organismo e entidade de apoio desenvolve mecanismos internos para que sejam gradualmente desativados meios e recursos mas continuando a garantir missões e procedimentos necessários à fase de reabilitação.

A comunicação da desativação do PMEPC de Almeirim deve ser comunicada aos mesmos destinatários e pela mesma via utilizada aquando da ativação.

5.2 Critérios para ativação do Plano

Em termos gerais, e independentemente dos critérios de ativação a seguir referidos, o PMEPC ALMEIRIM será ativado em caso de iminência ou ocorrência de acidente grave ou catástrofe que afete todo ou parte da área geográfica do município e para a qual os meios municipais não sejam considerados suficientes para fazer face à situação de acidente grave ou catástrofe, atenta a dimensão e a gravidade dos efeitos das ocorrências.

Especificamente, o PMEPC de Almeirim poderá ser ativado nas seguintes situações:

Critérios gerais

- Duração de resolução, ou previsão de duração de resolução de uma ocorrência que seja superior a 24 horas;
- 35% da área do município coberta pelo plano afetada pelo acidente grave ou catástrofe;
- Efeitos significativos e diretos na população do município com vítimas num número igual ou superior a 20 mortos, ou 30 feridos graves, ou 30 desalojados, ou 20 desaparecidos ou 40 isolados;
- Interrupção da normalidade das condições de vida por mais de três dias consecutivos em pelo menos 30% do território do município;
- Danos significativos nos bens e património, com 15 habitações danificadas ou nos edifícios indispensáveis às operações de proteção civil;
- Danos significativos nos serviços de infraestruturas (implicando suspensão do fornecimento de água, energia, comunicações ou transportes durante mais de 48 horas);
- Recursos externos exigidos para suporte ao pessoal de apoio;

Critérios específicos

- Incêndios rurais com um total de área ardida superior a 1.000 ha;

- Evento sísmico sentido no município com estimativa de intensidade máxima (obtida a partir de medidas instrumentais) igual ou superior a VII na escala de Mercalli modificada;
- Ocorrência de cheias/inundações com implicações ao nível da população e/ou bens que obriguem à evacuação de um mínimo de 40 pessoas dos locais afetados;
- Previsibilidade de ocorrência de ondas de calor, com uma duração superior a 7 dias consecutivos e com uma temperatura máxima superior a 35° C;
- Previsibilidade de ocorrência de ondas de frio, com uma duração superior a 7 dias consecutivos e com uma temperatura mínima inferior a 0° C;
- Incêndios urbanos em Centros Históricos com mais de 50% do Património envolvido;

Esta tipificação de critérios não impede que o Plano possa ser ativado em outras circunstâncias, de acordo com a iminência ou ocorrência de acidente grave ou catástrofe, que possam produzir danos severos na atividade normal do Município e na população.

De notar que, dependendo da gravidade e/ou severidade da ocorrência, os pressupostos operacionais contidos no Plano poderão, de imediato ser postos em prática por decisão do Diretor do Plano.

PARTE II

• EXECUÇÃO

Parte II — Execução

1 Estruturas

As ações a desenvolver no âmbito do PMEPC de Almeirim visam criar as condições favoráveis ao rápido, eficiente e coordenado empenhamento de todos os meios e recursos municipais ou resultantes de ajuda solicitada, apoiando a direção, o comando e a conduta das operações de proteção civil e socorro de nível municipal.

Neste contexto, é intenção do Diretor do Plano:

- Criar as condições favoráveis ao empenhamento rápido, eficiente e coordenado de todos os meios e recursos;
- Mobilizar um dispositivo de resposta, assente nas entidades integrantes do Dispositivo Integrado de Operações de Proteção e Socorro (DIOPS) e por outros meios humanos e equipamentos de intervenção, reforço, apoio e assistência, considerado necessário para fazer face à situação que origine a ativação do presente plano;
- Apoiar a direção e conduta das operações de proteção civil de nível municipal, em articulação com as respetivas estruturas de direção e coordenação;
- Prever a utilização de medidas preventivas e/ou medidas especiais de reação não mobilizáveis no âmbito municipal.

As ações serão desenvolvidas, aos diferentes níveis, através das estruturas de direção e coordenação política, estruturas de coordenação institucional e estruturas de coordenação operacional.

Direção Política	• Presidente da Câmara Municipal de Almeirim
Coordenação Política e Institucional	• Comissão Municipal de Proteção Civil de Almeirim / SMPC
Coordenação Institucional	• Centro de Coordenação Operacional Municipal
Coordenação Operacional	• Coordenador Municipal de Proteção Civil / COS

Figura 4 - Estrutura de direção política, estruturas de coordenação política e institucional e estrutura de coordenação operacional

1.1 Estrutura de Direção Política

A direção política é assegurada pelo Presidente da Câmara Municipal de Almeirim, a quem compete, nos termos do artigo 35.º da Lei de Bases da Proteção Civil, com as alterações introduzidas pelo artigo 15.º da Lei Orgânica n.º 1/2011, de 30 de novembro e Lei 80/2015, de 3 de agosto, que a republicou, exercer ou delegar as competências de desencadear, na iminência ou ocorrência de acidente grave ou catástrofe, as ações de proteção civil de prevenção, socorro, assistência e recuperação adequadas a cada caso.

1.2 Estrutura de Coordenação Política e Institucional

1.2.1 Estrutura de Coordenação Política

A coordenação política é assegurada através da Comissão Municipal de Proteção Civil (CMPC) de Almeirim. As competências e composição da CMPC são as constantes no número 3, do artigo 3º, do Decreto-lei nº 44/2019, de 1 de abril, adequadas à realidade e dimensão do município.

Em particular, compete à CMPC:

- Diligenciar pela elaboração de planos municipais de emergência de proteção civil;
- Acompanhar as políticas diretamente ligadas ao sistema de proteção civil que sejam desenvolvidas por agentes públicos;
- Dar parecer sobre o acionamento dos planos municipais de emergência de proteção civil, nos termos do n.º 3 do artigo 6.º;
- Promover e apoiar a realização de exercícios a nível municipal, simulacros ou treinos operacionais, que contribuam para a eficácia de todos os serviços intervenientes em ações de proteção civil;
- Promover e difundir a emissão de comunicados e avisos às populações e às entidades e instituições, incluindo os órgãos de comunicação social.

Para efeitos deste Plano, a CMPC de Almeirim reunirá na Sala de Formação dos Bombeiros Voluntários de Almeirim, sito Rua Condessa da Junqueira, em Almeirim, ou, em alternativa, no Salão Nobre da Câmara Municipal de Almeirim, sito na Rua 5 de Outubro, em Almeirim.

Integram a CMPC de Almeirim:

- O Presidente da Câmara Municipal de Almeirim, que preside;
- O Coordenador Municipal de Proteção Civil;
- Comandante do Corpo de Bombeiros Voluntários de Almeirim;
- Comandante do Destacamento Territorial de Santarém da GNR;
- Autoridade de Saúde do Município;
- Representante do Agrupamento de Centros de Saúde da Lezíria do Tejo
- Um representante da unidade local do Serviço de Segurança Social;

- Um representante da Associação dos Agricultores da Charneca (ACHAR);
- Um representante do Gabinete Técnico Florestal Intermunicipal;
- Um representante da Junta de Freguesia de Almeirim;
- Um representante da Junta de Freguesia de Fazendas de Almeirim;
- Um representante da Junta de Freguesia de Benfica do Ribatejo;
- Um representante da Junta de Freguesia de Raposa;
- Um representante das Águas do Ribatejo, EM, SA;
- Um representante dos Agrupamentos de Escuteiros do concelho.

Os elementos da CMPC serão convocados, o mais rapidamente possível após o acidente grave ou catástrofe. Esta convocação será realizada pelo meio mais expedito (telefone móvel ou fixo, comunicação rádio ou correio eletrónico) e, posteriormente, formalizada por escrito, através de correio eletrónico.

A lista nominal dos membros da CMPC com os seus contactos, bem como dos seus substitutos legais, será permanentemente atualizada pelos respetivos representantes, que enviam ao Diretor do Plano qualquer alteração à mesma, e encontra-se na Parte III deste Plano (Capítulo 2 – Lista de Contactos).

1.2.2 Estrutura de Coordenação Institucional

A coordenação institucional é realizada pelo Centro de Coordenação Operacional Municipal (CCOM) de Almeirim, o qual assegura que todas as entidades e instituições de âmbito municipal imprescindíveis às operações de proteção e socorro, emergência e assistências previsíveis ou decorrentes de acidente grave ou catástrofe se articulam entre si, garantindo os meios considerados adequados à gestão da ocorrência em cada caso concreto. O CCOM garante uma avaliação municipal, em articulação com as entidades políticas e administrativas de âmbito municipal.

1.3 Estrutura de Comando Operacional

1.3.1 Coordenador Municipal de Proteção Civil

Ao nível da estrutura de coordenação operacional, numa situação de acidente grave ou catástrofe que determine a ativação do PMEPC de Almeirim, o Coordenador Municipal de Proteção Civil assumirá a coordenação das operações de socorro de âmbito Municipal, nas situações previstas neste Plano, bem como quando a dimensão do sinistro requeira o emprego de meios de mais de um corpo de bombeiros.

O Coordenador Municipal de Proteção Civil depende hierarquicamente e funcionalmente do Presidente da Câmara Municipal, e mantém permanente ligação de articulação operacional com o comandante operacional previsto no SIOPS.

Em particular, compete ao Coordenador Municipal de Proteção Civil:

- Acompanhar permanentemente as operações de proteção e socorro que ocorram na área do concelho;
- Promover a elaboração dos planos prévios de intervenção com vista à articulação de meios face a cenários previsíveis;
- Promover reuniões periódicas de trabalho sobre matérias de âmbito exclusivamente operacional, com os comandantes dos corpos de bombeiros;
- Dar parecer sobre o material mais adequado à intervenção operacional no respetivo município;
- Comparecer no local do sinistro sempre que as circunstâncias o aconselhem;
- Convocar e coordenar o CCOM, nos termos previstos no SIOPS.

1.3.2 Posto de Comando Operacional

Sempre que uma força de qualquer Agente de Proteção Civil ou Instituição com especial dever de cooperação seja acionada para uma ocorrência, o chefe da primeira equipa a chegar ao local assume de imediato o comando da operação, sendo o elemento mais graduado a desempenhar a função de Comandante das Operações de Socorro (COS) – e garante a construção de um sistema evolutivo de comando e controlo adequado à situação em curso.

Em cada TO existirá um Posto de Comando Operacional (PCO), que é o órgão diretor das operações no local da ocorrência destinado a apoiar o COS, na tomada das decisões e na articulação dos meios no T.O.

O PCO tem como missões genéricas:

- A recolha e tratamento operacional das informações;
- A preparação das ações a desenvolver;
- A formulação e a transmissão de ordens, diretrizes e pedidos;
- O controlo da execução das ordens;
- A manutenção da capacidade operacional dos meios empregues;
- A gestão dos meios de reserva;
- A preparação, elaboração e difusão de informação pública.

O COS é o responsável pela gestão da informação no TO, devendo transmitir ao PCO do respetivo nível territorial, os pontos de situação necessários e solicitar meios de reforço, caso tal se justifique.

O PCO organiza-se em 3 células (Planeamento, Operações e Logística), permitindo um funcionamento mais ajustado e direcionado a cada situação em concreto. Cada Célula tem um responsável nomeado pelo COS que assume a designação de oficial de planeamento, oficial de operações e oficial de logística, respetivamente.

O COS é assessorado diretamente por três oficiais (oficial para a Segurança, oficial para as Relações Públicas e oficial para a Ligação com outras entidades).

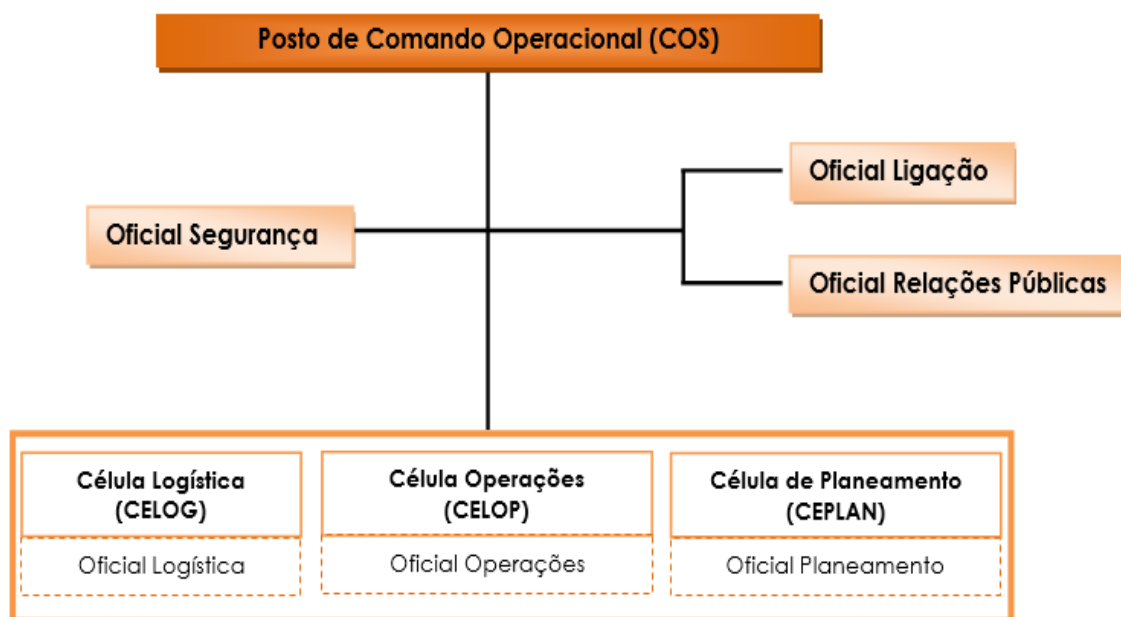


Figura 5 - Composição Posto de Comando Operacional

Como estrutura-base, dimensionável ao longo da ocorrência, as células do PCO apresentam as seguintes funções:

Célula de Logística (CELOG) – Gere a sustentação logística do TO, de forma a responder a todas as necessidades de suporte à operacionalização dos meios e recursos envolvidos na operação.

Célula de Operações (CELOP) – Garante a conduta das operações em ordem ao Plano Estratégico de Ação (PEA)¹ estabelecido pelo COS, sendo o responsável pela implementação do mesmo.

Célula de Planeamento (CEPLAN) – Garante a recolha, avaliação, processamento das informações e difusão da informação necessária ao processo de tomada de decisão, sendo também responsável pela antecipação, elaborando os cenários previsíveis.

1.3.3 Posto de Comando Operacional Municipal

Perante um acidente grave ou catástrofe que determina a ativação do Plano, é constituído um Posto de Comando Operacional Municipal, denominado de PCMun, que garante a gestão exclusiva da resposta municipal ao evento e é responsável pela gestão de todos os meios disponíveis na área do município e pelos meios de reforço que lhe forem enviados pelo escalão distrital. O PCMun é montado com apoio do Serviço Municipal de Proteção Civil (SMPC) e reporta operacional e permanentemente ao Comando Distrital de Operações de Socorro de Santarém (CDOS). O responsável pelo PCMun é o Coordenador Municipal de Proteção Civil, ou na ausência da nomeação deste, o Comandante de um Corpo de Bombeiros substituto quando indicado pelo Presidente da Câmara.

¹ O PEA é um conjunto de ações que evoluem num determinado enquadramento, com o objetivo de antecipar e maximizar oportunidades, conduzir as forças na execução e conduta da operação e identificar as medidas de comando e controlo necessárias para a concretização dos objetivos.

Por forma a assegurar a articulação e apoio especializado na recolha, avaliação, processamento e difusão das informações necessárias ao processamento de decisão do COS, as entidades intervenientes asseguram a presença de um Oficial de Ligação, quando solicitado pelo COS.

As principais missões do PCMun são:

- Atuar como órgão diretor das operações, garantindo o funcionamento e a articulação no terreno dos diversos agentes e entidades intervenientes;
- Assegurar o comando, o controlo, as comunicações e as informações em toda a Zona de Intervenção (ZI), em coordenação com as demais entidades envolvidas;
- Assegurar a minimização de perdas de vidas, através da coordenação das ações decorrentes do acidente grave ou catástrofe;
- Garantir em permanência a segurança nas operações de todas as forças envolvidas, bem como dos cidadãos;
- Assegurar a recolha e o tratamento operacional das informações, bem como as ligações ao CDOS, de forma a garantir a homogeneidade na passagem de informação;
- Assegurar a manutenção das capacidades operacionais dos meios empregues e a gestão dos meios de reserva;
- Garantir, através do empenhamento das forças e serviços competentes, a manutenção da lei e ordem nas zonas afetadas, o controlo de acessos à Zona de Sinistro (ZS), a criação de perímetros de segurança e a manutenção de corredores de circulação de emergência;
- Garantir a execução eficaz de operações de movimentação de populações, designadamente as decorrentes de evacuações, bem como a segurança nas zonas de concentração e apoio da população (ZCAP);
- Assegurar a prestação de cuidados médicos adequados, a montagem de Postos de Triagem e Postos Médicos Avançados e a evacuação primária e secundária;
- Assegurar a coordenação das ações de saúde pública, apoio psicossocial e mortuária;
- Assegurar a coordenação das atividades relacionadas com a assistência à emergência e gestão de recursos, nomeadamente através da definição das prioridades em termos de abastecimento de água, energia e comunicações, da gestão de armazéns de emergência, da coordenação dos meios de transporte necessários às operações de emergência e da organização e montagem de abrigos e campos de deslocados;
- Assegurar a coordenação da inspeção e verificação da praticabilidade das principais infraestruturas de transportes, redes básicas de suporte e edifícios;
- Assegurar a desobstrução expedita das vias de comunicação e itinerários principais de socorro e assegurar a realização de operações de demolição ou escoramento;
- Assegurar a receção, condução e integração, se necessário, de voluntários nas operações de emergência e reabilitação, para colaborar nas atividades relacionadas com a assistência social, alimentação e transporte;
- Coordenar a ação de Equipas de Reconhecimento e Avaliação da Situação (ERAS) e das Equipas de Avaliação Técnica (EAT) e tratar a informação recebida dessas equipas encaminhando-a para as restantes estruturas nos diferentes escalões;

- Dirigir e coordenar o emprego dos meios (humanos e materiais) sob a sua responsabilidade;

O PCMun recebe, processa e avalia toda a informação emanada do(s) teatro(s) de operações de forma a assegurar que todas as entidades intervenientes mantêm níveis de prontidão e envolvimento.

O PCMun articula-se permanentemente e a:

- Nível distrital, com o Comando Distrital de Operações de Socorro (CDOS);
- Nível municipal com o Coordenador Municipal de Proteção Civil, ou na ausência da nomeação deste com o Comandante do Corpo de Bombeiros da área de atuação em causa ou com o Serviço Municipal de Proteção Civil (SMPC);
- Nível do teatro de operações com os Comandantes das Operações de Socorro (COS) presentes em cada Posto de Comando Operacional.

2 Responsabilidades

No âmbito do PMEPC de Almeirim os diversos serviços, agentes de proteção civil, organismos e entidades de apoio estão sujeitos a um conjunto de responsabilidades que visam criar as condições favoráveis ao rápido, eficiente e coordenado reforço, apoio e assistência, tanto na resposta imediata a um acidente grave ou catástrofe, como na recuperação a curto prazo. As estruturas de intervenção destas entidades funcionam e são empregues sob direção das correspondentes hierarquias, previstas nas respetivas leis orgânicas ou estatutos, sem prejuízo da necessária articulação operacional com os postos de comando, aos seus diferentes níveis.

2.1 Responsabilidades dos Serviços de Proteção Civil

Tabela 3 - Responsabilidade dos Serviços de Proteção Civil

Entidades de Direção Órgãos de Execução	Responsabilidades
Câmara Municipal / SMPC	<ul style="list-style-type: none"> • Executar as atividades de proteção civil de âmbito municipal, bem como centralizar, tratar e divulgar toda a informação recebida nesta matéria; • Realizar estudos técnicos com vista à identificação e avaliação dos riscos que possam afetar o município, em função da magnitude estimada e do local previsível da sua ocorrência, promovendo a sua cartografia, de modo a prevenir, a avaliar e minimizar os efeitos das suas consequências previsíveis; • Propor medidas de segurança face aos riscos inventariados; • Operacionalizar e acionar sistemas de alerta e aviso de âmbito municipal; • Assegurar a pesquisa, análise, seleção e difusão da documentação com importância para a proteção civil; • Elaborar planos prévios de intervenção de âmbito municipal; • Preparar e executar exercícios e simulacros que contribuam para uma atuação eficaz de todas as entidades intervenientes nas ações de proteção civil; • Manter informação atualizada sobre acidentes graves e catástrofes ocorridas no município, bem como sobre elementos relativos às condições de ocorrência e à respetiva resposta; • Realizar ações de sensibilização para questões de segurança, preparando e organizando as populações face aos riscos e cenários previsíveis. • Fomentar o voluntariado em proteção civil; • Inventariar e atualizar permanentemente os registos dos meios e dos recursos existentes no concelho, com interesse para as operações de proteção e socorro; • Planear o apoio logístico a prestar às vítimas e às forças de socorro e apoiar logisticamente a sustentação das operações de proteção e socorro; • Levantar, organizar e gerir os centros de alojamento a acionar em caso de acidente grave ou catástrofe; • Planear e gerir os equipamentos de telecomunicações e outros recursos tecnológicos do SMPC; • Manter operativa, em permanência, a ligação rádio à rede estratégica de proteção civil (REPC); • Realizar ações de sensibilização e divulgação sobre a atividade de proteção civil;

	<ul style="list-style-type: none"> • Promover campanhas de informação junto dos munícipes sobre medidas preventivas e condutas de autoproteção face aos riscos existentes e cenários previsíveis; • Difundir, na iminência ou ocorrência de acidentes graves ou catástrofes, as orientações e procedimentos a ter pela população para fazer face à situação.
<p>Juntas de Freguesia</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Prevenção e avaliação de riscos e vulnerabilidades; • Sensibilização e informação pública; • Colaborar na divulgação de avisos às populações de acordo com orientações dos responsáveis municipais; • Apoio à gestão de ocorrências, conforme previsto no respetivo plano municipal de emergência de proteção civil e nos planos municipais especiais de emergência de proteção civil.

2.2 Responsabilidades dos Agentes de Proteção Civil

Tabela 4 - Responsabilidades dos Agentes de Proteção Civil

Agentes de Proteção Civil	Responsabilidades
Bombeiros Voluntários de Almeirim	<ul style="list-style-type: none"> • Ações de combate a incêndios, busca, salvamento e transporte de pessoas, animais e bens; • Socorro e transporte de acidentados e doentes, incluindo a emergência pré-hospitalar, no âmbito do Sistema Integrado de Emergência Médica; • Evacuação primária nas suas zonas de intervenção ou em reforço; • Colaborar nas ações de mortuária, nas suas zonas de intervenção ou em reforço; • Colaborar na construção e/ou montagem de postos de triagem e/ou Postos Médicos Avançados²; • Apoiar os Teatros de Operações, envolvendo elementos guia para reconhecimento e orientação no terreno das forças operacionais em reforço da sua zona de atuação própria; • Colaborar na montagem de Postos de Comando; • Desobstrução expedita de vias de comunicação e itinerários de socorro; • Apoiar o socorro e transporte de acidentados e doentes, incluindo a emergência pré-hospitalar, no âmbito do Sistema Integrado de Emergência Médica; • Executar as ações de distribuição de água potável às populações; • Disponibilizar apoio logístico à população e a outras forças operacionais; • Colaborar nas ações de mortuária, nas suas zonas de intervenção ou em reforço; • Participar na reabilitação das infraestruturas; • Colaborar na desobstrução expedita de vias de comunicação e itinerários de socorro; • Colaborar na reposição da normalidade da vida das populações atingidas.

² Entende-se por Posto Médico Avançado o local destinado à prestação de cuidados de saúde às vítimas resultantes do acidente grave ou catástrofe localizado no TO. Serão montados em estruturas móveis ou estruturas físicas adaptadas.

**GNR -
Destacamento
de Santarém -
Posto
Territorial de
Almeirim**

- Assegurar a manutenção da ordem, nas suas zonas de intervenção, salvaguardando a atuação de outras entidades e organismos operacionais;
- Garantir a segurança de estabelecimentos públicos e a proteção de infraestruturas sensíveis, fixas e temporárias, e de instalações de interesse público ou estratégico nacional;
- Garantir, em coordenação com a DGIE, a segurança física das equipas de restabelecimento das comunicações da rede SIRESP e assegurar a acessibilidade destas aos locais afetados da rede;
- Garantir a segurança dos locais e equipamentos que suportam a Rede SIRESP;
- Exercer missões de: isolamento de áreas e estabelecimento de perímetros de segurança; restrição, condicionamento da circulação e abertura de corredores de emergência ou evacuação para as forças de socorro; escolta e segurança de meios das forças operacionais em deslocamento para as operações; apoio à evacuação de populações em perigo;
- Disponibilizar apoio logístico às forças de intervenção;
- Assegurar a coordenação da atividade de prevenção em situação de emergência, vigilância e deteção de incêndios rurais e de outras agressões ao meio ambiente;
- Acionar os meios de identificação de vítimas de desastres do DVI Team (Disaster Victim Identification Team) e o Núcleo Central de Apoio Técnico, em estreita articulação com as autoridades de saúde, em especial com o Instituto Nacional de Medicina Legal e Ciências Forense;
- Colaborar, de acordo com as suas disponibilidades, na recolha de informação Ante-mortem e Post-mortem;
- Proteger a propriedade privada contra atos de saque;
- Coordenar as ações de pesquisa de desaparecidos, promovendo a organização de um “Centro de Pesquisa e Localização”, onde se concentra a informação sobre os indivíduos afetados e onde se poderá recorrer para obter a identificação das vítimas;
- Receber e guardar os espólios das vítimas, e informar o “Centro de Pesquisa de Desaparecidos”;
- Assegurar um serviço de estafetas para utilização como meio alternativo de comunicação;
- Colaborar nas ações de alerta e mobilização do pessoal envolvido nas operações de socorro, bem como no aviso às populações;
- Velar pela observância das disposições legais no âmbito sanitário, incluindo o apoio às ações de mortuária, nomeadamente na remoção dos cadáveres ou parte de cadáveres devidamente etiquetados e acondicionados;

	<ul style="list-style-type: none"> • Empenhar meios cinotécnicos na busca e resgate de vítimas; • Definir e implementar, os processos de identificação e credenciação do pessoal ligado às operações de proteção civil. • Garantir a segurança de estabelecimentos públicos e a proteção de infraestruturas sensíveis, fixas e temporárias, e de instalações de interesse público ou estratégico nacional; • Proteger a propriedade privada contra atos de saque; • Apoiar o sistema de gestão de informação de incêndios, colaborando para a atualização permanente de dados; • Executar, através dos Grupos de Intervenção de Proteção e Socorro (GIPS), ações de prevenção, em situação de emergência, de proteção e socorro, designadamente nas ocorrências de incêndios rurais ou de matérias perigosas, catástrofes e acidentes graves; • Empenhar o Serviço de Proteção da Natureza e Ambiente (SEPNA) e os GIPS na análise e deteção de zonas potencialmente contaminadas, nomeadamente ao nível dos solos, águas e atmosfera, na área de competência territorial da GNR;
Autoridade de Saúde Municipal	<ul style="list-style-type: none"> • Avaliar o estado de saúde da população; • Avaliar e gerir os riscos para a saúde decorrentes de fatores de ordem ambiental; • Determinar os locais de sepultamento de emergência; • Realizar o controlo de doenças transmissíveis. • Avaliar e gerir os riscos para a saúde decorrentes de fatores ambientais; • Inspeccionar a área afetada; • Efetivar ações de vacinação; • Realizar recomendações de caráter sanitário; • Efetivar a vigilância epidemiológica.
Agrupamento de Centros de Saúde da Lezíria do Tejo	<ul style="list-style-type: none"> • Colaborar na prestação de cuidados de emergência médica pré-hospitalares, nomeadamente reforçando as suas equipas e/ou material/equipamento, sempre que necessário e solicitado pelo INEM; • Executar a triagem e o apoio psicológico a prestar às vítimas no local da ocorrência, com vista à sua estabilização emocional e posterior referenciação para as entidades adequadas; • Assegurar um sistema de registo de vítimas desde o TO até às unidades de saúde de destino; • Garantir a articulação com todos os outros serviços e organismos do Ministério da Saúde, bem como com os serviços prestadores de cuidados de saúde, ainda que não integrados no Serviço Nacional de Saúde.

	<ul style="list-style-type: none"> • Colaborar nas ações de saúde pública, nomeadamente no controlo de doenças transmissíveis; • Minimizar as perdas de vidas humanas, limitando as sequelas físicas e diminuindo o sofrimento humano; • Colaborar na resolução dos problemas de mortuária; • Prestar assistência médica e medicamentosa à população; • Assegurar a prestação de cuidados de saúde às vítimas evacuadas para as unidades de saúde; • Organizar, aos diferentes níveis, a manutenção dos habituais serviços de urgência; • Dirigir as ações de controlo ambiental, de doenças e da qualidade dos bens essenciais; • Adotar medidas de proteção da saúde pública nas áreas atingidas; • Garantir o atendimento e o acompanhamento médico à população afetada. • Garantir o acompanhamento médico e psicológico da população afetada; • Controle de epidemias, doenças transmissíveis e controle bacteriológico da água: • Estudar e propor ações de vacinação de emergência, se aplicável; • Dirigir as ações de controlo ambiental, de doenças e da qualidade dos bens essenciais; • Adotar medidas de proteção da saúde pública nas áreas atingidas; • Colaborar nas operações de regresso das populações; • Elaborar Relatórios de Situação, Imediatos, periódicos ou Finais, enviando-os à CMPC, de forma a mantê-la sempre informada sobre a situação e sua evolução, conforme previsto no PMEPC de Almeirim.
Sapadores Florestais³ (SF)	<ul style="list-style-type: none"> • Proceder à desobstrução de caminhos; • Executar ações de rescaldo; • Executar ações de vigilância e ataque inicial aos incêndios rurais, sempre que solicitado; • Manter e beneficiar a rede divisional e de faixas e mosaicos de gestão de combustíveis, bem como de outras infraestruturas.
Instituto Nacional de Emergência Médica (INEM)	<ul style="list-style-type: none"> • Coordenar todas as atividades de saúde em ambiente pré hospitalar, a triagem e evacuações primárias e secundárias, a referenciação e transporte para as unidades de saúde adequadas, bem como a montagem de Postos Médicos Avançados (PMA); • Realizar a triagem e o apoio psicológico a prestar às vítimas no local da ocorrência, com vista à sua estabilização emocional e posterior referenciação para as entidades adequadas;

³ Sob coordenação do ICNF, I.P., quando em prestação de serviço público.

	<ul style="list-style-type: none"> • Garantir um sistema de registo de vítimas desde o TO até às unidades de saúde de destino; • Assegurar a articulação com todos os outros serviços e organismos do Ministério da Saúde, bem como com os serviços prestadores de cuidados de saúde, ainda que não integrados no Serviço Nacional de Saúde; • Apoiar o regresso das populações; • Coordenar os postos médicos avançados e hospitais de campanha; • Oferecer apoio logístico.
--	--

2.3 Responsabilidades dos Organismos e Entidades de Apoio

Os organismos e entidades de apoio constituem-se como grupos com capacidade operacional sobre os quais recai especial dever de cooperação com os agentes de proteção civil em caso de iminência ou ocorrência de acidente grave ou catástrofe. Em função das suas valências e competências, têm a aptidão para completar ou reforçar a ação dos agentes de proteção civil, contribuindo, assim, para uma resposta pronta e adequada na fase da emergência e para um apoio logístico e operacional alargado na fase de recuperação.

Tabela 5 - Responsabilidades dos Organismos e Entidades de Apoio

Organismos e Entidades de Apoio	Responsabilidades
Unidade Local do Serviço de Segurança Social (ISS, I.P)	<ul style="list-style-type: none"> • Assegurar e coordenar as ações de apoio social à população, no âmbito da ação social, em articulação com os vários setores intervenientes; • Colaborar com o INEM no domínio do apoio psicológico; • Colaborar na definição de critérios de apoio à população; • Assegurar a constituição de equipas técnicas, para receção, atendimento e encaminhamento, em articulação com os vários setores intervenientes; • Participar na reunião de pesquisa e reunião de desaparecidos, instalação de campos de desalojados e de bem-estar à população, designadamente o fornecimento de bens e serviços essenciais (alojamento, agasalhos, alimentação); • Participar na instalação da Zona de Concentração e Apoio da População (ZCAP), assegurando o fornecimento de bens e serviços essenciais; • Colaborar nas ações de movimentação da população; • Coordenar e promover o realojamento dos desalojados; • Continuar a promover apoio psicossocial à população afetada;

	<ul style="list-style-type: none"> • Elaborar relatório em colaboração com a Câmara Municipal, sobre os prejuízos causados em habitações propondo as medidas adequadas à regularização da vida da população. • Apoiar o sistema de recolha e armazenamento de dádivas; • Disponibilizar locais de alojamento para deslocados; • Procurar obter meios de subsistência a nível logístico e alimentar; • Apoiar as ações de regresso da população; • Assegurar o apoio psicológico de continuidade às vítimas; • Manter um registo atualizado do número de vítimas assistidas e com necessidade de continuidade de acompanhamento; • Participar nas ações de identificação dos aglomerados familiares carenciados e propor a atribuição de prestações pecuniárias de carácter eventual. • Atuar nos domínios do apoio logístico e social; • Assegurar a prestação de serviços a crianças, idosos, pessoas sem-abrigo e doentes; • Acolher, acompanhar e encaminhar situações de carência socioeconómica;
Santa Casa da Misericórdia de Almeirim (IPSS)	<ul style="list-style-type: none"> • Apoiar as ações de evacuação das populações, pesquisa de desaparecidos e gestão de campos de deslocados; • Apoiar no voluntariado através da distribuição de alimentos, roupa, agasalhos e outros bens essenciais; • Apoiar o sistema de recolha e armazenamento de dádivas; • Disponibilizar locais de alojamento para deslocados; • Procurar obter meios de subsistência a nível logístico e alimentar. • Apoiar no voluntariado através da distribuição de alimentos, roupa, agasalhos e outros bens essenciais; • Acompanhar psicologicamente na fase pós risco.
Infraestruturas de Portugal, SA (IP, SA.)	<ul style="list-style-type: none"> • Promover a reposição das condições de circulação e segurança nas infraestruturas rodoviárias sob sua gestão; • Garantir a habilitação das Forças de Segurança com a informação técnica necessária para cortes e aberturas ao tráfego; • Disponibilizar informação sobre os itinerários alternativos nos casos de corte de vias; • Manter o registo atualizado da rede rodoviária sob sua gestão; • Programar as intervenções necessárias à reposição das condições de circulação e segurança.

<p>Águas do Ribatejo</p>	<p><i>Na fase de emergência desenvolvem ações relacionadas com:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • Garantir, na sua área de jurisdição, o rápido restabelecimento dos canais de distribuição de água potável à população afetada; • Garantir reservas estratégicas e capacidades de prestação de serviço; • Garantir a operacionalidade de piquetes regulares e em emergência, para eventuais necessidades extraordinárias de reposição do serviço; • Repor, com carácter prioritário, a prestação do serviço junto dos consumidores finais; • Controlar a qualidade da água captada e distribuída nas zonas atingidas pela ocorrência. • Assegurar o controlo da qualidade da água na rede; • Repor, com carácter prioritário, a prestação do serviço junto dos consumidores finais.
<p>Corpo Nacional de Escutas (CNE) – Agrupamentos de: Almeirim (404); Fazendas de Almeirim (1186) e Benfica do Ribatejo (1123)</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Participar na reunião de pesquisa e reunião de desaparecidos, instalação de campos de deslocados e de bem-estar às populações, designadamente o fornecimento de bens e serviços essenciais; • Participar no aviso, evacuação e apoio logístico das populações afetadas. • Colaborar com as outras entidades na reposição da normalidade das populações afetadas.
<p>Associação de Radioamadores do Ribatejo</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Contribuir para a interoperabilidade entre redes e sistemas de comunicação das diversas entidades; • Apoiar as radiocomunicações de emergência, de acordo com as suas próprias disponibilidades; • Estabelecer e garantir autonomamente vias de comunicação e apoiar na recuperação e integração de outros meios e dispositivos de comunicação; • Colaborar e apoiar na colocação em funcionamento de equipamentos e meios técnicos colapsados; • Apoiar a difusão de informação útil às populações; • Garantir prioritariamente a ligação entre a CMPC, o CCOM e o CDOS;

<p>Operadores de Telecomunicações fixas e/ou móveis (Altice, MEO; NOS e Vodafone)</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Assegurar o restabelecimento e reforço das comunicações telefónicas, em situação de emergência; • Garantir prioridade de acesso, em situação de emergência, a serviços e entidades essenciais; • Colaborar na redução/eliminação do tráfego existente na zona do incidente ou da zona afetada; • Proceder ao levantamento dos prejuízos causados nos respetivos equipamentos; • Repor, com carácter prioritário, a prestação do serviço junto dos consumidores finais.
<p>EDP Distribuição</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Assegurar o restabelecimento da distribuição de energia elétrica; • Assegurar a disponibilidade de dirigentes e técnicos operacionais para efetuarem o reconhecimento e avaliação das infraestruturas e redes elétricas; • Proceder à reparação dos equipamentos afetados. • Efetuar o levantamento dos prejuízos causados; • Recuperar os danos sofridos pelas redes e pelas subestações e postos de transformação de distribuição.
<p>Órgãos de Comunicação Social Municipais</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Colaborar com a estrutura de coordenação na divulgação das informações relevantes relativas à situação, de forma a avisar a população potencialmente afetada. • Desenvolver ações de reforço da difusão de alertas com recurso aos meios próprios de comunicação; • Apoiar a difusão de informação útil às populações.
<p>Tagusgás</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Assegurar o restabelecimento da distribuição da rede de gás; • Assegurar a disponibilidade de dirigentes e técnicos operacionais para efetuarem o reconhecimento e avaliação das infraestruturas e redes de gás; • Fazer o levantamento dos prejuízos causados; • Proceder à reparação dos equipamentos afetados.
<p>Instituto dos Registos e Notariado – Conservatória do Registo Civil de Almeirim</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Proceder ao assento de óbitos e garantir toda a tramitação processual e documental associada.
<p>Ministério Público (MP)</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Coordenar os serviços mortuários, coadjuvado técnica e operacionalmente pelo Instituto Nacional de Medicina Legal e

	<p>Ciências Forenses;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Determinar a ativação de um ou mais Centros de Recolha de Informação, para recolha de informação Ante-mortem sob a responsabilidade da PJ e do INMLCF; • Autorizar a remoção de cadáveres ou partes de cadáveres do local onde foram etiquetados para as Zonas de Reunião de Mortos e destas para os Necrotérios Provisórios; • Receber a informação das entidades gestoras das Zona de Reunião de Mortos e dos Necrotérios Provisórios, acerca do número de mortes verificadas e de mortos identificados ou por identificar, bem como a informação sobre as estruturas organizativas instaladas para a intervenção nesses domínios.
Polícia Judiciária (PJ)	<ul style="list-style-type: none"> • Apoiar nas ações de combate à criminalidade; • Proceder à identificação das vítimas através da Polícia Técnica e do Laboratório de Polícia Científica; • Proceder à recolha de informação Antemortem no(s) Centro(s) de Recolha de Informação, aquando da sua ativação, com a colaboração do INMLCF; • Gerir a informação Ante-mortem e Postmortem no Centro de Conciliação de Dados; • Disponibilizar elementos para integrar Equipas Responsáveis por Avaliação de Vítimas mortais (ERAV-m); • Acionar a Unidade de Cooperação Internacional (UCI) para obtenção de dados para a identificação de vítimas de nacionalidade estrangeira.
Instituto Nacional de Medicina Legal e Ciências Forenses (INMLCF)	<ul style="list-style-type: none"> • Coadjuvar técnica e operacionalmente o Ministério Público na coordenação dos serviços mortuários; • Proceder à recolha de informação Antemortem no(s) Centro(s) de Recolha de Informação, aquando da sua ativação, com a colaboração da PJ; • Assumir a direção e coordenação das tarefas de mortuárias decorrentes do evento, designadamente, a investigação forense para identificação dos corpos, com vista à sua entrega aos familiares; • Assumir outras tarefas de investigação forense, de acordo com o ordenado pelo Ministério Público; • Gerir as Zonas de Reunião de Mortos (ZRnM) e os necrotérios

	<p>provisórios (NecPro);</p> <ul style="list-style-type: none"> • Mobilizar a equipa Médico-Legal de Intervenção em Desastres (EML-DVI), acionando os seus sistemas de alerta próprios;
<p>Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF)</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Controlar e fiscalizar a permanência e atividades dos estrangeiros em todo o município; • Proceder à investigação dos crimes de auxílio à imigração ilegal, bem como investigar outros com eles correlacionados, sem prejuízo da competência das outras entidades; • Proceder à identificação de cadáveres de cidadãos estrangeiros.

3 Organização

3.1 Infraestruturas de relevância operacional

3.1.1 Rede Rodoviária

Relativamente às infraestruturas rodoviárias e aéreas, o município de Almeirim é servido por uma rede viária composta por um troço de autoestrada (A13), por um troço de itinerário complementar (IC10), por estradas nacionais (N114 e N118), por estradas municipais e por uma rede viária urbana com maior densidade na sede de concelho.

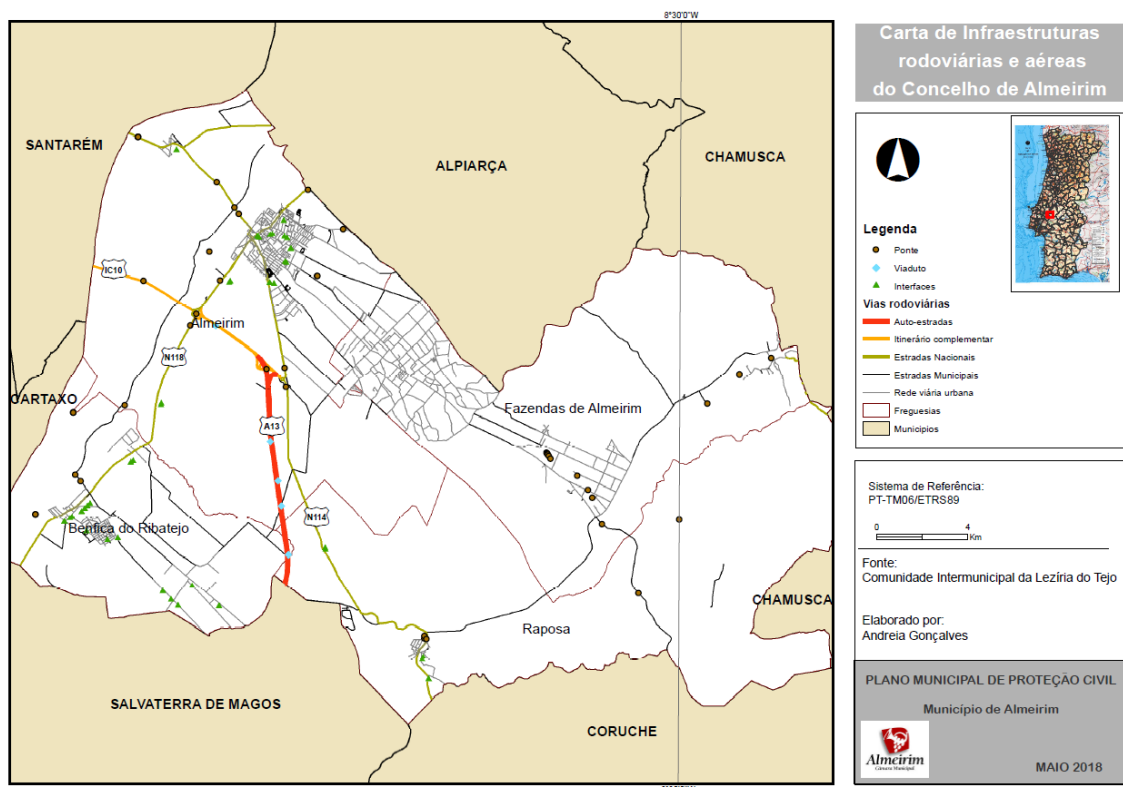


Figura 6 - Infraestruturas rodoviárias

A rede rodoviária do município de Almeirim é composta por:

Tabela 6 - Designação da rede rodoviária do concelho de Almeirim

TIPOLOGIAS	CLASSIFICAÇÃO	DESIGNAÇÃO	PONTOS EXTREMOS E/OU INTERMÉDIOS NO MUNICÍPIO
Estradas Rurais e Municipais	E.R. A1	E.N. 114 – Quinta da Palmeira	Tapada – Quinta da Palmeira
	E.R. A2	E.N. 368 – E.N. 118	Quinta da Torrinha – Benfica do Ribatejo
	E.R. A5	E.N. 368 – Qtª da Torrinha	Porto da Courela
	E.R. A6	E.N. 118 – Pinheirocas	Benfica do Ribatejo
	E.R. A7	Gouxa - Gagos	Albufeira dos Gagos

TIPOLOGIAS	CLASSIFICAÇÃO	DESIGNAÇÃO	PONTOS EXTREMOS E/OU INTERMÉDIOS NO MUNICÍPIO
	E.R. A9	Casal Branco – Qt.ª da Alorna	Hectares
	E.R. A12	Arneiro da Volta - Marianos	Arneiro da Volta - Marianos
	E.R. A15	Quinta da Alorna	Quinta da Alorna
	E.R. A19	Monte da Vinha – Vale Santarém	Cantarinhos
	E.R. A21	Raposa – Monte da Vinha	Biscais – Vale Inferno
	E.M. 577	Raposa - Marianos	Paço dos Negros
	E.M. 578	Almeirim – Paço dos Negros	Fazendas de Almeirim
	E.M. 583	Almeirim – Cadete do Frade	Vale Peixe
Estradas Nacionais e Itinerários Complementares	IC 10	Santarém - Montemor-o-Novo	Santarém – Almeirim – Raposa
	EN 114	Santarém - Almeirim	Santarém - Almeirim
	EN 118	Benfica do Ribatejo - Almeirim	Benfica do Ribatejo – Azeitada – Casal Branco, Qtª Alorna - Almeirim
Autoestradas	A13	Marateca - Coimbra	Benavente – Salvaterra de Magos – Almeirim – Entroncamento – Tomar

Pontes e Viadutos

As pontes e viadutos que integram a rede rodoviária constituem infraestruturas de elevada importância. No Município de Almeirim, a maioria das pontes localizam-se na autoestrada A13 e no itinerário complementar IC10, destacando-se as pontes Salgueiro maia (IC10) e a ponte D. Luís (E.N. 114). No município não se localizam túneis. Na Tabela III.4 e Figura III.3 identificam-se as pontes e viadutos existentes no município.

Tabela 7 - Pontes e viadutos da rede rodoviária⁴

IDENTIFICAÇÃO	PONTES	VIADUTOS	TOTAL
A13	0	4	4
A13 Acessos	1	1	2
EN118	3	0	3
IC10	1	0	1
IC10 Acessos	1	1	2
Ponte Dom Luís I (EN114)	1	0	1
Ponte Salgueiro Maia (IC10)	1	0	1

⁴ Na tabela encontram-se quantificadas, e diferenciadas por tipologia, as obras de arte disponibilizadas na informação geográfica (compiladas a partir da informação da Navteq, 2008 e do InfoPortugal, 2013), não havendo diferenciação por extensão, largura ou tipologia de via.

IDENTIFICAÇÃO	PONTES	VIADUTOS	TOTAL
TOTAL	8	6	14

3.1.2 Rede de Telecomunicações

A maioria do território está coberto por rede de comunicação fixa e aérea. O município de Almeirim é abrangido por 3 (três) operadoras móveis – Altice, NOS e Vodafone

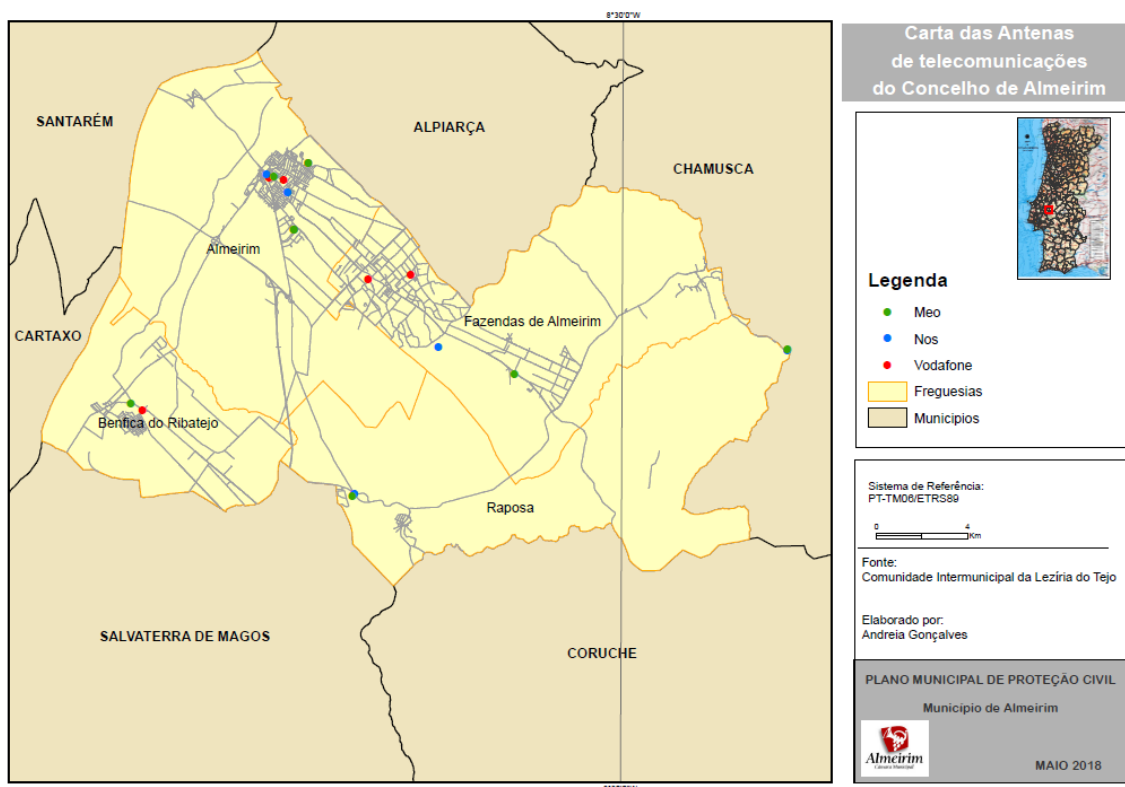


Figura 7 - Antenas Telecomunicações

3.1.3 Sistemas de abastecimento de água em alta

As infraestruturas hidráulicas da vertente em “Alta” sujeitas a inventariação foram designadamente as captações de água subterrâneas (Capt_sub) e estações de tratamento de água (ETA).

A quantidade destas infraestruturas dos sistemas de abastecimento de água em “Alta” existentes no município de Almeirim está apresentado na Tabela 8.

Tabela 8 - Infraestruturas associadas aos sistemas de abastecimento de água em alta existentes no município
(fonte: Entidades Gestoras e APA (INSAAR2010)⁵)

CONCELHO	CAPTAÇÕES (N.º)	ETA (N.º)
	SUBTERRÂNEAS	
Almeirim	9	5

Segundo o RASARP2012, a única base de dados disponibilizada pela ERSAR (Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos), em Almeirim atualmente a vertente em “Alta” dos serviços de abastecimento de água é assegurada pelas Águas do Ribatejo, E.M.SA.

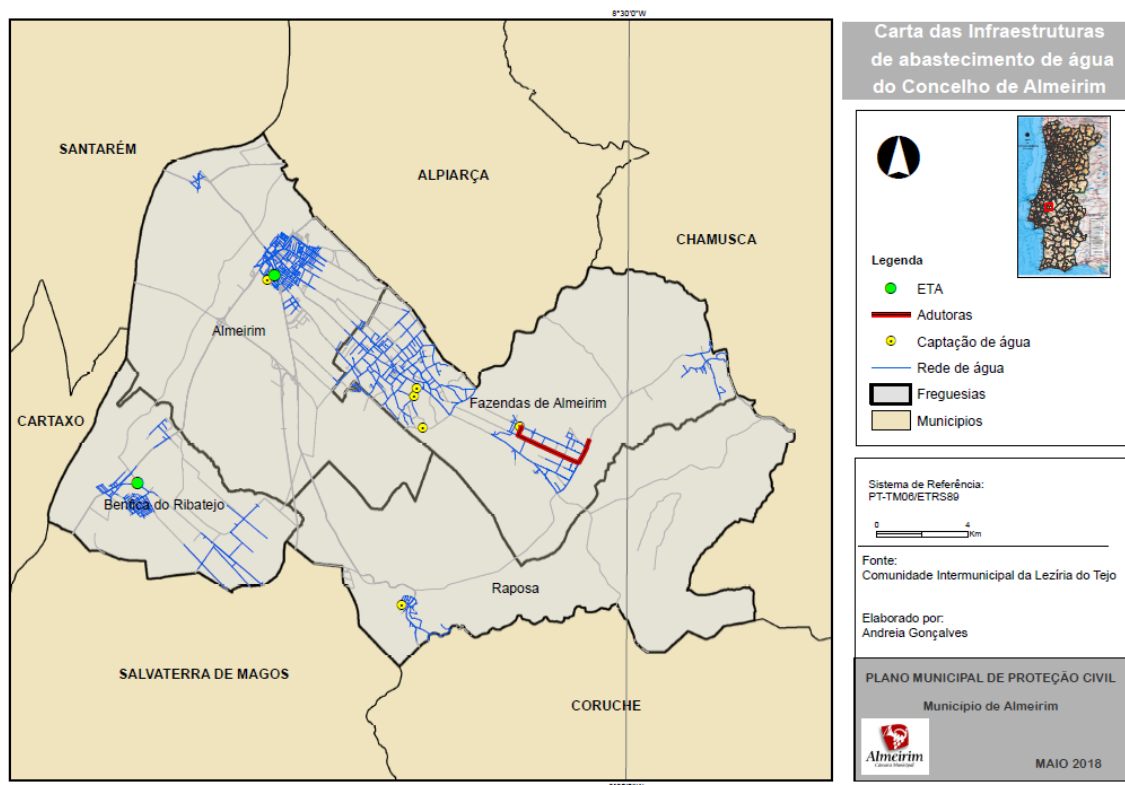


Figura 8 - Infraestruturas hidráulicas dos sistemas de abastecimento em “Alta”

3.1.4 Infraestruturas de Saneamento de Águas Residuais

Em toda a área do município de Almeirim, a entidade gestora responsável pela conceção, construção e exploração do sistema público de drenagem de águas residuais domésticas são Águas do Ribatejo E.M., SA.

O sistema público de saneamento de águas residuais é composto pelo conjunto de estruturas e equipamentos que asseguram a conectividade hidráulica e fazem afluir as águas residuais

⁵ O presente inventário INSAAR das captações, ETA apresentadas é datado de 2010 e relativo aos anos de 2007 e 2008, constituindo-se a única base de dados de infraestruturas hidráulicas existente.

urbanas a um meio recetor, com o objetivo de prestação de serviços de drenagem e tratamento de águas residuais, as quais se encontram devidamente representadas no Mapa.

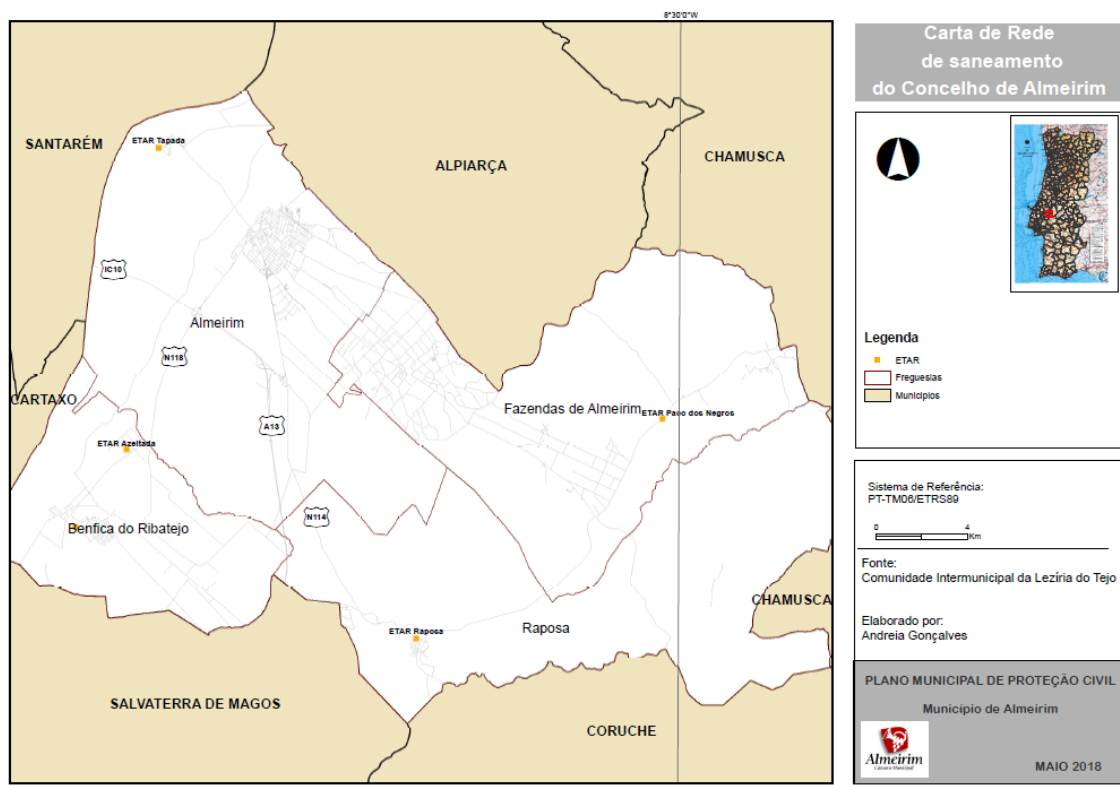


Figura 9 - Infraestruturas de Saneamento de Águas Residuais

3.1.5 Infraestruturas de Gestão de Resíduos

Em toda a área do município de Almeirim, a entidade gestora responsável pela gestão de serviços de resíduos sólidos e limpeza urbana são os próprios serviços de Higiene e Limpeza do município. Por sua vez, o tratamento dos resíduos sólidos urbanos produzidos pelo município de Almeirim atualmente compete à RESITEJO – Associação de Gestão e Tratamento dos Lixos do Médio Tejo (Chamusca).

No entanto durante cerca de 20 anos, existiu um aterro sanitário (Ecolezíria), na freguesia de Raposa, junto ao limite sul com o município Salvaterra de Magos, que apesar de já não receber deposição de lixos, o mesmo tem milhares de m³ de lixo depositado. Neste momento as instalações funcionam com estação de triagem de lixos para posterior deposição nas instalações da RESITEJO (Chamusca).

Na figura 10 encontram-se identificadas as infraestruturas de gestão de resíduos existentes no concelho de Almeirim.

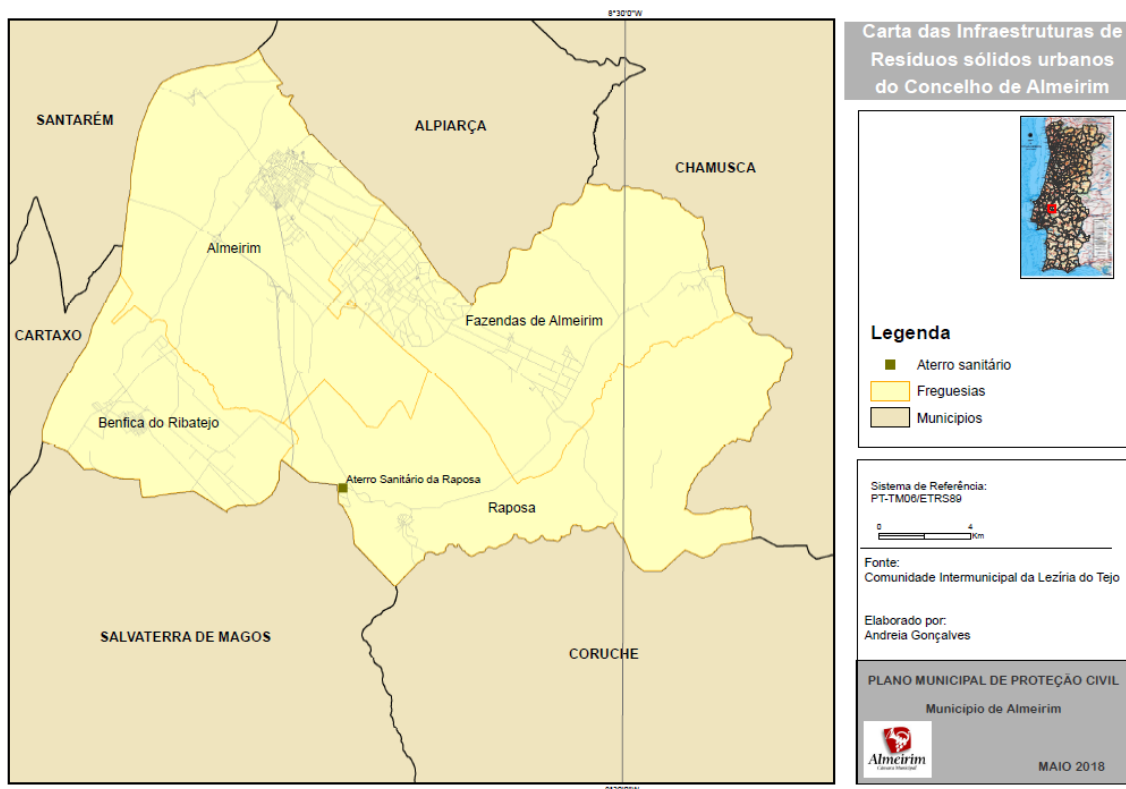


Figura 10 - Infraestruturas de gestão de resíduos

3.1.6 Energia Elétrica

Os sistemas de produção de energia nacionais centram-se essencialmente na produção de energia elétrica. No que se refere à rede de transporte de energia da responsabilidade da REN Elétrica SA, o concelho de Almeirim não é sobrepassado por linhas de muito alta tensão.

No que se refere à rede de distribuição da energia elétrica (rede elétrica de baixa, média e alta tensão) esta é da responsabilidade da empresa EDP Distribuição – Energia SA.

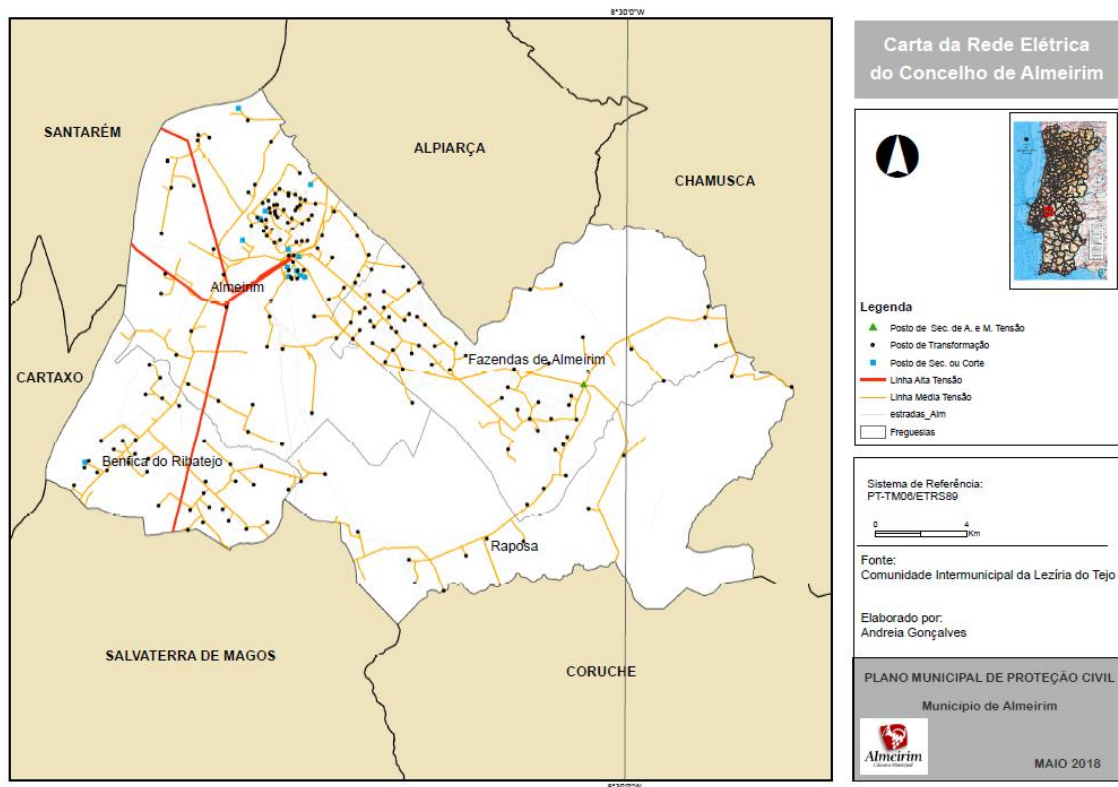


Figura 11 - Rede Elétrica

3.1.7 Gás Natural e Postos de Combustível

A rede de distribuição de gás natural é assegurada pela empresa Tagusgás – Empresa de Gás do Vale do Tejo, SA que é a concessionária para a distribuição de gás natural nos distritos de Santarém e Portalegre. A rede primária permite o transporte do gás até às zonas de consumo, onde a rede secundária faz a ligação final ao consumidor.

No concelho de Almeirim localizam-se 13 postos de abastecimento de combustível, conforme representado na figura seguinte.

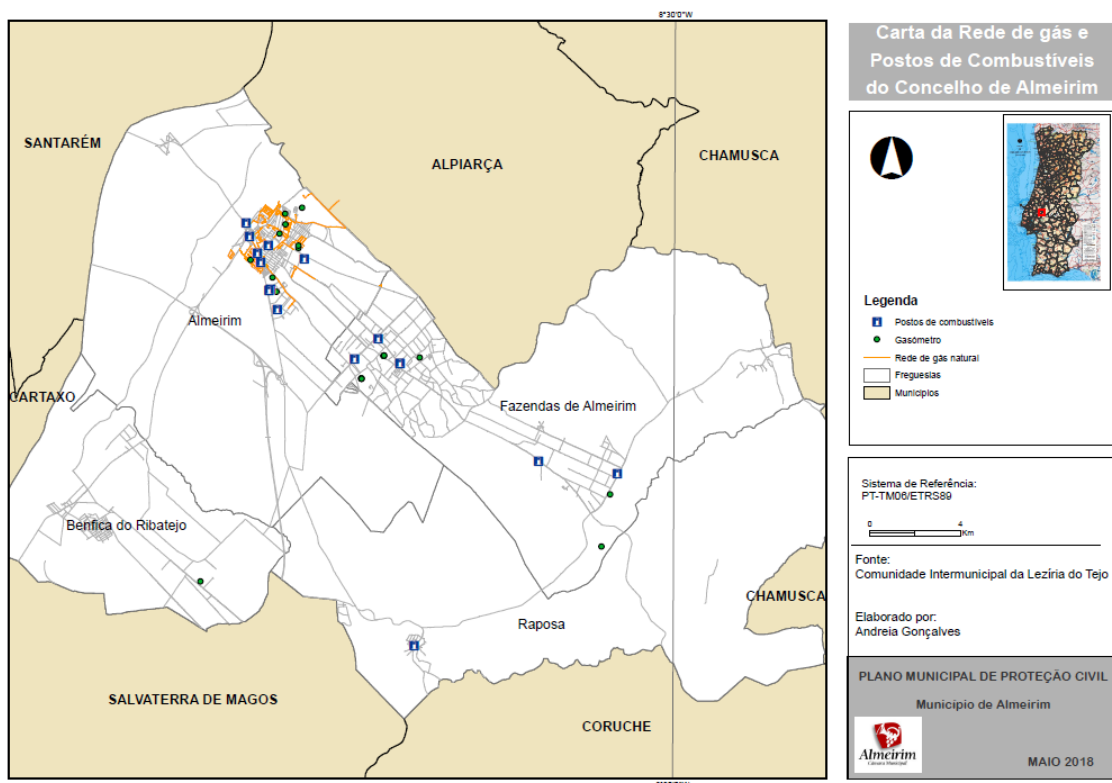


Figura 12 - Rede de Gás Natural e Postos de Combustível

Tabela 9 - Postos de abastecimento de combustível por concelho
(fonte: DGEG, 2014)

CONCELHO	POSTO DE ABASTECIMENTO DE COMBUSTÍVEL (n.º)
Almeirim	13
TOTAL	13

3.1.8 Áreas Industriais e Armazenamento

A Figura 13 mostra a localização dos armazéns industriais e as indústrias. Existem 55 indústrias e 17 armazéns industriais, constando-se que existe uma maior concentração de indústrias na freguesia de Almeirim, com especial destaque para a “Sumol + Compal”, do tipo “Produção de Conservas Alimentares”; em relação aos armazéns, observa-se uma maior concentração na freguesia de Fazendas de Almeirim.

Nenhuma das indústrias existentes no concelho é considerada de elevada perigosidade de acordo com o Decreto-Lei n.º 150/2015, de 05 de agosto, que se aplica a todos os estabelecimentos onde estejam presentes substâncias perigosas em quantidades iguais ou superiores às indicadas na coluna 2 das partes 1 (Substâncias Designadas) e 2 (Categorias de substâncias ou preparações não designadas especificamente na Parte 1) do Anexo I do referido diploma ou a aplicação da regra da adição prevista na nota 4 do mesmo anexo assim o determine.

Na Tabela 10 e Figura 13 identifica-se as áreas industriais e armazenamento existentes.

Tabela 10 - Área industrial existente no município

CONCELHO	DESIGNAÇÃO
Almeirim	Zona Industrial de Almeirim

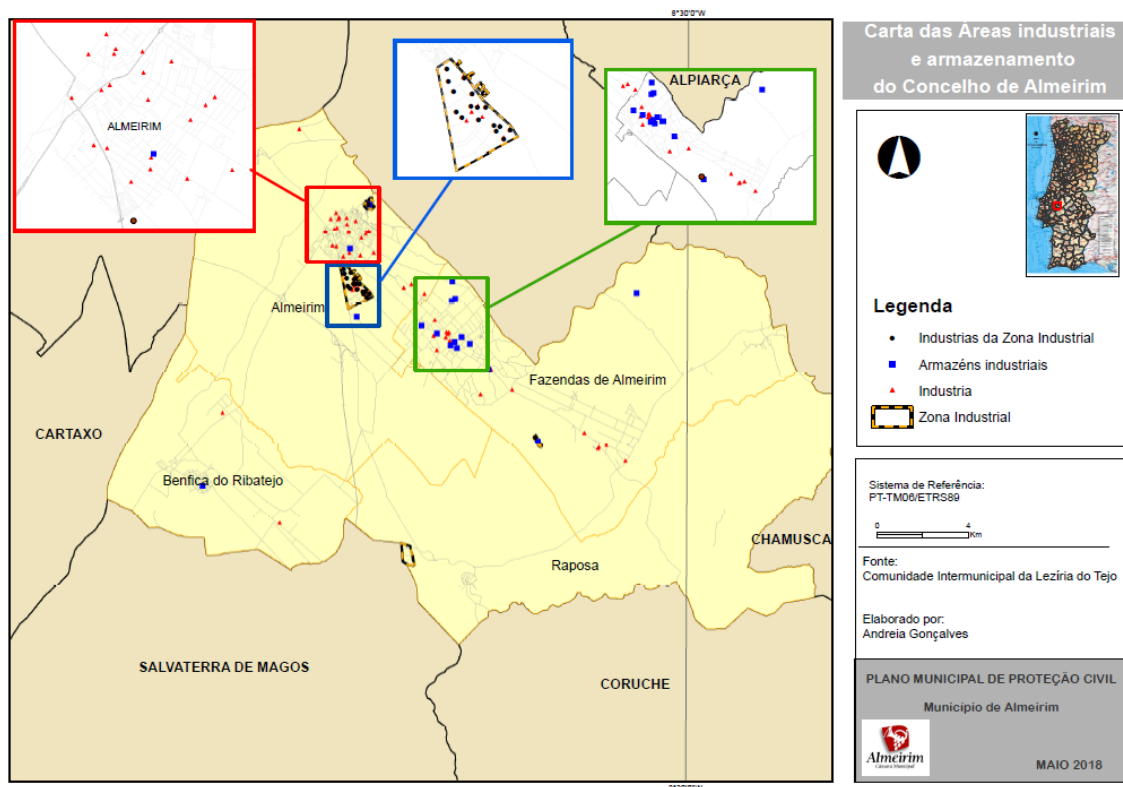


Figura 13 - Áreas Industriais e Armazenamento

A Tabela sintetiza as indústrias do concelho de Almeirim por tipologia. Em anexo encontra-se uma listagem com todas as unidades industriais e de armazenamento existentes no concelho.

Tabela 11 - Tipologia de indústrias no concelho

Tipo	Nº
Alfaiate	1
Central de Betão	1
Centro de Corte e Fabrico de Enchidos	1
Comércio de Mármore	1
Comércio de Mármore e Granitos	1
Comércio e Fabrico de Mobiliário	1
Comércio por Grosso e a Retalho de Embalagens Descartáveis	1
Confeção de Cortinados	1
Correeiro	1
Embalamento de Frutas e Hortaliças	1
Empresa de Caixilharia de Alumínio	1
Engarrafamento de Lixívia	1

Estofador	3
Exportação e Importação de Mármore e Granitos	1
Extração de Areias	1
Fábrica de Bolos	1
Fábrica de Bolos e Pastelaria	1
Fabricação de Carroçarias e Atrelados	1
Fabricação e Reparação de Máquinas e de Equipamentos para o trabalho a Solo em Fibras de Poliéster	1
Fabrico Artesanal de Sapatos	1
Fabrico de Mobiliário por Medida	1
Fabrico de Paletes	1
Gráfica	3
Gráfica e Publicidade	1
Indústria de Alumínios	2
Indústria de Preparação e Transformação de Carnes de Suíno (Tipo 4)	1
Lagar de Azeite	2
Lareiras, Recuperadores de Calor, Mármore e Cantarias	1
Oficina Metal-Mecânica	3
Panificadora	6
Produção de Conservas Alimentares	1
Restaurador de Móveis	1
Saibreira	1
Serração de Madeiras	2
Serração e Carpintaria Mecânica	1
Tipografia	2
Torneiro de Madeiras e Metais	1
Transformação de Mármore	2
Transformação e Comércio de Quartzo Colorido	1
TOTAL	55

3.1.9 Elementos expostos estratégicos, vitais e/ou sensíveis para as operações de proteção e socorro

3.1.9.1 Agentes de Proteção Civil

No município de Almeirim existe uma Unidade Territorial da Guarda Nacional Republicana (GNR) e um Corpo de Bombeiros Voluntários, ambos situados na freguesia de Almeirim. (Figura 14 e Tabela 11).

3.1.9.2 Estruturas de Proteção Civil

Neste contexto, importa ainda referir a existência de uma Unidade de Reserva Logística da ANEPC, o Comando Distrital de Operações de Socorro de Santarém e também Base Logística da Força Especial de Bombeiros, da Autoridade Nacional de Proteção Civil, localizadas na Zona Industrial de Almeirim.

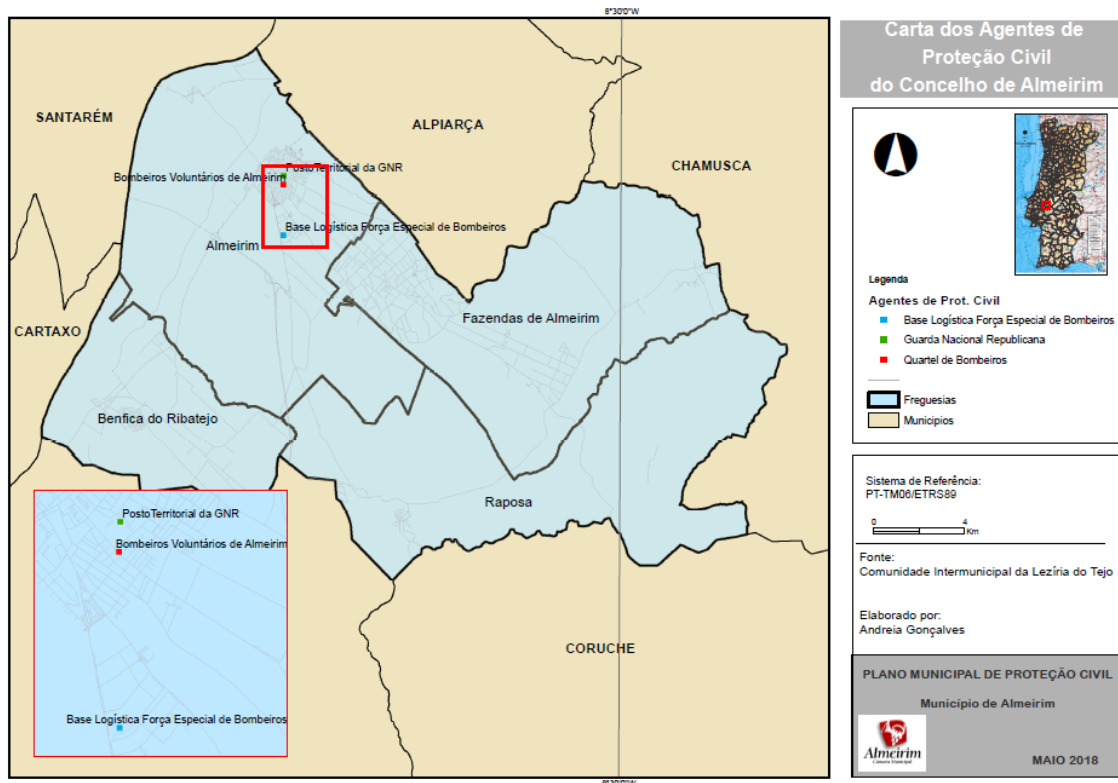


Figura 14 - Agentes e Estruturas de Proteção Civil

Tabela 12 - Agentes de Proteção Civil

Agentes de Proteção Civil	Instalações
Guarda Nacional Republicana	<ul style="list-style-type: none"> Posto Territorial de Almeirim da Guarda Nacional Republicana
Bombeiros Voluntários de Almeirim	<ul style="list-style-type: none"> Quartel da Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Almeirim

3.1.10 Equipamentos de Utilização Coletiva

Em relação aos equipamentos de utilização coletiva (Figura 15 e Tabela 12), o município de Almeirim dispõe de um Centro de Saúde na freguesia de Almeirim e 5 extensões: extensão de saúde de Benfica do Ribatejo, extensão de saúde da Raposa, extensão de saúde de Paço dos Negros, extensão de saúde de Marianos e a extensão de saúde de Fazendas de Almeirim. O concelho conta ainda com 6 farmácias.

Quanto aos equipamentos sociais, o município é servido por um centro de dia (Lar São José) na freguesia de Almeirim, por dois equipamentos que funcionam como centros de dia e lares de idosos (Centro de dia Associação de Solidariedade Social de Benfica do Ribatejo e Centro de dia Associação de Apoio às Famílias de Fazendas de Almeirim) as freguesias de Benfica do Ribatejo e Fazendas de Almeirim são servidas por dois lares de idosos (Lar de Idosos do Centro Paroquial de Bem Estar Social de Almeirim e Vila Campo) em Almeirim e Fazendas de Almeirim.

Relativamente ao ensino, existem dois agrupamentos de escolas: Escola Secundária Marquesa de Alorna e Escolas de Fazendas de Almeirim. O primeiro agrupamento é composto por oito

escolas, do pré-escolar ao ensino secundário. O outro agrupamento é constituído por apenas três escolas, desde a pré-escolar ao 3º ciclo.

Em relação aos equipamentos culturais, existe no município de Almeirim, uma biblioteca Municipal (Biblioteca Municipal Marquesa de Cadaval), uma Galeria Municipal (Galeria Municipal de Almeirim), um Cineteatro (Cineteatro de Almeirim) e um Museu Municipal (Museu Municipal de Almeirim), localizados na freguesia de Almeirim.

Nos equipamentos desportivos, o município conta com Piscinas Municipais (Piscinas Municipais de Almeirim) e campos de ténis (Escola Municipal de Ténis de Almeirim).

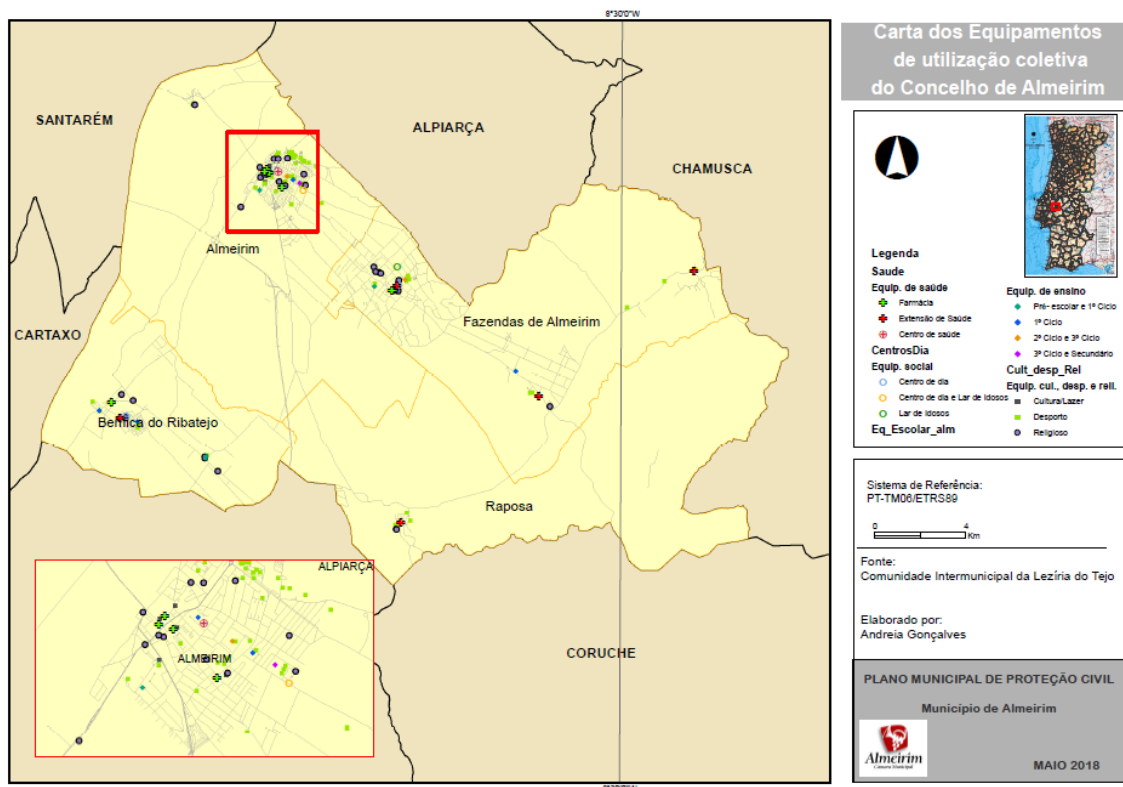


Figura 15 - Equipamentos de utilização coletiva

Tabela 13 - Equipamentos de utilização coletiva

Tipo	Equipamento
Saúde	<ul style="list-style-type: none"> • Centro de Saúde • Extensão de Saúde de Benfica do Ribatejo • Extensão de Saúde da Raposa • Extensão de Saúde de Paço dos Negros • Extensão de Saúde de Marianos • Extensão de Saúde de Fazendas de Almeirim • Farmácia Central • Farmácia Barreto do Carmo • Farmácia Mendonça • Farmácia Higiene • Farmácia Moderna • Farmácia Correia de Oliveira
Social	<ul style="list-style-type: none"> • Lar de São José • Centro de dia Associação de Solidariedade Social de Benfica do Ribatejo • Centro de dia Associação de Apoio às Famílias de Fazendas de Almeirim • Lar de Idosos do Centro Paroquial de Bem Estar Social de Almeirim • Villa Campo
Ensino	<ul style="list-style-type: none"> • Escola Secundária Marquesa d' Alorna • Escola Básica de Almeirim • Escola Básica de Benfica do Ribatejo • Escola Básica de Cortiços • Escola Básica de Foros de Benfica • Escola Básica dos Charcos • Escola Básica 2,3 Febo Moniz • Escola Básica Moinho de Vento • Escola Básica 2,3 Fazendas de Almeirim • Escola Básica Paço dos Negros • Escola Básica nº1 de Fazendas de Almeirim
Cultura	<ul style="list-style-type: none"> • Biblioteca Municipal de Marquesa de Cadaval • Galeria Municipal de Almeirim • Cine Teatro de Almeirim • Museu Municipal de Almeirim
Desporto	<ul style="list-style-type: none"> • Piscina Municipal de Almeirim • Escola Municipal de Ténis de Almeirim • Pavilhão Alfredo Bento Calado • Estádio Municipal de Almeirim

3.1.11 Outros elementos expostos / Infraestruturas

3.1.11.1 Alojamento e Património

Almeirim possui 7 Unidades hoteleiras (Figura 16 e Tabela 13), das quais 3 são Hospedarias localizadas na freguesia de Almeirim (O Minhoto. D. António e Ho. Abílio), 3 são Turismo em Espaço Rural, 2 localizadas na freguesia de Almeirim (Quinta da Gafaria e Quinta da Alorna) e 1

na freguesia de Benfica do Ribatejo (Quinta do Casalinho) e 1 hotel no centro urbano de Almeirim (O Novo Príncipe).

Em relação ao património cultural, existem 4 Bustos, dos quais, 2 situam-se na freguesia de Almeirim (Busto do Dr. Ernestino Conceição Rodrigues e Busto de D. Lúcia Brancamp) e 1 na freguesia de Benfica do Ribatejo (Busto do Dr. José L. S. Moita) e 1 outro na freguesia de Fazendas de Almeirim (Busto de Diogo Rodrigues).

Existe ainda a Torre do Relógio em Benfica do Ribatejo, uma Fonte e o Pórtico de Paço dos Negros em Fazendas de Almeirim (Figura 16).

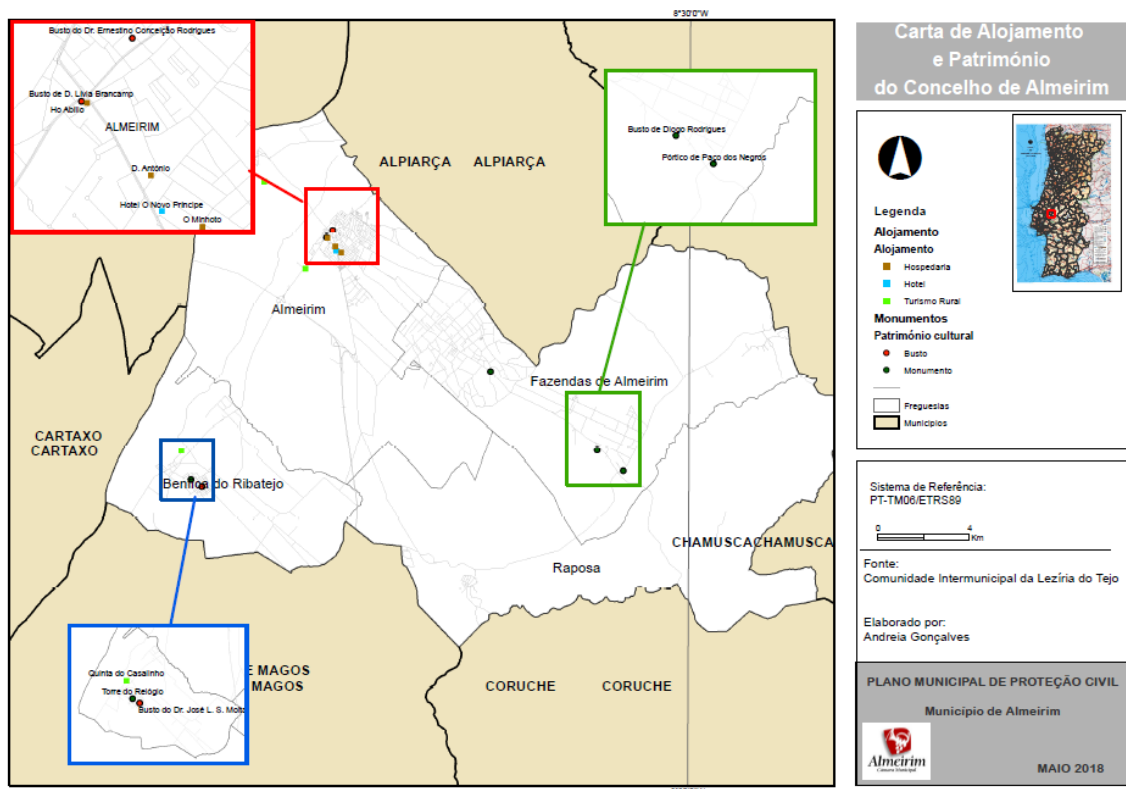


Figura 16 - Alojamento e património

Tabela 14 - Alojamento e património

Tipo	Designação	Equipamento
Unidades Hoteleiras	<ul style="list-style-type: none"> O Minhoto D. António Ho Abílio Quinta da Gafaria Quinta da Alorna Quinta do Casalinho O Novo Príncipe 	<ul style="list-style-type: none"> Hospedaria Hospedaria Hospedaria Turismo em Espaço Rural Turismo em Espaço Rural Turismo em Espaço Rural Hotel
Património Cultural	<ul style="list-style-type: none"> Busto de D. Lúcia Brancamp Busto de Diogo Rodrigues Busto do Dr. Ernestino Conceição Rodrigues 	<ul style="list-style-type: none"> Busto Busto Busto

	<ul style="list-style-type: none"> • Busto do Dr. José L. S. Moita • Fonte • Pórtico de Paço dos Negros • Torre do Relógio 	<ul style="list-style-type: none"> • Monumento • Monumento • Monumento • Monumento
--	--	--

3.1.12 Pontos de água de apoio ao combate a incêndios rurais

De acordo com o Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PMDFCI) existem no município de Almeirim 44 pontos de água de apoio ao combate a incêndio rurais. A figura 17 representa a distribuição dos pontos de água no município.

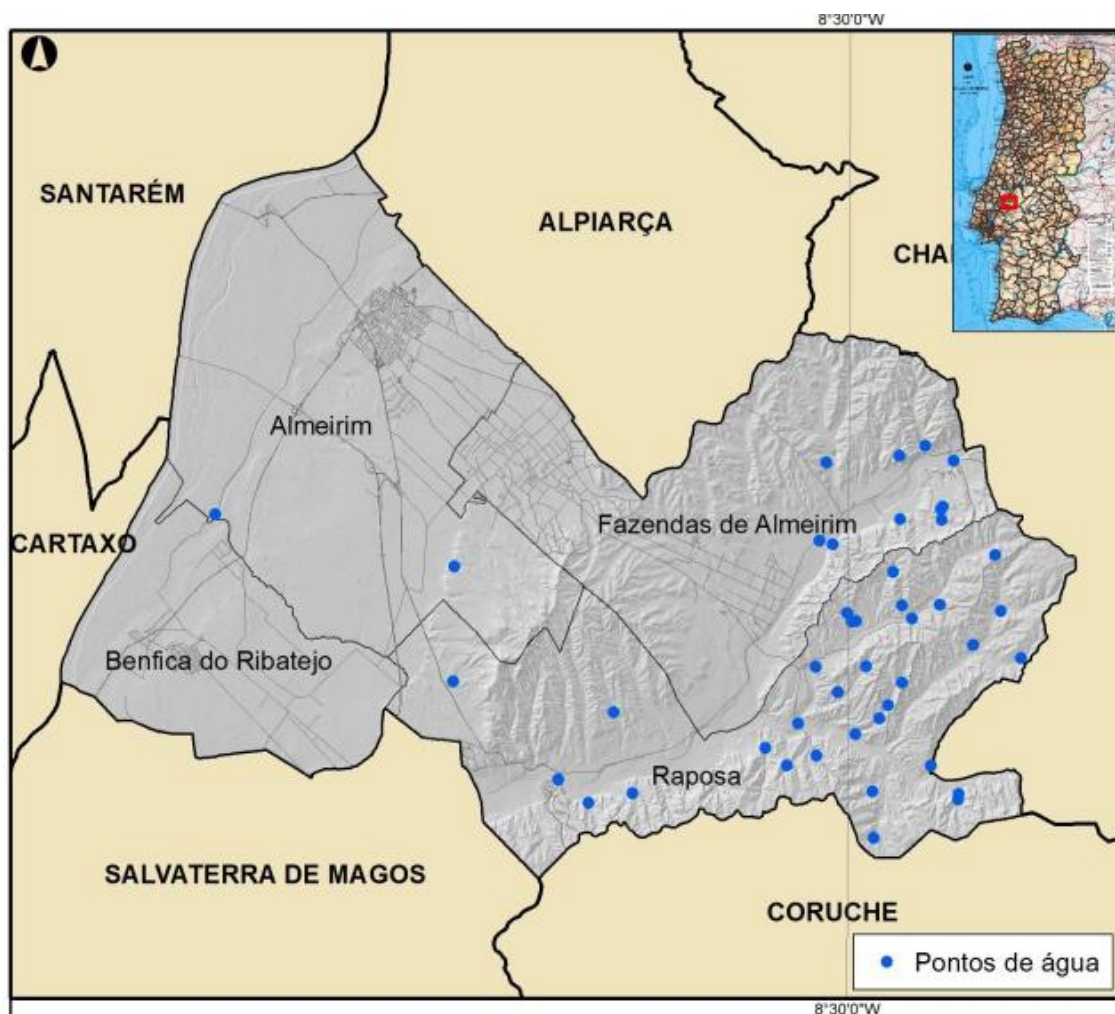


Figura 17 - Pontos de água

3.1.13 Postos de Vigia

De acordo com a Rede Nacional de Postos de Vigia, no concelho de Almeirim existe um posto de vigia (Apolo 14-03) localizado na freguesia de Fazendas de Almeirim, a 171m de altitude. (Figura 18).

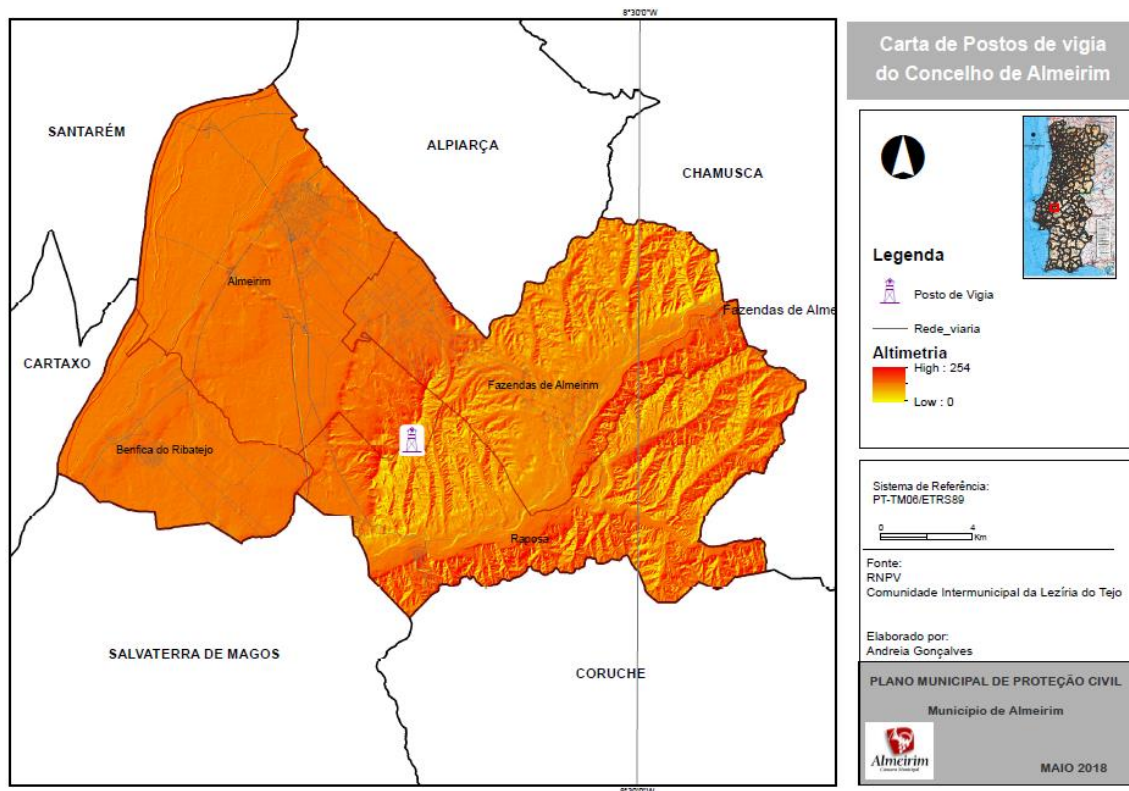


Figura 18 - Postos de vigia

3.2 Zonas de Intervenção

A ativação do plano pressupõe a necessidade de uma resposta rápida e eficaz a situações de emergência tonando-se importante a execução de uma divisão territorial de áreas com diferentes objetivos e responsabilidades nas operações de socorro e salvamento.

A resposta operacional desenvolve-se na área do município de Almeirim que pode conter Zonas de Intervenção (ZI). Em função das informações obtidas através das ações de reconhecimento e avaliação técnica e operacional, a delimitação geográfica inicial da ZI poderá ser alterada.

Nos termos do SIOPS, a ZI divide-se em Zona de Sinistro (ZS), Zona de Apoio (ZA), Zona de Concentração e Reserva (ZCR), sob coordenação do COS (Figura 8).

Sendo estas áreas de enorme relevância, torna-se fundamental conhecer os conceitos que as definem:

- **Zona de Sinistro (ZS)** – É a área na qual se desenvolve a ocorrência, sendo naturalmente, uma zona de acesso restrito e onde deverão circular exclusivamente os meios necessários e com missão atribuída, para a intervenção direta, sob a responsabilidade do COS;
- **Zona de Apoio (ZA)** – É a zona adjacente à ZS, de acesso condicionado, onde se concentram os meios de apoio logísticos estritamente necessários ao suporte dos meios em operações e onde se estacionam meios de intervenção para resposta imediata;

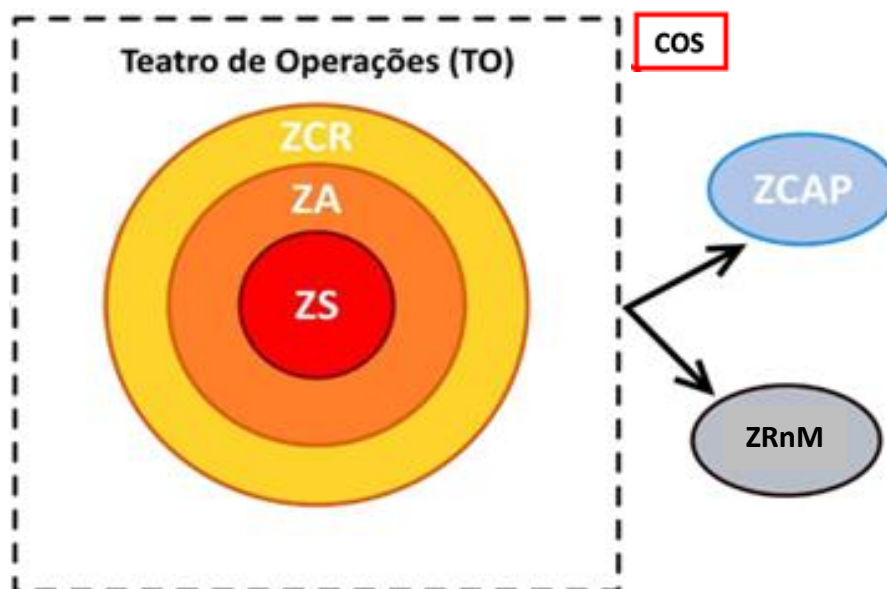


Figura 19 - Organização das diferentes zonas de intervenção

No quadro deste Plano, importa, sobretudo caracterizar as **Zonas de Concentração e Reserva**, uma vez que serão a estas que chegarão os reforços essenciais à gestão da emergência.

Zonas de Concentração e Reserva

As ZCR são zonas junto ao TO, de configuração e amplitude variáveis e adaptada às circunstâncias e condições do tipo de ocorrência, onde se localizam temporariamente meios e recursos disponíveis sem missão imediata atribuída e nas quais se mantém um sistema de apoio logístico e assistência pré-hospitalar às forças de intervenção, sob gestão da Célula de Logística do PCO.

Nas ZCR podem ser consideradas diferentes áreas de acordo com o tipo e dimensão da ocorrência, nomeadamente:

- **Área de reserva** – local ou locais onde se localizam os meios e recursos sem missão imediata atribuída e que constituem a reserva estratégica sob a gestão da CELOG;
- **Área de reabastecimento** – local ou locais onde se realizam as operações de reabastecimento de combustíveis, água, equipamentos, consumíveis e outros considerados necessários ao suporte da ocorrência;
- **Área de alimentação** – local ou locais onde se procede à alimentação das forças e/ou preparação das refeições para distribuição aos meios em intervenção na ZS;
- **Área de descanso e higiene** – local ou locais onde se asseguram as condições de descanso e higiene aos operacionais;
- **Área de apoio sanitário** – local ou locais onde é instalado o apoio sanitário aos operacionais envolvidos na ocorrência;
- **Área de manutenção** – local ou locais onde se providencia a manutenção dos equipamentos;
- **Área médica** – local ou locais para instalação do Posto Médico Avançado (PMA) e/ou outras estruturas de assistência pré-hospitalar no TO.

Os responsáveis pelas áreas da ZCR reportam diretamente ao Oficial de Logística.

Para efeitos do presente Plano, são consideradas as seguintes ZCR:

Tabela 15 - Localização das Zonas de Concentração e Reserva

Designação	Local	Coordenadas (WGS84)
ZCR Almeirim	Campo de Futebol Municipal	N 39º 12' 45'' W 008º 36' 60''
ZCR Benfica do Ribatejo	Campo de Futebol	N 39º 08' 37'' W 008º 41' 36''
ZCR Paço dos Negros	Campo de Futebol	N 39º 08' 48'' W 008º 31' 60''

ZCR Raposa	Campo de Futebol	N 39º 06' 33'' W 008º 34' 57''
------------	------------------	-----------------------------------

Além do Teatro de Operações existem outras zonas operacionais a considerar em situação de resposta a ocorrências de acidentes graves ou catástrofes. No exterior do TO poderão ser ainda delimitadas as seguintes áreas:

- **Zona de Concentração e Apoio à População (ZCAP)** – Tem como objetivo acolher e alojar temporariamente a população evacuada, devendo ser criados procedimentos de registo dessa mesma população;
- **Zona de Reunião de Mortos (ZRnM)** – Área onde deverão ser colocados temporariamente, quando se justificar, todas as vítimas mortais para identificação. Esta zona será efetivada nas ZCR, através da mobilização de camiões frigoríficos.

3.3 Mobilização e coordenação de meios

Mobilização e Coordenação de Meios

A mobilização de meios será prioritariamente efetuada com recurso a meios públicos e ou privados existentes no município afetado pelo acidente grave ou catástrofe, os quais atuarão de acordo com as prioridades identificadas nas várias Áreas de Intervenção.

Desta forma, aquando da ativação do Plano é fundamental a mobilização rápida, eficiente e ponderada de meios e recursos, de acordo com os seguintes critérios:

- Utilizar os meios e recursos adequados ao objetivo, não excedendo o estritamente necessário;
- Dar preferência à utilização de meios e recursos públicos sobre a utilização de meios e recursos privados;
- Dar preferência à utilização de meios e recursos detidos por entidades com as quais tenha sido celebrado protocolo de utilização, sobre a utilização de meios e recursos privados;
- Obedecer a critérios de proximidade e de disponibilidade na utilização de meios e recursos.

Os meios e recursos pertencentes aos agentes de proteção civil e aos organismos e entidades de apoio serão colocados à disposição do(s) Posto(s) de Comando que os afetarão de acordo com as necessidades. O inventário dos meios e recursos encontra-se na Parte III deste Plano (Capítulo 1 – Inventário de Meios e Recursos).

Em caso de necessidade, poderão ser solicitados reforços de meios externos, só sendo considerados válidos quando apresentados pela cadeia de comando municipal. Neste contexto, caberá ao CDOS a atribuição de meios de reforço distritais, tendo em conta critérios de proximidade, prontidão e disponibilidade para fazer face às necessidades operacionais decorrentes do evento. Para efeitos do presente plano, e tendo em conta os critérios previstos

anteriormente, a ajuda externa ao município deverá ser coordenada, sempre e em primeira instância, em conjunto com o CDOS.

A mobilização e requisição de recursos e equipamentos, deverá ser feita através do modelo de requisição constante na Parte III (Capítulo 3.2 – Modelos de Requisições).

Sempre que for ativado um estado de alerta especial para o SIOPS observa-se o incremento do grau de prontidão das organizações integrantes do SIOPS com vista a intensificar as ações preparatórias para as tarefas de supressão ou mitigação das ocorrências, de acordo com a tabela seguinte (Tabela 17).

Tabela 16 - Grau de prontidão e de mobilização

Nível	Grau de prontidão	Grau de mobilização (%)
Vermelho	Até doze horas	100
Laranja	Até seis horas	50
Amarelo	Até duas horas	25
Azul	Imediato	10

3.4 Sustentação Operacional

Perante a informação ou perceção de uma ocorrência, designadamente a possibilidade de as estruturas municipais incluídas na ZI, responsáveis pelas operações de proteção civil e socorro, poderem vir a ficar parcial ou totalmente inoperativas, desenvolve-se um Esquema de Sustentação Operacional (ESO), sob a coordenação do SMPC, no sentido de garantir, tão depressa quanto possível, a reposição da capacidade de coordenação, comando e controlo. Como abordagem inicial, considera-se freguesia de sustentação à freguesia afetada, as freguesias adjacentes não afetadas. Face à evolução da situação, o PCMun decidirá, em concreto, quais as freguesias que operacionalizam o ESO.

Nos casos em que também a estrutura Municipal responsável pelas operações de proteção civil e socorro se encontre parcial ou totalmente inoperativa no município de Almeirim, o Comandante Operacional Distrital (CODIS) decidirá, em concreto, quais os municípios que operacionalizam o ESO. Como abordagem inicial, considera-se municípios de sustentação ao município afetado, os municípios adjacentes não afetados.

3.5 Notificação operacional

O SMPC tem acesso a um conjunto de sistemas de monitorização, quer de modo direto, quer através de informação proveniente do patamar distrital.

Aquando da receção de informação acerca da iminência ou ocorrência de acidente grave ou catástrofe, o SMPC desencadeia um conjunto de notificações operacionais, com o objetivo de intensificar as ações preparatórias para as tarefas de supressão ou mitigação das ocorrências, prioritariamente através de comunicados e sms. São objeto de notificação as ocorrências que se encontrem em curso, i.e., com situação confirmada e em desenvolvimento no local.

De igual modo, mediante a determinação do estado de alerta, o SMPC difunde informação à CMPC, aos serviços e agentes de proteção civil, e ainda, aos organismos e entidades de apoio julgados pertinentes face à tipologia da ocorrência que desencadeou o referido estado de alerta e atenta a gravidade e dimensão da ocorrência e a sua tipologia específica, sendo a prioridade os comunicados e os sms.

No caso da ativação deste Plano, a informação pertinente será disseminada periodicamente a todas as entidades intervenientes pelos meios considerados mais apropriados (rede telefónica, fax, correio eletrónico, mensagem escrita, etc.) face à natureza da ocorrência. De acordo com a tipologia de risco os mecanismos de notificação operacional são os constantes na tabela seguinte.

Tabela 17 - Mecanismos de notificação operacional às entidades intervenientes

Mecanismos Risco	Comunicados	Telemóvel ou telefone fixo	Fax	E-mail	Rádio	Notificação SMS	Redes Sociais
Incêndios Rurais	X	X	X	X	X	X	X
Cheias e Inundações	X	X	X	X	X	X	X
Secas	X	X	X	X	X	X	X
Sismos	X	X	X	X	X	X	X
Nevões	X	X	X	X	X	X	X
Ondas de Calor e Ondas de Frio	X	X		X			X
Emergências Radiológicas	X	X	X	X	X	X	X
Substâncias Perigosas	X	X	X	X	X	X	X
Transporte terrestre de mercadorias perigosas	X	X	X	X	X	X	X
Incêndios Urbanos	X	X	X	X	X	X	X
Acidentes Aéreos	X	X	X	X	X	X	X
Acidentes Rodoviários	X	X	X	X	X	X	X
Colapso de Pontes e Viadutos	X	X	X	X	X	X	X

Colapso de Edifícios de Utilização Coletiva	X	X	X	X	X	X	X
--	---	---	---	---	---	---	---

4 Áreas de Intervenção

A organização da resposta assenta em diversas áreas de intervenção específicas, destinadas a enquadrar as principais medidas a adotar no âmbito territorial do plano. (Figura 20)



Figura 20 - Áreas de Intervenção do Plano

Para cada uma das áreas de intervenção, neste capítulo do plano encontram-se identificadas, as entidades e as responsabilidades específicas aplicáveis face a um acidente grave ou catástrofe, nomeadamente:

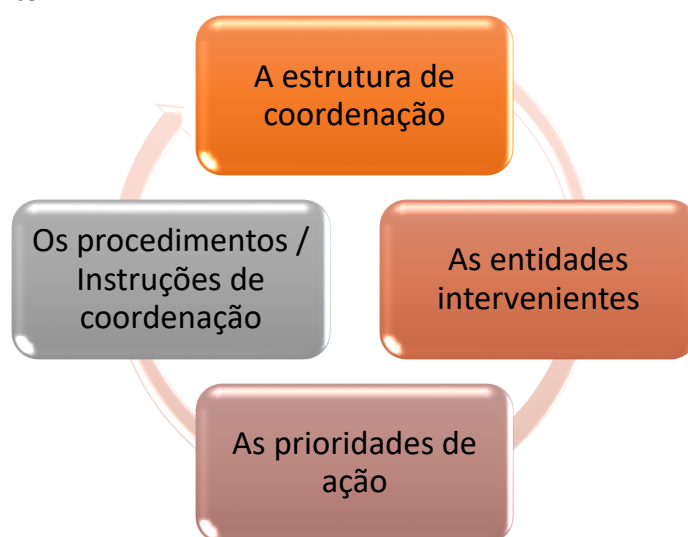


Figura 21 - Esquematização das Estrutura de Coordenação, Entidades intervenientes, Prioridades de ação e procedimentos/instruções

A ativação das diferentes áreas de intervenção do plano municipal de emergência de proteção civil de Almeirim depende dos seguintes fatores:



Figura 22 - Fatores para ativação das diferentes áreas de intervenção

Na tabela seguinte encontra-se especificado a esquematização das entidades com responsabilidades em cada uma das áreas de intervenção.

Tabela 18 - Esquematização das entidades envolvidas em cada área de intervenção do PMEPC de Almeirim

Áreas de Intervenção	Entidade Coordenadora	Entidades Intervenientes
Gestão Administrativa e Financeira	CMPC de Almeirim	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Agentes de proteção civil (APC)⁶; ✓ Câmara Municipal de Almeirim / SMPC; ✓ Juntas de Freguesia (JF); ✓ Organismos e entidades de apoio (OEA)⁷.
Reconhecimento e Avaliação (ERAS)	PCMun	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Câmara Municipal de Almeirim; ✓ Corpo de Bombeiros Voluntários de Almeirim; ✓ Outros APC; ✓ Organismos e entidades de Apoio (OEA)⁷.
Reconhecimento e Avaliação Técnica (EAT)	PCMun	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Câmara Municipal de Almeirim; ✓ Entidades gestoras de infraestruturas de relevância operacional.
Apoio Logístico às Forças de	CM Almeirim	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Agentes de proteção civil (APC); ✓ Câmara Municipal de Almerim;

⁶ Consideram-se todos os agentes de proteção civil mencionados em II-2.2

⁷ Consideram-se todos os Organismos e Entidades de Apoio mencionados em II-2.3

Intervenção		<ul style="list-style-type: none"> ✓ Juntas de Freguesia. ✓ Organismos e entidades de Apoio (OEA)⁸.
Apoio Logístico às Populações	Câmara Municipal de Almeirim (instalação); ISS, IP - Serviço Local de Segurança Social de Almeirim (gestão global).	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Câmara Municipal de Almeirim – Ação Social; ✓ ISS, IP - Serviço Local de Segurança Social de Almeirim; ✓ Juntas de Freguesia; ✓ Corpo de Bombeiros Voluntários de Almeirim; ✓ GNR - Posto Territorial de Almeirim; ✓ INEM, IP; ✓ ACES Lezíria do Tejo; ✓ IPSS do Concelho de Almeirim; ✓ CNE.
Comunicações	SMPC de Almeirim	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Câmara Municipal de Almeirim; ✓ Corpo de Bombeiros Voluntários de Almeirim; ✓ GNR - Posto Territorial de Almeirim; ✓ Organizações de Radioamadores.
Informação Pública	CMPC de Almeirim	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Câmara Municipal de Almeirim; ✓ Corpo de Bombeiros Voluntários de Almeirim; ✓ GNR - Posto Territorial de Almeirim; ✓ Juntas de Freguesia; ✓ Órgãos de comunicação social (consideram-se todos os órgãos de comunicação social mencionados em II- 2.3.).
Confinamento e/ou Evacuação	Força de Segurança territorialmente competente	<ul style="list-style-type: none"> ✓ GNR - Posto Territorial de Almeirim; ✓ Câmara Municipal de Almeirim; ✓ ISS, IP - Serviço Local de Segurança Social de Almeirim; ✓ CNE - Agrupamentos 404/1123/1186 (Almeirim, Benfica do Ribatejo e Fazendas de Almeirim); ✓ Corpo de Bombeiros Voluntários de Almeirim; ✓ INEM, IP; ✓ Organismos e entidades de apoio (consideram-se todas as empresas mencionadas em II- 2.3) ✓ Órgãos de comunicação social (consideram-se todos os órgãos de comunicação social mencionados em II- 2.3.).
Manutenção da Ordem Pública	Força de Segurança	<ul style="list-style-type: none"> ✓ GNR - Posto Territorial de Almeirim;
Serviços Médicos e Transporte de Vitimas	INEM, IP (na área do pré-hospitalar) Centro de Saúde (na área hospitalar)	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Corpo de Bombeiros Voluntários de Almeirim; ✓ INEM, IP; ✓ ACES Lezíria do Tejo; ✓ Junta de Freguesia de Fazendas de Almeirim.
Apoio Psicológico	INEM, IP (apoio imediato); ISS, IP - Serviço Local de Segurança Social de Almeirim (apoio de continuidade)	<ul style="list-style-type: none"> ✓ INEM, IP; ✓ ISS, IP - Serviço Local de Segurança Social de Almeirim ✓ ACES Lezíria do Tejo; ✓ Câmara Municipal de Almeirim; ✓ Corpo de Bombeiros Voluntários de Almeirim.

⁸ Consideram-se todos os Organismos e Entidades de Apoio mencionados em II-2.3

Socorro e Salvamento	SMPC de Almeirim	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Câmara Municipal de Almeirim; ✓ Corpo de Bombeiros Voluntários de Almeirim; ✓ GNR - Posto Territorial de Almeirim; ✓ INEM, IP; ✓ Instituto de Conservação da Natureza e Florestas (ICNF).
Serviços Mortuários	Ministério Público (coadjuvado técnica e operacionalmente pelo INMLCF)	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Ministério Público; ✓ Instituto Nacional de Medicina Legal e Ciências Forenses; ✓ ACES Lezíria do Tejo; ✓ Corpo de Bombeiros Voluntários de Almeirim; ✓ GNR - Posto Territorial de Almeirim; ✓ Polícia Judiciária – Departamento de Investigação Criminal; ✓ IRN - Conservatória do Registo Civil de Almeirim; ✓ Serviço de Estrangeiros e Fronteiras – Delegação Regional de Santarém; ✓ Câmara Municipal de Almeirim.

4.1 Gestão administrativa e financeira

Tabela 19 - Gestão administrativa e financeira

GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA
Entidade Coordenadora: Comissão Municipal de Proteção Civil (CMPC)
Entidades Intervenientes:
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Agentes de proteção civil (APC) ▪ Câmara Municipal / Serviço Municipal de Proteção Civil (CM/SMPC) ▪ Juntas de Freguesia (JF) ▪ Organismos e entidades de apoio (OEA)
Prioridades de ação:
<ul style="list-style-type: none"> • Assegurar as atividades de gestão administrativa e financeira, inerentes à mobilização, requisição e utilização dos meios e recursos necessários à intervenção; • Garantir a utilização racional e eficiente dos meios e recursos; • Supervisionar negociações contratuais; • Gerir e controlar os tempos de utilização de recursos e equipamentos; • Identificar modos de contacto com fornecedores privados ou públicos de bens, serviços e equipamentos necessários às operações de emergência de proteção civil; • Gerir os processos de seguros e donativos em géneros;

- Receber, registar, enquadrar e coordenar os voluntários individuais ou de serviços públicos e privados, especializados ou não, destinados a colaborar na situação de emergência;
- Definir os processos de identificação e credenciação do pessoal ligado às operações de proteção civil;
- Acionar os protocolos celebrados com as entidades detentoras dos recursos e equipamentos necessários às operações de proteção civil;
- Definir um sistema de requisição para as situações de emergência;

Instruções Específicas:

Gestão de Finanças:

- A gestão financeira e de custos, bem como dos tempos de utilização, será assegurada pelas estruturas de coordenação institucional dos níveis territoriais competentes;
- Para processos de âmbito supramunicipal, a supervisão das negociações contratuais e a gestão dos processos de seguros são da responsabilidade da entidade coordenadora;
- As despesas realizadas durante a fase de emergência e de reabilitação (designadamente as relacionadas com combustíveis e lubrificantes, manutenção e reparação de material, transportes, alimentação, material sanitário e maquinaria de engenharia, construção e obras públicas) são da responsabilidade dos serviços e agentes de proteção civil e demais entidades intervenientes. Salvo disposições específicas em contrário, a entidade requisitante de meios e recursos será responsável pelo ressarcimento das despesas inerentes;
- O pessoal integrado nos serviços, agentes e entidades constantes deste Plano, mesmo que requisitados, continuam a ser remunerados pelos organismos de origem, não podendo ser prejudicadas, de qualquer forma, nos seus direitos;
- Eventuais donativos financeiros constituirão receitas da Conta de Emergência prevista no Decreto-Lei 112/2008, de 1 de julho, sendo os mesmos utilizados, mediante despacho conjunto dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da administração interna, para suportar os custos associados às ações de reabilitação que se insiram no âmbito do artigo 3º do referido diploma;

Gestão de Pessoal:

- O PCMun é gerido operacionalmente pelo Coordenador Municipal de Proteção Civil ou pela estrutura do Serviço Municipal de Proteção Civil, com apoio do Comandante do Corpo de Bombeiros Voluntários de Almeirim, integrando os elementos dos demais APC e/ou Organismos existentes no município em apoio, que se considerem convenientes no desenrolar das operações;
- O pessoal voluntário, cuja colaboração seja aceite a título benévolo, deverá apresentar-se, se outro local não for divulgado, nas JF, para posterior

encaminhamento. Tais voluntários, quando devidamente integrados, terão direito a alimentação, nos dias em que prestem serviço;

- No decurso das operações, (as estruturas integrantes do DIOPS) deverão acautelar os períodos de descanso e a rotatividade dos seus recursos humanos.

Modelo de Cartão de Segurança

- Para acesso ao PCMun, será distribuído junto das diversas entidades intervenientes um Cartão de Segurança para a área a ser acedida, que será posto em local bem visível e disponibilizado sempre que for solicitado. O cartão de Segurança inclui o símbolo de sistema de Proteção Civil, espaço quadrangular colorido respeitante à área de acesso, número sequencial com 4 dígitos, nome (primeiro e último) e indicação do Serviço/Entidade que representa.



Figura 23 - Modelo de cartão de segurança

Modelo de Ficha de Controlo Diário

- O acesso ao PCMun fazer-se-á através do preenchimento de uma Ficha de Controlo Diário que contem a seguinte informação: número sequencial do cartão de segurança, nome, entidade a que pertence, área a que tem acesso (Vermelha, Amarela ou Verde), hora de entrada e de saída, indicação do responsável com quem vai contactar.

Ficha de Controlo de Acessos						
Responsável _____					Data: __/__/__	
Nº do Cartão	Hora Entrada	Hora Saída	Nome	Entidade	Pessoa a Contactar	Área
Área: Vermelha, Amarela ou Verde						

Modelo de Cartão de Autorização de Acesso a Veículos

- É distribuído junto das diversas entidades intervenientes um Cartão de Controlo de acesso a veículos que deverá conter a seguinte informação: área a que tem acesso (Vermelha, Amarela ou Verde), hora de entrada e de saída.


	Câmara Municipal de Almeirim	
	Serviço Municipal de Proteção Civil	
	Veículo ao Serviço da	
	Comissão Municipal de Proteção Civil	
	Zona de Acesso: _____	
Matricula ____ - ____ - ____		Data de Inicio ____/____/20__
Validação: _____		Data de Fim ____/____/20__

Figura 24 - Modelo de Cartão de Autorização de Acesso a Veículos

Os procedimentos e instruções de coordenação a considerar nesta área de intervenção são os seguintes:

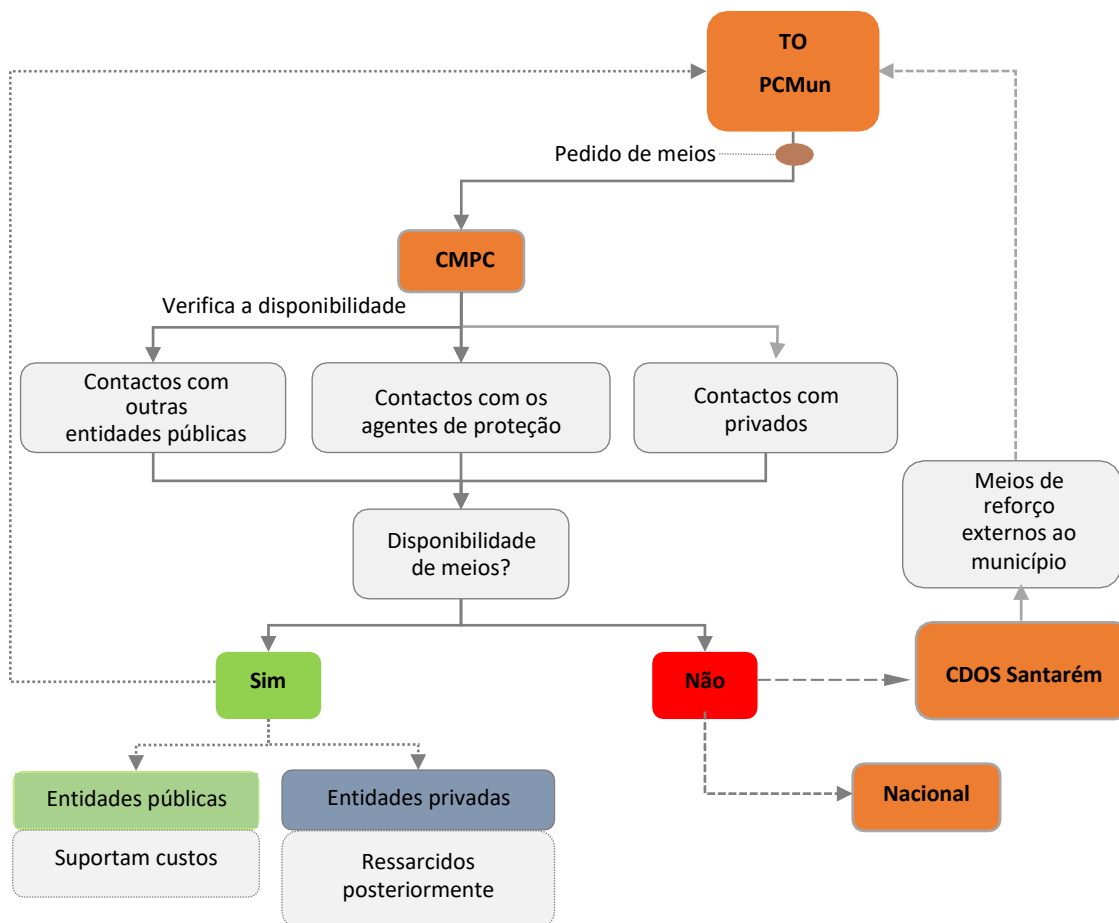


Figura 25 - Procedimentos e instruções de coordenação (gestão administrativa e financeira)

4.2 Reconhecimento e avaliação

4.2.1 Equipas de Reconhecimento e Avaliação da Situação (ERAS)

Tabela 20 - Equipas de Reconhecimento e Avaliação da Situação

EQUIPAS DE RECONHECIMENTO E AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO	
Entidade Coordenadora: Posto de Comando Municipal (PCMun)	
Entidades Intervenientes:	
<ul style="list-style-type: none"> • Câmara Municipal de Almeirim / Serviço Municipal de Proteção Civil; • Corpo de Bombeiros de Almeirim, • Outros APC; • Organismos e entidades de Apoio (OEA). 	
Prioridades de ação:	

- Percorrer a ZS;
- Recolher informação específica sobre as consequências do evento em causa;
- Elaborar Relatórios Imediatos de Situação (RELIS);

Instruções Específicas:

Conceito:

- As Equipas de Reconhecimento da Situação (ERAS) são elementos constituintes do Corpo de Bombeiros ou do reforço de meios distritais solicitados ao CDOS;
- As ERAS caracterizam-se pela sua grande mobilidade e capacidade técnica, recolhendo informação específica sobre as consequências do evento em causa, nomeadamente no que se refere a:
 - Locais com maior número de sinistrados;
 - Locais com maiores danos no edificado;
 - Núcleos habitacionais isolados;
 - Estabilidade de vertentes;
 - Estabilidade e operacionalidade das infraestruturas;
 - Eixos rodoviários de penetração nas ZS;
 - Focos de incêndio;
 - Elementos estratégicos, vitais ou sensíveis (escolas, hospitais, quartéis de bombeiros, instalações das forças de segurança);
 - Condições meteorológicas locais.
- As ERAS elaboram o RELIS (de acordo com o modelo constante em III-3) que, em regra, deverá ser escrito, podendo, excecionalmente, ser verbal e passado a escrito no mais curto espaço de tempo possível e comunicado ao PCMun;

Composição e Equipamento:

a) Pessoal:

- Cada ERAS é constituída por 2 elementos a designar de acordo com a missão específica que lhe for atribuída;
- O chefe da ERAS é o elemento mais graduada da equipa.

b) Equipamento:

- Por forma a garantir o cumprimento da sua missão, as ERAS deverão ser dotadas de:
 - i. Meios de transporte com capacidade tática (preferencialmente);
 - ii. Equipamento de comunicações rádio e móvel;
 - iii. Equipamento de Proteção Individual (EPI);
 - iv. Kit de alimentação e primeiros socorros;
 - v. Equipamento informático (computador ou *tablet*);
 - vi. Equipamento fotográfico;
 - vii. Equipamento de georreferenciação;
 - viii. Cartografia.

Acionamento:

- As ERAS são acionadas à ordem do PCMun, que trata a informação recebida pelas equipas.

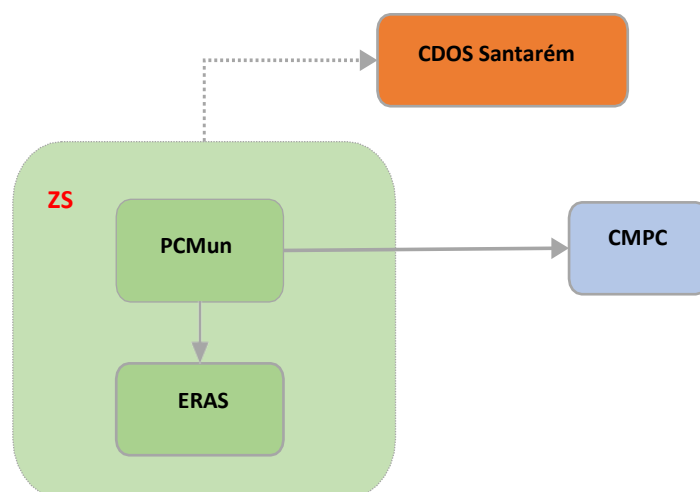


Figura 26 - Procedimentos e instruções de coordenação (equipas de reconhecimento e avaliação da situação)

4.2.2 Equipas de Avaliação Técnica

Tabela 21 - Equipas de Avaliação Técnica

EQUIPAS DE AVALIAÇÃO TÉCNICA	
Entidade Coordenadora: Posto de Comando Municipal (PCMun)	
Entidades Intervenientes:	
<ul style="list-style-type: none">▪ Câmara Municipal (CM);▪ Entidades gestoras de infraestruturas de relevância operacional.	
Prioridades de ação:	
<ul style="list-style-type: none">• Percorrer a ZS, por via terrestre;• Recolher informação específica sobre a operacionalidade de estruturas;• Elaborar Relatórios Imediatos de Situação (RELIS);	
Instruções Específicas:	
<p><u>Conceito:</u></p> <ul style="list-style-type: none">• As Equipas de Avaliação Técnica (EAT) são elementos constituintes do reforço de meios;• As EAT reconhecem e avaliam a estabilidade e operacionalidade de infraestruturas, comunicações e redes, tendo em vista o desenvolvimento das operações, a segurança do pessoal do DIOPS e das populações e o restabelecimento das condições mínimas de vida;• As EAT elaboram o RELIS, que em regra, deverá ser escrito, podendo, excecionalmente, ser verbal e passado a escrito no mais curto espaço de tempo possível e comunicado do PCMun. <p><u>Composição e Equipamento:</u></p> <ul style="list-style-type: none">• Pessoal:• Cada EAT é constituída, no mínimo, por 2 elementos a designar de acordo com a missão específica que lhe for atribuída;• Equipamento:• Por forma a garantir o cumprimento da sua missão, as EAT deverão ser dotadas de:<ul style="list-style-type: none">○ Meios de transporte com capacidade tática (preferencialmente);○ Equipamento de Comunicações Rádio e Móvel;○ Equipamento de Proteção Individual (EPI);○ Kit de alimentação e primeiros socorros;○ Equipamento informático (computador ou <i>tablet</i>);○ Equipamento fotográfico;	

- Equipamento de georreferenciação;
- Equipamento diverso (ex. cordas, tinta ou lata de spray para marcar o edificado ou a infraestrutura);
- Cartografia.

Acionamento:

- As EAT são acionadas à ordem do PCMun, que trata a informação recebida pelas equipas.

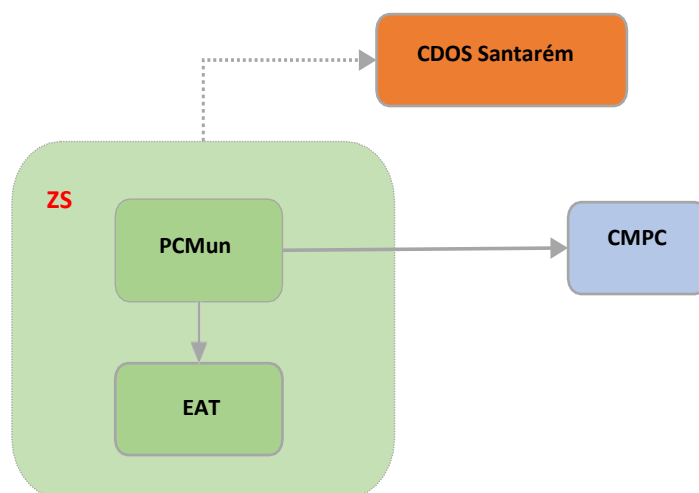


Figura 27 - Procedimentos e instruções de coordenação (equipas de avaliação técnica)

4.3 Logística

No apoio logístico às operações deverão constar os procedimentos e instruções de coordenação, bem como a identificação dos meios e responsabilidades dos serviços, agentes de proteção civil, organismos e entidades de apoio, quanto às atividades logísticas destinadas a apoiar as forças de intervenção e a população afetada.

4.3.1 Apoio logístico às forças de intervenção

Todas as questões relativas ao apoio logístico dos agentes e entidades no terreno devem estar bem explícitos de forma a garantir que todos os esforços e atenções destes atores estejam nas operações de socorro e salvamento, ou na procura da normalização da situação em causa numa situação posterior à catástrofe.

Nomeadamente na logística associada às missões, garantindo assim o acesso a todos os equipamentos necessários para a realização das mesmas, assim como o bom funcionamento das viaturas de transporte, e também na logística de base dos próprios indivíduos, como por exemplo, em termos de alimentação e alojamento.

Tabela 22 - Apoio logístico às forças de intervenção

APOIO LOGÍSTICO ÀS FORÇAS DE INTERVENÇÃO	
Entidade Coordenadora: Presidente da Câmara Municipal / Vereador Pelouro Obras Municipais	
Entidades Intervenientes:	
<ul style="list-style-type: none">▪ Câmara Municipal (CM);▪ Juntas de Freguesia (JF);▪ Corpo de Bombeiros (CB);▪ Associação Humanitária do Corpo de Bombeiros de Almeirim (AHCB);▪ Guarda Nacional Republicana (GNR);▪ Corpo Nacional de Escutas (CNE);▪ Entidades exploradoras das redes de transportes, abastecimento de água, saneamento, distribuição de energia e comunicações;▪ Instituições Particulares de Solidariedade Social existentes no município (IPSS).	
Prioridades de ação:	
<ul style="list-style-type: none">▪ Assegurar a satisfação das necessidades logísticas das forças de intervenção, nomeadamente quanto a alimentação, combustíveis, transportes, material sanitário, material de mortuária e outros artigos essenciais à prossecução das missões de socorro, salvamento e assistência;▪ Garantir a entrega de bens e mercadorias necessárias às forças de intervenção;▪ Organizar a confeção e distribuição de alimentação das forças de intervenção;▪ Assegurar a disponibilização de meios e recursos para a desobstrução expedita de vias de comunicação e itinerários de socorro;▪ Promover a manutenção, reparação e abastecimento de viaturas envolvidas nas operações e essenciais à condução das operações de emergência, bem assim como de outro equipamento;▪ Definir prioridades em termos de abastecimento de água e energia;▪ Apoiar as entidades respetivas na reabilitação das redes e serviços essenciais: energia elétrica, gás, água, telefones e saneamento básico;	

Procedimentos e instruções de coordenação

Instruções Específicas:

- A satisfação das necessidades logísticas iniciais (primeiras 24 horas) do pessoal envolvido estará a cargo dos próprios agentes de proteção civil e organismos e entidades de apoio;
- Após as primeiras 24 horas, as necessidades logísticas são suprimidas pela Câmara Municipal que, para os devidos efeitos, contacta com os fornecedores ou entidades detentoras previsto no respetivo plano;
- A AHB, com a colaboração do SMPC, se necessário, apoia logisticamente a sustentação das operações na área de atuação do seu CB;
- O SMPC avalia os meios disponíveis, contacta com entidades e disponibiliza os meios indispensáveis à emergência;
- Para a distribuição de alimentação ao pessoal envolvido em operações de socorro poderão ser montados, pelo CNE – Agrupamentos de Almeirim, cozinhas e refeitórios de campanha, após se ter esgotado a capacidade própria de abastecimento por parte das entidades intervenientes;
- A alimentação e alojamento dos elementos da CMPC estarão a cargo do SMPC;
- A manutenção e reparação de material estará a cargo das respetivas entidades utilizadoras;
- A desobstrução expedita de vias de comunicação e itinerários de socorro, as operações de demolição e escoramento de edifícios e a drenagem e escoamento de água serão realizadas preferencialmente com recurso a meios dos CB, podendo ser mobilizada maquinaria pesada de empresas de construção civil;
- As entidades exploradoras das redes de transportes, abastecimento de água, saneamento, distribuição de energia e comunicações assegurarão o rápido restabelecimento do respetivo serviço e garantirão a operacionalidade de piquetes de emergência para necessidades extraordinárias decorrentes da reposição do serviço;
- A reposição do serviço de abastecimento de água e do fornecimento de eletricidade, gás e combustíveis deverá ser assegurado prioritariamente a unidades hospitalares e de saúde, estabelecimentos de ensino, lares de idosos, prisões e instalações públicas, bem como a outras infraestruturas que o PCMun considere de especial relevância;
- Se necessário, poderão ser criados armazéns de emergência que serão geridos pelo SMPC;
- Para apoio e suporte direto às operações, será ativada pela CMPC uma Base de Apoio Logístico (a funcionar no quartel dos BVA), a qual assegura o alojamento, alimentação, armazenamento de equipamentos, abastecimento e estacionamento de veículos dos meios de reforço.

4.3.2 Apoio logístico às populações

Tabela 23 – Apoio logístico às populações

APOIO LOGÍSTICO ÀS POPULAÇÕES	
Entidade Coordenadora: Presidente da Câmara Municipal / Vereador com o Pelouro Ação Social	
Entidades Intervinentes:	
<ul style="list-style-type: none">▪ Câmara Municipal – Gabinete de Ação Social (CM);▪ Corpo de Bombeiros (CB);▪ Associação Humanitária do Corpo de Bombeiros de Almeirim (AHCB);▪ Instituições Particulares de Solidariedade Social de Almeirim (IPSS);▪ Guarda Nacional Republicana (GNR);▪ INEM;▪ ACES Lezíria do Tejo;▪ Juntas de Freguesia (JF);▪ ISS, IP - Serviço Local de Segurança Social de Almeirim (ISS);▪ Corpo Nacional de Escutas – Agrupamentos de Almeirim (CNE);	
Prioridades de ação:	
<ul style="list-style-type: none">• Garantir a prestação de apoio social de emergência;• Assegurar a ativação de ZCAP e informar as forças de socorro e os cidadãos da sua localização através dos canais disponíveis e mais apropriados;• Garantir a receção, registo, pesquisa, diagnóstico de necessidades e assistência individual a evacuados e vítimas assistidas e com necessidade de continuidade de acompanhamento;• Organizar um sistemas de recolha de dádivas, garantindo o armazenamento, gestão e distribuição dos bens recebidos;• Mobilizar equipas de apoio social para acompanhamento dos grupos mais vulneráveis e de maior risco;• Assegurar a atualização da informação, nos Centros de Pesquisa e Localização, através de listas com identificação nominal das vítimas e evacuados nas ZCAP;• Mobilizar reservas alimentares e garantir a receção e gestão de bens essenciais (alimentos, agasalhos, roupas, artigos de higiene pessoal) que sejam entregues nas ZCAP para apoio a vítimas e evacuados;• Garantir a distribuição prioritária de água e de energia às ZCAP.	

Procedimentos e instruções de coordenação:

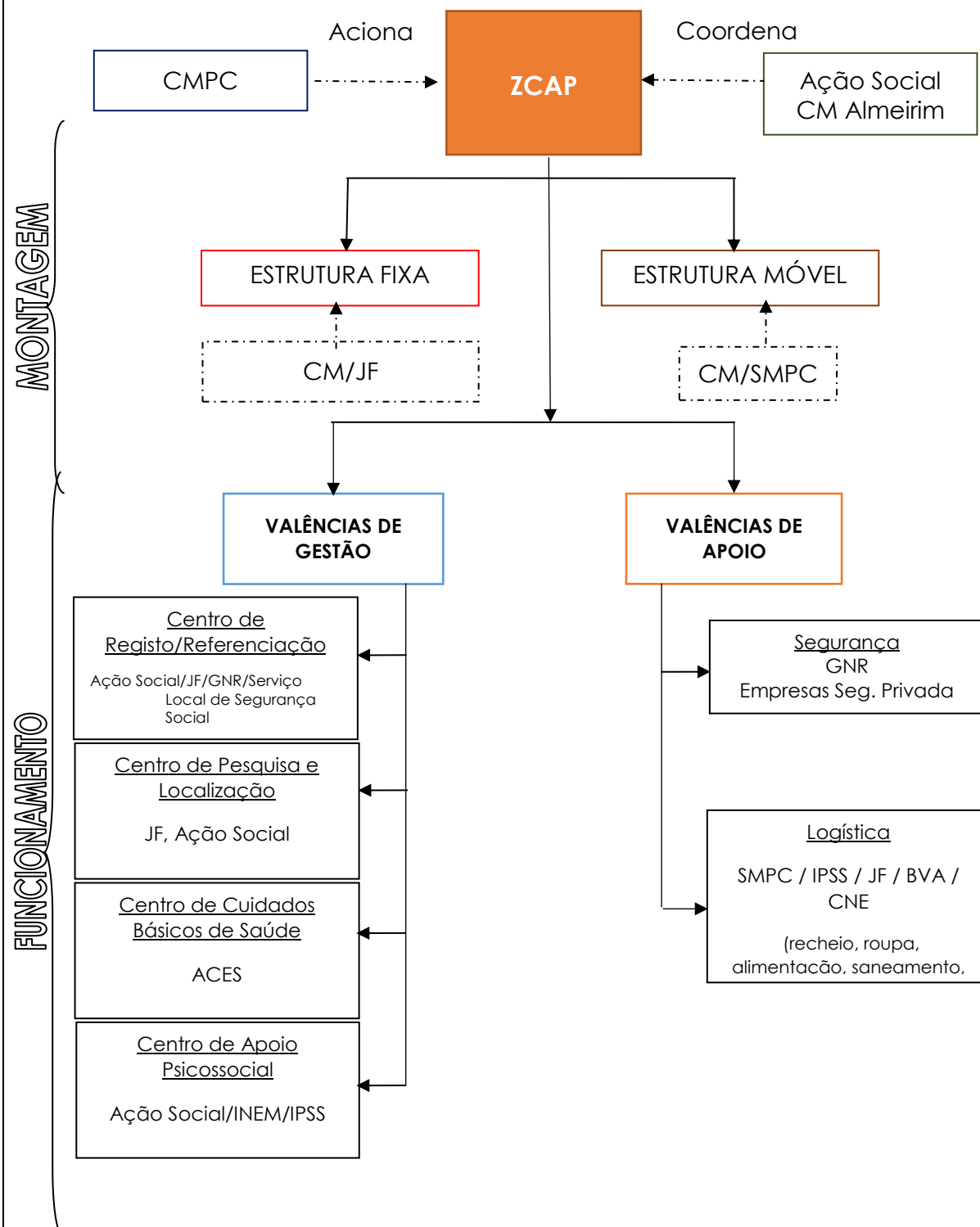


Figura 28 - Procedimentos e instruções de coordenação (apoio logístico às populações)

Instruções Específicas:

- As ZCAP correspondem aos locais de acolhimento e alojamento temporário da população deslocada, localizados em espaços abertos e fechados, nomeadamente em pavilhões, complexos desportivos, grandes superfícies comerciais, campos de futebol, ginásios gimnodesportivos, entre outros;
- As ZCAP integram as seguintes valências de gestão:
 - **Centros de Registo/Referenciação**, nos quais se recebe a população, preenche a ficha de registo e referenciação (onde consta o diagnóstico das necessidades dos indivíduos ou famílias) e procede ao encaminhamento para as restantes valências;
 - **Centros de Pesquisa e Localização**, nos quais se completa o preenchimento da ficha de recenseamento, a qual, através do registo atualizado, promove o reencontro e assegura a preservação dos núcleos familiares;
 - **Centros de Cuidados Básicos de Saúde**, nos quais se presta assistência a situações de saúde pouco graves, assegurando a respetiva estabilização;
 - **Centros de Apoio Psicossocial**, nos quais se assegura o apoio psicológico de continuidade e se detetam carências e necessidades particulares às pessoas deslocadas;
- As ZCAP integram as seguintes valências de apoio:
 - **Logística**, responsável pelo controlo das existências em armazém de todos os bens, pela manutenção das estruturas móveis e imóveis;
 - **Segurança**, assegura a limitação do acesso e segurança da ZCAP;
- A primeira ação a desenvolver sempre que alguém dê entrada numa ZCAP é o Registo. O registo pressupõe a recolha da seguinte informação: nome, idade, morada anterior, necessidades especiais e, assim que possível, indicação do local onde ficará realojada. Deverá também, sempre que se verifique necessidade, ser registado o nome de membros do seu agregado familiar que estejam desaparecidos a fim de tentar localizar os mesmos. O CDSS assegura a constituição de equipas técnicas para receção, atendimento e encaminhamento da população nas ZCAP;
- O CDSS – Serviço Local de Almeirim encaminha a listagem da população registada nas ZCAP para a GNR,;
- As JF, recorrendo às Unidades Locais de Proteção Civil (caso existam), apoiam a constituição de equipas de recenseamento e registo da população afetada;
- O CNE executa missões de assistência sanitária e social;
- A segurança às ZCAP será efetuada de acordo com os procedimentos definidos para a Área de Intervenção da Manutenção da Ordem Pública, com as eventuais adaptações decorrentes de orientação do CDSS, enquanto entidade coordenadora da Área de Intervenção;
- O CNE, na medida das suas possibilidades e disponibilidades, apoiam na montagem das ZCAP móveis (por exemplo em tendas de campanha);
- As CNE colaboram na disponibilização de bens essenciais (alimentação, artigos de higiene, agasalhos, roupas, etc.) às vítimas e promovem a instalação de locais de montagem de cozinhas e refeitórios de campanha;
- A distribuição de bens essenciais será assegurada pelas CMA, na medida das suas disponibilidades;

- A receção, catalogação, separação, lavagem, desinfeção, armazenamento e distribuição de dádvas fica a cargo das IPSS, em colaboração com a CMA-Ação Social;
- As entidades gestoras de sistemas de abastecimento de água e de distribuição de eletricidade e gás asseguram o fornecimento de água, luz e gás às ZCAP;
- A distribuição de água, gás, alimentos, agasalhos e artigos de higiene pessoal à população que não está nas ZCAP e não tem acesso a elas deverá ser realizada em locais centrais, de fácil acesso e divulgados para conhecimento da população.

No concelho de Almeirim poderão funcionar como ZCAP os seguintes locais:

Tabela 24 - ZCAP do município de Almeirim

Designação	Local	Freguesia
Pavilhão Alfredo Bento Calado	Rua Condessa da Junqueira 2080-062 Almeirim	Almeirim
Escola Ensino Básico 2,3 De Febo Moniz	R. António Sérgio 2080-062 Almeirim	Almeirim
Escola Secundária Marquesa D' Alorna	R. Moinho de Vento, 47 2080-108 Almeirim	Almeirim
Pavilhão dos Bombeiros Voluntários de Almeirim	Rua Condessa da Junqueira, 50 2080-069 Almeirim	Almeirim
Escola EB 2,3 de Fazendas de Almeirim	R. Heróis da Independência, 14 2080-558 Fazendas de Almeirim	Fazendas de Almeirim
Pavilhão gimnodesportivo de Benfica do Ribatejo	Rua Manuel Marneco Evaristo 2080-398 Benfica do Ribatejo	Benfica do Ribatejo

4.4 Comunicações

Tabela 25 - Comunicações

COMUNICAÇÕES	
Entidade Coordenadora: Serviço Municipal de Proteção Civil	
Entidades Intervenientes:	
<ul style="list-style-type: none">▪ Câmara Municipal de Almeirim (CM);▪ Corpo de Bombeiros Voluntários de Almeirim (CB);▪ Guarda Nacional Republicana (GNR);▪ Organização de Radioamadores do Ribatejo.	
Prioridades de ação:	
<ul style="list-style-type: none">• Assegurar a ligação, no âmbito do Sistema Integrado de Operações de Proteção e Socorro, com os diferentes agentes de proteção civil e outras entidades e organismos, por forma a garantir as comunicações de emergência;• Identificar e obviar problemas de interoperabilidade;• Garantir a operacionalidade dos meios de comunicação de emergência no âmbito da proteção civil, incluindo a reposição de serviços, por afetação de meios e recursos alternativos;• Mobilizar e coordenar as ações das organizações de radioamadores e dos operadores da rede comercial fixa e móvel, no âmbito do apoio às comunicações de emergência e do reforço das redes de telecomunicações;• Garantir prioridades de acesso a serviços e entidades essenciais, de acordo com o conceito da operação;• Manter um registo atualizado do estado das comunicações e das capacidades existentes;• Garantir que todos os intervenientes possam comunicar dentro da hierarquia estabelecida para cada Teatro de Operações (TO) de acordo com as Normas de Execução Permanente da ANEPC, em vigor;• Apoiar, a pedido, as diferentes entidades e Áreas de Intervenção com meios de comunicações de emergência;• Garantir que todos os intervenientes no TO consigam comunicar entre si;• Garantir uma relação de proximidade com os radioamadores e outros parceiros de comunicações para o caso de necessidade de utilização destes meios.	

Procedimentos e instruções de coordenação:

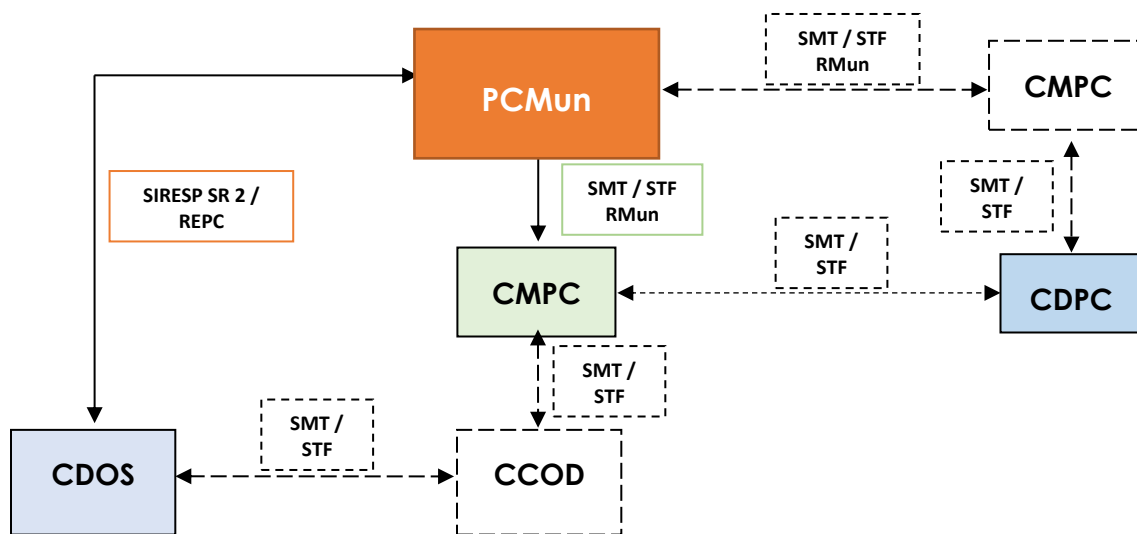


Figura 29 - Procedimentos e instruções de coordenação (comunicações)

Instruções Específicas:

- As redes e serviços de comunicações de emergência consideradas no âmbito deste plano são:
 - SIRESP – Sistema Integrado de Redes de Emergência e Segurança de Portugal;
 - REPC – Rede Estratégica de Proteção Civil;
 - ROB – Rede Operacional de Bombeiros;
 - RMun – Rede Municipal;
 - Serviço Móvel Terrestre (SMT);
 - Serviço Telefónico Fixo (STF);
- O PCMun é a entidade responsável pela definição e gestão da arquitetura geral das comunicações de emergência a nível municipal, cabendo-lhe elaborar o respetivo Plano de Comunicações;
- As entidades com meios próprios deverão assegurar a alocação de recursos de comunicações de acordo com as suas necessidades de fluxo de informação, tendo presente a organização de comando e controlo da operação;
- As entidades sem meios próprios poderão contar, de acordo com as suas disponibilidades, com a colaboração do SMPC de Almeirim de forma a assegurar os requisitos mínimos de troca de informação, mediante moldes a definir para cada caso concreto e sempre em função da situação em curso;
- As organizações de Radioamadores colaboram no sistema de telecomunicações de emergência, à ordem do PCMun, contribuindo para a interoperabilidade entre redes e sistemas de comunicação das diversas entidades através do estabelecimento de redes rádio (HF, VHF e UHF) autónomas e independentes, que se constituirão como redes redundantes e/ou alternativas;

- Cada TO é considerado como um núcleo isolado e qualquer contacto rádio com e do TO será feito em exclusivo pelo PCMun;

4.5 Informação pública

Tabela 26 - Informação pública

INFORMAÇÃO PÚBLICA
Entidades Coordenadoras: Comissão Municipal de Proteção Civil de Almeirim (CMPC)
Entidades Intervenientes: <ul style="list-style-type: none">▪ Câmara Municipal de Almeirim (CM);▪ Corpo de Bombeiros Voluntários de Almeirim (CB);▪ Guarda Nacional Republicana (GNR);▪ Juntas de Freguesia (JF);▪ Órgãos de Comunicação Social (OCS).
Prioridades de ação: <ul style="list-style-type: none">▪ Assegurar que a população é avisada e mantida informada, de modo a que possa adotar as instruções das autoridades e as medidas de autoproteção mais convenientes;▪ Divulgar informação à população sobre locais de receção de donativos, locais de recolha de sangue, locais para inscrição para serviço voluntário e instruções para regresso de populações evacuadas;▪ Garantir a relação com os OCS e preparar, com periodicidade determinada, comunicados a distribuir;▪ Organizar visitas dos OCS ao TO, garantindo a sua receção e acompanhamento;▪ Organizar e preparar <i>briefings</i> periódicos e conferências de imprensa, por determinação do diretor do plano;▪ Preparar os comunicados considerados necessários.

Procedimentos e Instruções de Coordenação:

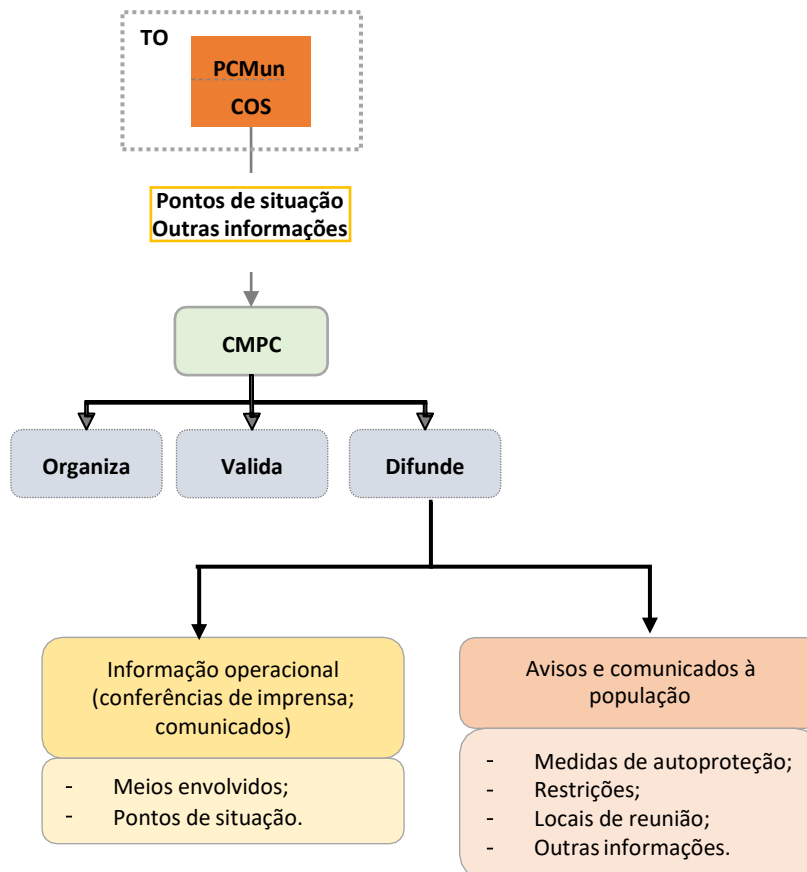


Figura 30 - Procedimentos e instruções de coordenação (informação pública)

Instruções Específicas:

- A CMPC é responsável pela gestão da informação pública, cabendo-lhe definir, para cada caso, a forma mais adequada de divulgação à população (informação direta à população, ou prestação de informação aos órgãos de comunicação social, através da difusão de comunicados, sendo este o mecanismo preferencial);
- A CMPC é responsável por:
 - a) assegurar a resposta a solicitações de informação;
 - b) difundir recomendações e linhas de atuação;
 - c) elaborar comunicados oficiais a distribuir aos cidadãos;
- Compete ainda à CMPC, no domínio da relação com os OCS:
 - a) assegurar a realização de briefings ou conferências de imprensa, a realizar no PCMun;
 - b) assegurar a emissão de comunicados de imprensa com periodicidade determinada;
- A CMPC assegura a divulgação à população de informação disponível sobre:

- a) números de telefone de contacto para informações;
 - b) localização de pontos de reunião ou centros de desalojados/assistência;
 - c) locais de receção de donativos;
 - d) locais de recolha de sangue;
 - e) locais para inscrição para serviço voluntário;
 - f) instruções para regresso de populações evacuadas;
 - g) listas de desaparecidos, mortos e feridos;
 - h) locais de acesso interdito ou restrito;
 - i) outras instruções consideradas necessárias;
- A GNR, é responsável, pela divulgação dos avisos à população, nomeadamente à população isolada e/ou sem acesso aos meios de comunicação;
 - Para garantir homogeneidade na passagem de informação à população, serão utilizados os modelos de comunicado constantes em III-3.3 do presente Plano;
 - Os comunicados à população serão transmitidos a cada 3 horas, salvo indicação expressa em contrário;
 - Os *briefings* à comunicação social decorrerão a cada 4 horas, salvo indicação expressa em contrário, e conterão pontos de situação global referentes à totalidade da ZI. O diretor de plano poderá nomear um porta-voz para as relações com os OCS;
 - Para acolhimento e encaminhamento de jornalistas, a CMPC poderá determinar a criação de Zonas de Concentração de Jornalistas em local a fixar mediante a avaliação dos danos.

4.6 Confinamento e/ou evacuação

Tabela 27 - Confinamento e/ou evacuação

CONFINAMENTO E/OU EVACUAÇÃO	
Entidade Coordenadora: GNR	
Entidades Intervenientes:	
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Guarda Nacional Republicana (GNR); ▪ Câmara Municipal de Almeirim (CM); ▪ ISS, IP - Serviço Local de Segurança Social de Almeirim (ISS); ▪ Corpo Nacional de Escutas – Agrupamentos de Almeirim (CNE); ▪ Corpo de Bombeiros Voluntários de Almeirim (CB); ▪ Associação Humanitária do Corpo de Bombeiros de Almeirim (AHCB); ▪ Instituto Nacional de Emergência Médica (INEM); ▪ Órgãos de Comunicação Social locais (OCS); 	

Prioridades de ação:

- Orientar e coordenar as operações de movimentação e/ou confinamento das populações;
- Difundir junto das populações recomendações de confinamento e/ou evacuação, diretamente ou por intermédio da Área de Intervenção da Informação Pública;
- Definir Zonas de Concentração e Irradiação (ZCI), decorrentes das evacuações;
- Definir itinerários de evacuação, em articulação com o COS presente em cada Teatro de Operações (TO);
- Garantir o encaminhamento da população evacuada até às ZCAP's;
- Reencaminhar o tráfego, de modo a não interferir com a movimentação da população a evacuar nem com a mobilidade das forças de intervenção;
- Estabelecer e manter abertos os corredores de emergência.

Procedimentos e instruções de coordenação:

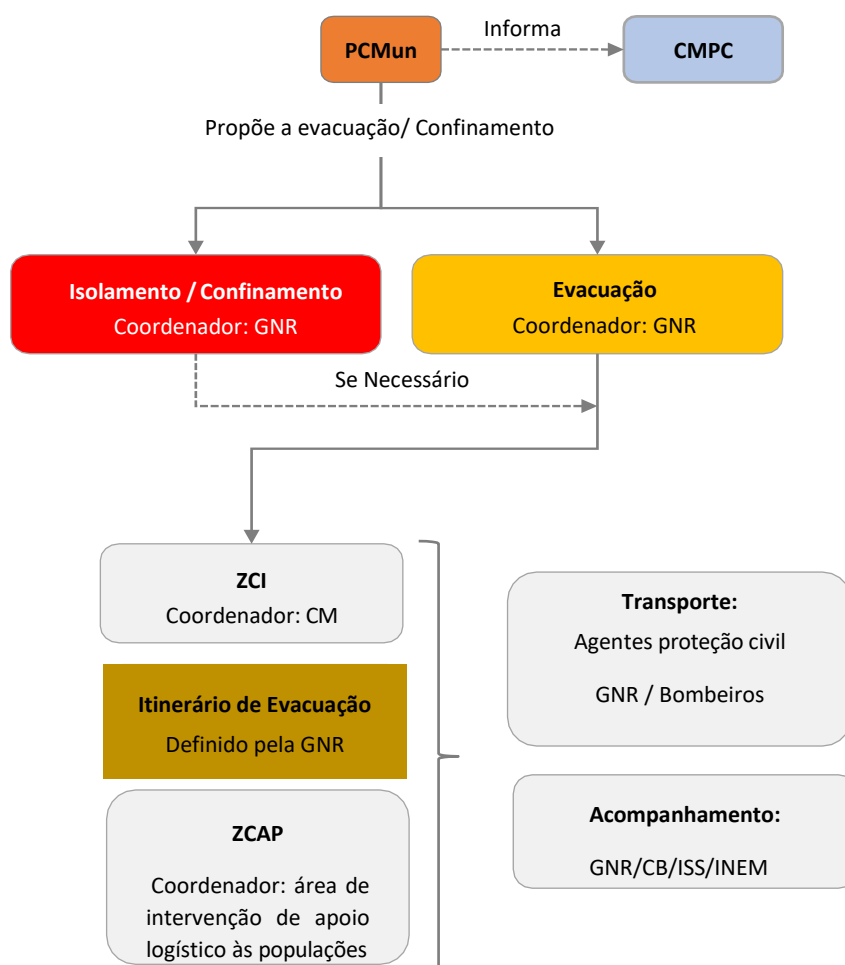


Figura 31 - Procedimentos e instruções de coordenação (confinamento e/ou evacuação)

Instruções Específicas:

- A escolha das ações de proteção para uma determinada situação depende de uma série de fatores. Em alguns casos, a evacuação pode ser a melhor opção; em outros, o abrigo em refúgios no local pode ser o melhor caminho, no entanto estas duas ações podem ser utilizadas em conjunto;
- A evacuação e/ou o confinamento de uma área territorial em risco, coincidente ou não com zona de sinistro, deverá ser proposta pelo COS à CMPC, através do PCMun;
- A orientação e a coordenação da evacuação e/ou confinamento das populações é da responsabilidade da GNR;
- Nas operações de evacuação e/ou confinamento deverá ter-se em atenção:
 - a) localização e número de pessoas em risco de evacuação ou confinamento;
 - b) tempo disponível para evacuar ou abrigar no local;
 - c) capacidade de controlar a evacuação ou o abrigo no local;
 - d) tipos de construção e de disponibilidade dos edifícios para acolhimento ou abrigo;
 - e) condições meteorológicas (efeitos na propagação das nuvens de vapor, previsão de alterações, efeito na evacuação ou na proteção no local);
- Existem determinadas medidas que deverão ser tidas em atenção para a tomada de decisão de evacuação e/ou confinamento, caso se trate de matérias perigosas: grau do perigo para a saúde, propriedades químicas e físicas, quantidade envolvida, contenção/ controlo do derrame, velocidade de propagação dos vapores.

Evacuação:

- A população a evacuar deverá dirigir-se para as Zonas de Concentração e Irradiação (ZCI), onde é prestada a primeira ajuda, cuja localização será determinada e divulgada pelo PCMun. As ZCI são geridas pela CM com o apoio do Corpo Nacional de Escutas – Agrupamentos de Almeirim e ISS, IP - Serviço Local de Segurança Social de Almeirim;
- Compete às Forças de Segurança definir os itinerários de evacuação a utilizar a partir da ZCI, atenta a natureza e extensão dos danos nas vias de comunicação, mediante avaliação/informação da Entidade gestora da rede viária. Sempre que possível, deverão ser privilegiados os itinerários de evacuação fixados no PMEPC;
- Após a definição das zonas a evacuar, o tráfego rodoviário externo deverá ser reencaminhado pela GNR, a qual poderá criar barreiras de encaminhamento de tráfego;
- A movimentação coletiva a partir da ZCI será garantida com meios de transporte a fornecer pela AHB, por empresas públicas ou privadas de transportes ou por outros meios proporcionados pela Área de Intervenção de Logística;
- A população movimentada a partir da ZCI será encaminhada para a ZCAP, cuja localização e procedimentos de funcionamento estão definidos na Área de Intervenção de Apoio Logístico às Populações;
- O transporte entre a ZCI e a ZCAP será, em regra, acompanhado por pessoal do Corpos de Bombeiros. Se necessário, a GNR poderá solicitar ao PCMun a existência de acompanhamento médico, por parte do INEM;

- Compete ao SEF o controlo sobre a movimentação ilícita de estrangeiros nos grupos evacuados;
- O suporte logístico à evacuação em termos de água, alimentação e agasalhos será assegurado pela Área de Intervenção de Apoio Logístico às Populações;
- O apoio psicológico aos grupos mais vulneráveis (crianças, idosos, pessoas acamadas, pessoas com mobilidade reduzida, pessoas com deficiência) será efetuado de acordo com os procedimentos definidos na Área de Intervenção de Serviços Médicos e Transporte de Vítimas – Apoio psicológico;
- As condições de segurança para o regresso da população a uma área territorial, deverá ser proposta pelo COS à CMPC;
- O regresso das populações às áreas anteriormente evacuadas deve ser controlado pela GNR, tendo em vista a manutenção das condições de tráfego, e só quando estiverem garantidas as condições de segurança.

Confinamento:

- Compete à GNR isolar a área de perigo, mantendo afastadas todas as pessoas que não estão diretamente envolvidas nas operações. As equipas de emergência não protegidas com equipamentos de proteção individual não estão autorizadas a entrar na Zona de Isolamento;
- A GNR, juntamente com os OCS, informam a população para fechar portas e janelas, desligar todos os sistemas de ventilação, aquecimento e refrigeração;
- Caso exista perigo de incêndio e/ou uma explosão, a GNR juntamente com os OCS, informam a população para se manterem longe de portas e janelas devido, ao perigo de projeção de fragmentos de vidro e de metal;
- Caso exista alteração das condições da ocorrência, compete à GNR comunicar à população a necessidade de evacuação ou avisar do final da situação de perigo.

A evacuação da população poderá ser efetuada para uma ZCI, onde é prestada a primeira ajuda, cuja localização será determinada e divulgada pelo PCMun. No concelho de Almeirim poderão funcionar como ZCI os seguintes locais:

Tabela 28 - ZCI do município de Almeirim

Designação	Local	Freguesia
ZCI Almeirim 1	Pavilhão Municipal ABC	Almeirim
ZCI Almeirim 2	Pavilhão Escola Secundária Marquesa de Alorna	Almeirim
ZCI Almeirim 3	Pavilhão EB 2/3 Febo Moniz	Almeirim
ZCI Fazendas Almeirim	Pavilhão EB 2/3 Fazendas de Almeirim	Fazendas Almeirim
ZCI Benfica do Ribatejo	Pavilhão Desportivo de Benfica do Ribatejo	Benfina do Ribatejo

4.7 Manutenção da ordem pública

Tabela 29 - Manutenção da ordem pública

MANUTENÇÃO DA ORDEM PÚBLICA	
Entidade Coordenadora: GNR	
Entidades Intervenientes:	
<ul style="list-style-type: none">▪ Guarda Nacional Republicana (GNR);	
Prioridades de ação:	
<ul style="list-style-type: none">▪ Garantir a manutenção da lei e da ordem;▪ Proteger as populações afetadas e os seus bens, impedindo roubos e pilhagens, criando perímetros de segurança;▪ Garantir a segurança de infraestruturas consideradas sensíveis ou indispensáveis às operações de proteção civil;▪ Proteger propriedades públicas, as quais podem estar sujeitas a saque ou outras atividades criminosas, bem como controlar os acessos;▪ Garantir o condicionamento e controlo de acessos e veículos ao TO e Postos de Comando;▪ Garantir a segurança dos corredores de circulação das viaturas de socorro, das áreas de triagem e das estruturas montadas;▪ Manter desimpedidos os caminhos de evacuação;▪ Assegurar a segurança nas ações relativas à mortuária.	

Procedimentos e instruções de coordenação:

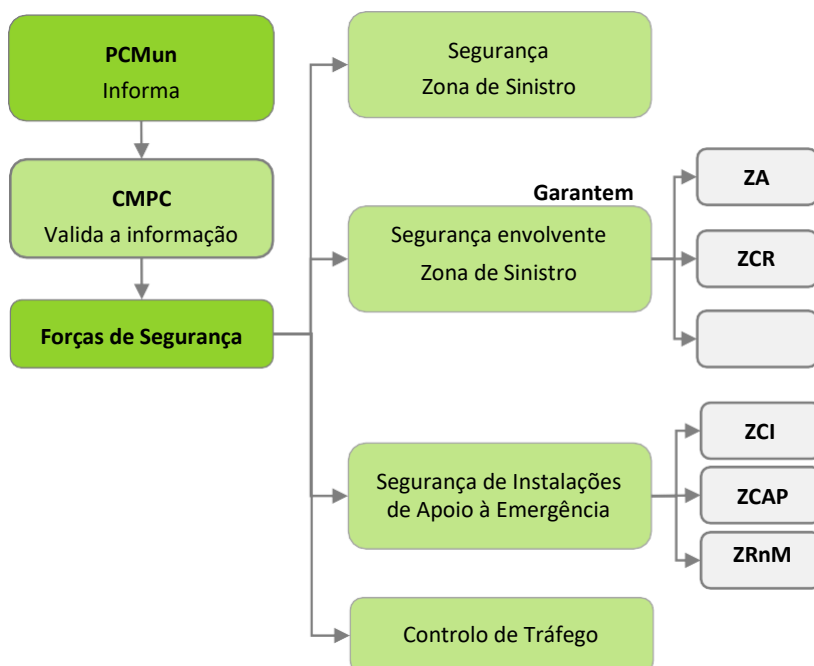


Figura 32 - Procedimentos e instruções de coordenação (manutenção da ordem pública)

Instruções Específicas:

Segurança Pública:

- A manutenção da ordem pública é competência primária da GNR;
- Compete à GNR patrulhar as zonas afetadas e evacuadas com vista a garantir a segurança física da população e proteger a propriedade privada e a impedir roubos ou pilhagens;
- A GNR garante o tráfego rodoviário em direção à(s) zona(s) de sinistro, efetuando as eventuais alterações à circulação a que houver necessidade, e garantem a manutenção de ordem pública com as suas forças de intervenção. A GNR poderá criar barreiras ou outros meios de controlo, bem como corredores de emergência;
- Compete à GNR garantir a segurança de estabelecimentos públicos ou de infraestruturas consideradas sensíveis, designadamente instalações de interesse público ou estratégico municipal. Este controlo de segurança poderá implicar o apoio de empresas de segurança privadas, a mobilizar pelo detentor da instalação;
- Compete também à GNR, distribuir junto das diversas entidades intervenientes o Cartão de Segurança⁹, de modelo aprovado pela CMPC, de forma a controlar e garantir a segurança no Teatro de Operações;

⁹ Consultar II-4.1.

- A GNR garante a segurança dos corredores de circulação dos veículos de socorro, das áreas de triagem e das estruturas montadas (por exemplo: hospitais de campanha) para apoio à prestação de cuidados médicos.

Perímetros de Segurança e Segurança de Área (Conceitos):

- Perímetros de Segurança: Separação física de local, espaço ou zona, assegurada ou não por elementos das forças de segurança, que visa reduzir, limitar ou impedir o acesso de pessoas, veículos ou outros equipamentos a locais onde não estão autorizados a permanecer;
- Segurança de Área: Missão de garantir a segurança no interior do perímetro existente, que pode ser assegurada pelas Forças de Segurança;
- Área de Segurança Vermelha: Espaço onde está instalado a estrutura central e fulcral do PCMun ou as estruturas municipais correspondentes;
- Área de Segurança Amarela: Espaço onde estão instaladas as infraestruturas de apoio logístico, nomeadamente os espaços de refeição e convívio, zonas sanitárias e locais de armazenamento de material ou equipamento não sensível;
- Área de Segurança Verde: Espaço destinado aos OCS.

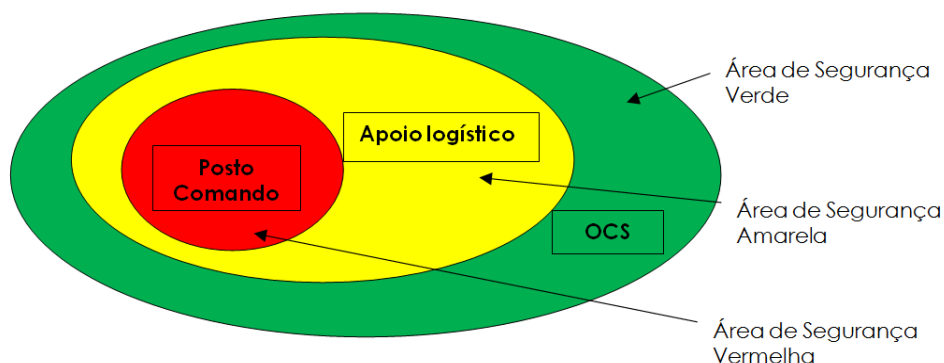


Figura 33 - Perímetros de Segurança e Segurança de Área

Execução dos Perímetros de Segurança (Postos de Comando):

- Perímetro de Segurança Exterior:
 - a) O perímetro exterior será montado ao longo da infraestrutura onde se situa o PCMun. Será montado um Posto de Controlo, à entrada do perímetro exterior, que fará o controlo de acessos ao PCMun;
 - b) O controlo de acessos de pessoas ao PCMun far-se-á através de:
 - i. Identificação da pessoa através de documento de identificação válido;
 - ii. Cartão de Segurança para a área a ser acedida;
 - c) Por regra, os veículos permanecerão no exterior da infraestrutura onde se situa o PCMun. Veículos ou equipamentos imprescindíveis para a missão serão acompanhados até ao PCMun, sempre que necessário, por elementos designados pela CMPC;
 - d) O cartão de segurança com a cor amarela permite o acesso às áreas de segurança amarela e verde;
 - e) O cartão de segurança é entregue no Posto de Controlo sempre que o seu utilizador ultrapasse o Perímetro Exterior;
 - f) A Ficha de Controlo Diário depois de preenchida é entregue ao COS;
- Perímetro de Segurança Interior:
 - a) Em termos de Segurança de Área ao PCMun (zona vermelha), o perímetro de segurança será garantido por barreiras físicas, com controlo de acessos e com segurança de área executada pela GNR;
 - b) A GNR garante que só tem acesso à zona vermelha quem for possuidor do cartão de segurança com esta cor;
 - c) O cartão de segurança com a cor vermelha permite o acesso a todas as áreas inseridas no perímetro exterior.

Execução dos Perímetros de Segurança (Teatros de Operações):

- A GNR garante, dentro do possível, o condicionamento e controlo do acesso de pessoas e veículos à zona afetada e às zonas envolventes do sinistro (ZA, ZCR, ZCAP e ZRnM);
- A GNR permite a entrada e saída de veículos de emergência e de proteção civil na zona afetada.

4.8 Serviços médicos e transporte de vítimas

4.8.1 Emergências Médicas

Tabela 30 - Serviços médicos e transporte de vítimas

SERVIÇOS MÉDICOS E TRANSPORTE DE VÍTIMAS
Entidade Coordenadora: Instituto Nacional de Emergência Médica, I.P. (na área do pré-hospitalar) e Centro de Saúde (na área hospitalar)
Entidades Intervenientes: <ul style="list-style-type: none">▪ Centro de Saúde de Almeirim;▪ Corpo de Bombeiros Voluntários de Almeirim (CB);▪ Instituto Nacional de Emergência Médica (INEM);▪ Junta de Freguesia de Fazendas de Almeirim.
Prioridades de ação: <ul style="list-style-type: none">▪ Minimizar as perdas humanas, limitando as sequelas físicas e diminuindo o sofrimento humano, assegurando a utilização coordenada de meios, incluindo a evacuação secundária de feridos ou doentes graves;▪ Garantir a prestação de cuidados médicos de emergência nas áreas atingidas, nomeadamente a triagem, estabilização e transporte das vítimas para a Unidade de Saúde;▪ Coordenar as ações de saúde pública, nomeadamente o controlo de doenças transmissíveis e da qualidade dos bens essenciais (alimentação, água, medicamentos e outros);▪ Assegurar a montagem, organização e funcionamento de Postos de Triagem, Postos Médicos Avançados e de Hospitais de campanha;▪ Criar locais de recolha de sangue em locais chave e assegurar a sua posterior distribuição pelas unidades de saúde carenciadas;▪ Determinar os hospitais de evacuação;▪ Implementar um sistema de registo de vítimas desde o TO até à Unidade de Saúde de destino;▪ Inventariar, convocar, reunir e distribuir o pessoal dos Serviços de Saúde, nas suas diversas categorias, de forma a reforçar e/ou garantir o funcionamento de serviços temporários e/ou permanentes;▪ Inventariar danos e perdas nas capacidades dos serviços de saúde, bem como das que se mantêm operacionais na(s) Zona(s) de Sinistro;▪ Organizar o fornecimento de recursos médicos;▪ Criar locais de recolha de sangue em locais chave e assegurar a sua posterior distribuição pelas unidades de saúde carenciadas.

Procedimentos e instruções de coordenação:

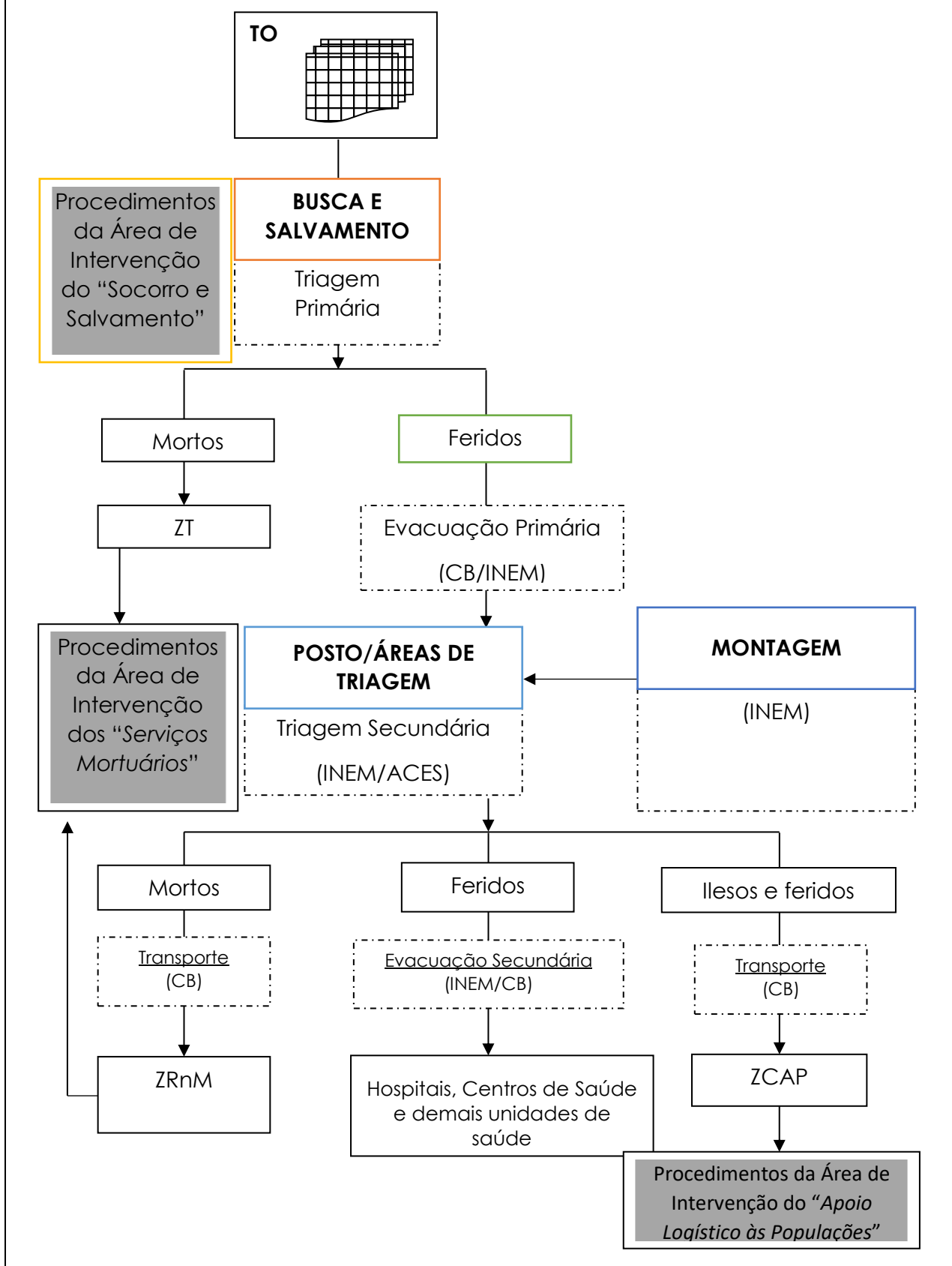


Figura 34 - Procedimentos e instruções de coordenação (serviços médicos e transporte de vítimas)

Instruções Específicas:

- A triagem primária é da competência da Área de Intervenção de Socorro e Salvamento, sendo em regra realizada pelo CB, sob coordenação do INEM;
- A localização dos postos/áreas de triagem é definida pelo PCMun e deverá estar tão perto quanto possível das zonas mais afetadas dentro da Zona de Sinistro, respeitando as necessárias distâncias de segurança;
- O INEM monta postos de triagem e de assistência pré-hospitalar de acordo com a necessidade, promovendo a triagem das vítimas e a evacuação secundária, em articulação com os demais serviços e organismos, em particular a ACES;
- O transporte de vítimas até aos postos de triagem e de assistência pré-hospitalar (evacuação primária) é efetuado pelo INEM e CB, em articulação com o PCMun. A evacuação secundária é coordenada pelo INEM, em articulação com o PCMun e efetuada em ambulâncias do INEM, CB e Junta de Freguesia de Fazendas de Almeirim;
- Os cadáveres identificados na triagem primária serão objeto de procedimentos na Área de Intervenção dos Serviços Mortuários;
- O ACES Lezíria do Tejo assegura a articulação com as unidades hospitalares e com os Centros de Saúde da sua área de jurisdição, com vista a garantir a máxima assistência médica possível;
- Serão utilizadas as estruturas de saúde públicas de Almeirim, podendo ser utilizados como reforço os hospitais de campanha montados pelo INEM ou outras organizações externas ao concelho de Almeirim.

4.8.2 Apoio Psicológico

Tabela 31 - Apoio psicológico

APOIO PSICOLÓGICO
Entidades Coordenadoras: INEM (apoio imediato) e ISS, IP - Serviço Local de Segurança Social de Almeirim (apoio de continuidade)
Entidades Intervenientes:
<ul style="list-style-type: none">▪ ISS, IP - Serviço Local de Segurança Social de Almeirim (ISS);▪ Instituto Nacional de Emergência Médica (INEM);▪ Câmara Municipal – Gabinete de Ação Social (CM);▪ ACES Lezíria (ACES).

Prioridades de ação¹⁰:

- Assegurar o apoio psicológico imediato a prestar às vítimas primárias e secundárias no local da ocorrência (TO);
- Coordenar os mecanismos de evacuação das vítimas primárias e secundárias do TO para as Zonas de Apoio Psicológico (ZAP) e destas para as ZCAP;
- Assegurar o apoio psicológico e psicossocial às vítimas terciárias;
- Coordenar os mecanismos de evacuação das vítimas terciárias para locais exclusivos para esse efeito;
- Assegurar o apoio psicológico de continuidade à população presente nas ZCAP.

Procedimentos e instruções de coordenação:

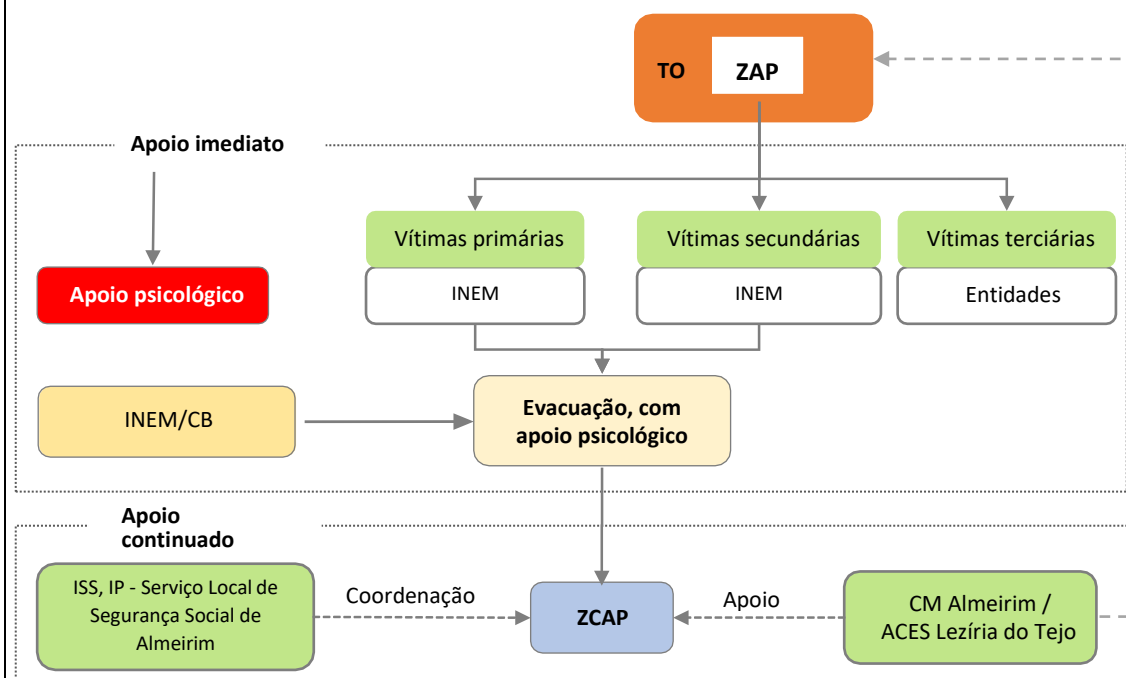


Figura 35 - Procedimentos e instruções de coordenação (apoio psicológico)

¹⁰ Vítimas Primárias: vítimas diretamente resultantes da situação de emergência em causa;

Vítimas Secundárias: familiares das vítimas primárias;

Vítimas Terciárias: operacionais dos agentes de proteção civil e dos organismos e entidades de apoio envolvidos nas operações em curso.

Instruções Específicas:

- O apoio psicológico imediato às vítimas primárias e secundárias no TO será realizado em Zonas de Apoio Psicológico (ZAP) constituídas para o efeito, que serão da responsabilidade do INEM através do seu Centro de Apoio Psicológico e Intervenção em Crise (CAPIC);
- As ações a desenvolver nas ZAP são respeitantes à receção e estabilização de vítimas, levantamento de necessidades psicossociais, identificação e recolha de informação das mesmas;
- As ZAP devem articular-se com as ZCAP quanto à comunicação de dados, e com o PCMun quanto à recolha de informação com relevância operacional;
- Os restantes agentes de proteção civil e organismos e entidades de apoio que disponham de psicólogos apoiam o INEM na medida das suas disponibilidades;
- O apoio psicológico às vítimas terciárias é responsabilidade primária das respetivas entidades. No caso de insuficiência ou ausência de meios de apoio, este será garantido pelas entidades disponíveis para o efeito. As vítimas terciárias são acompanhadas em locais reservados e exclusivos para esse efeito;
- Os psicólogos da GNR serão usados prioritariamente no tratamento e acompanhamento dos seus próprios operacionais. As disponibilidades remanescentes poderão ser utilizadas no âmbito do esforço geral de resposta;
- O apoio psicológico de continuidade, a realizar predominantemente nas ZCAP, é coordenado ISS, IP - Serviço Local de Segurança Social de Almeirim, que será apoiada por equipas de psicólogos da Câmara Municipal – Gabinete de Ação Social (CM) e da ACES;
- Nas ZCAP aplicam-se os procedimentos previstos para a Área de Intervenção do Apoio Logístico à População;
- O apoio psicológico às vítimas secundárias que se encontram nas ZRnM e NecPro é coordenado no PCMun.

4.9 Socorro e salvamento

Tabela 32 - Socorro e salvamento

SOCORRO E SALVAMENTO	
Entidade Coordenadora: Serviço Municipal de Proteção Civil de Almeirim (SMPC)	
Entidades Intervenientes:	
<ul style="list-style-type: none">▪ Câmara Municipal de Almeirim (CM);▪ Corpo de Bombeiros Voluntários de Almeirim (CB);▪ Guarda Nacional Republicana (GNR);▪ Instituto Nacional de Emergência Médica (INEM);	

- Instituto da Conservação da Natureza e Florestas (ICNF) – Sapadores Florestais (SF).

Prioridades de ação:

- Assegurar a minimização de perdas de vidas, através das ações de busca e salvamento decorrentes do acidente grave ou catástrofe;
- Assegurar a constituição de equipas no âmbito das valências do socorro e salvamento e garantir a sua segurança;
- Avaliar as áreas afetadas onde deverão ser desencadeadas ações de busca e salvamento, nomeadamente tendo em conta as informações a disponibilizar, eventualmente, pelas Equipas de Reconhecimento e Avaliação da Situação (ERAS);
- Efetuar o escoramento de estruturas, eventualmente, após a avaliação da estabilidade pelas Equipas de Avaliação Técnica (EAT);
- Assegurar a contenção de fugas e derrames de substâncias perigosas;
- Executar o socorro às populações, em caso de incêndios, inundações, desabamentos e, de um modo geral, em todos os sinistros;
- Supervisionar e enquadrar operacionalmente eventuais equipas de salvamento oriundas de organizações de voluntários;
- Colaborar na determinação de danos e perdas;
- Propor a definição de zonas prioritárias nas áreas afetadas pela situação de emergência.

Procedimentos e instruções de coordenação:

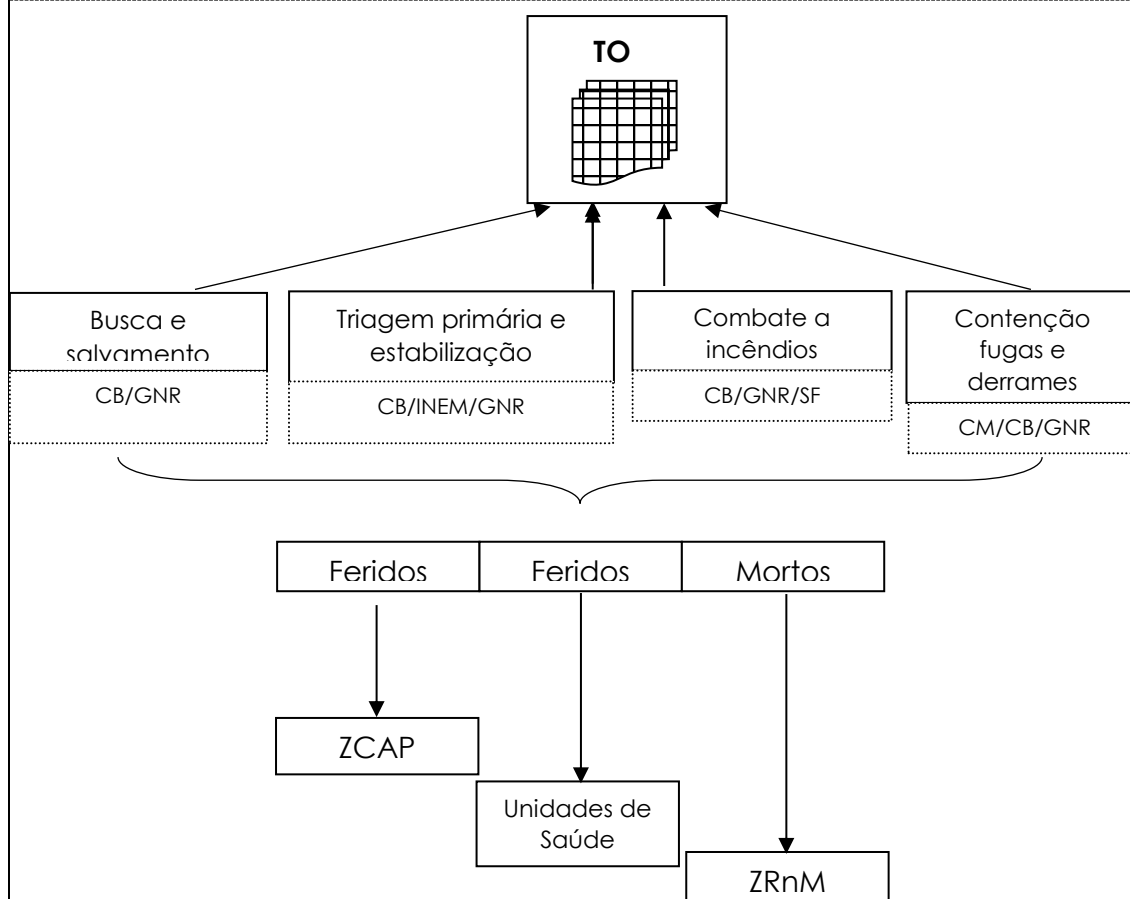


Figura 36 - Procedimentos e instruções de coordenação (socorro e salvamento)

Instruções Específicas:

- A intervenção inicial cabe prioritariamente às forças mais próximas do local da ocorrência ou àquelas que se verifique terem uma missão específica mais adequada;
- As ações de busca, socorro e salvamento poderão ser apoiadas por meios aéreos da ANEPC, de acordo com a necessidade de disponibilidade das aeronaves, solicitados pelo PCMun ao CDOS;
- Para as ações de contenção de fugas e derrames, serão chamadas a intervir as empresas privadas responsáveis pelos produtos derramados;
- Os CB asseguram primariamente as operações de busca e salvamento e de combate a incêndios;
- A GNR participa primariamente nas operações que se desenvolvam nas respetivas áreas de atuação, podendo atuar em regime de complementaridade nas restantes;
- A GNR participa nas operações de busca e salvamento com a valência cinotécnica, na respetiva área de jurisdição ou em regime de complementaridade nas restantes;
- Os SF participam nas ações de primeira intervenção e apoio ao combate em incêndios rurais;
- A GNR, executa através dos Grupos de Intervenção de Proteção e Socorro (GIPS), ações de proteção e socorro, nas ocorrências de incêndios rurais ou de matérias perigosas ou de edifícios e estruturas colapsadas;

4.10 Serviços mortuários

Tabela 33 - Serviços mortuários

SERVIÇOS MORTUÁRIOS	
Entidade Coordenadora:	Ministério Público (coadjuvado técnica e operacionalmente pelo Instituto Nacional de Medicina Legal e Ciências Forenses)
Entidades Intervenientes:	
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Ministério Público (MP); ▪ Instituto Nacional de Medicina Legal e Ciências Forenses (INMLCF); ▪ ACES Lezíria (ACES); ▪ Corpo de Bombeiros Voluntários de Almeirim (CB); ▪ Guarda Nacional Republicana (GNR); ▪ Polícia Judiciária - Departamento de Investigação Criminal (PJ); ▪ IRN - Conservatória do Registo Civil de Almeirim (IRN); ▪ Serviço de Estrangeiros e Fronteiras – Delegação Regional de Santarém (SEF). ▪ Câmara Municipal de Almeirim (CM); 	

Prioridades de ação:

- Assegurar a constituição das Zonas de Reunião de Mortos (ZRnM) e dos Necrotérios Provisórios (NecPro);
- Assegurar a constituição ao nível municipal, de Equipas Responsáveis por Avaliação de Vítimas mortais (ERAV-m);
- Assegurar a integridade das zonas onde foram referenciados e recolhidos os cadáveres com vista a garantir a preservação de provas, a análise e recolha das mesmas;
- Assegurar a presença da GNR nos locais onde decorrem operações de mortuária de forma a garantir a manutenção de perímetros de segurança;
- Assegurar o correto tratamento dos cadáveres, conforme os procedimentos operacionais previstos;
- Fornecer à Área de Intervenção da Informação Pública e à direção do plano listas atualizadas das vítimas mortais e dos seus locais de sepultamento;
- Garantir a capacidade de transporte de cadáveres ou partes de cadáveres;
- Garantir uma eficaz recolha de informações que possibilite proceder, com a máxima rapidez e eficácia, à identificação dos cadáveres, nomeadamente no que respeita à: colheita de dados Post-mortem (PM), colheita de dados Ante-mortem (AM) e cruzamento de dados PM/AM;
- Assegurar a inventariação dos locais destinados a sepultamentos de emergência;
- Providenciar, em articulação com a Área de Intervenção do Apoio Logístico às Forças de Intervenção, o fornecimento de sacos para cadáveres às forças empenhadas nas operações;
- Receber e guardar os espólios dos cadáveres, informando o “Centro de Pesquisa de Desaparecidos” (em articulação com a Área de Intervenção do Apoio Logístico à População);
- Garantir uma correta tramitação processual de entrega dos corpos identificados;

Procedimentos de coordenação:

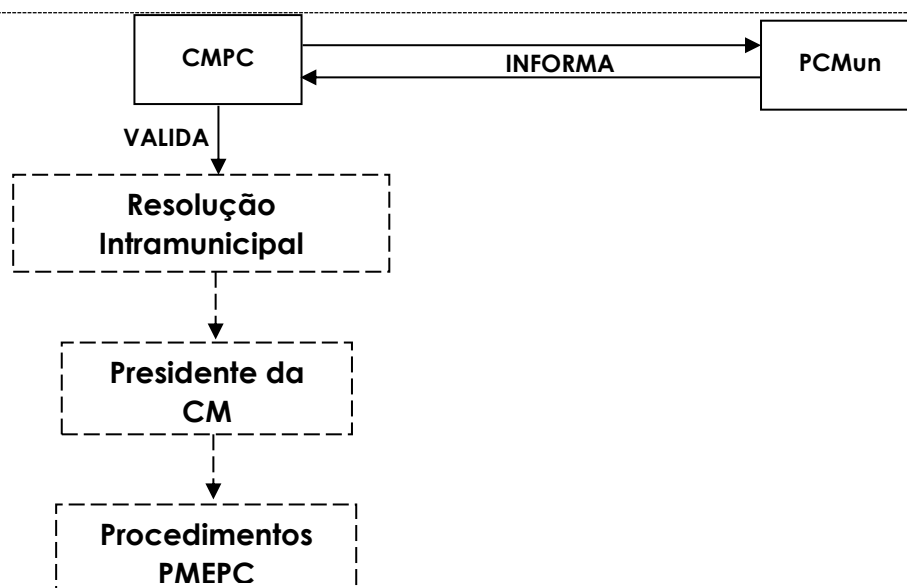


Figura 37 - Procedimentos de Coordenação dos Serviços Mortuários

Instruções de coordenação:

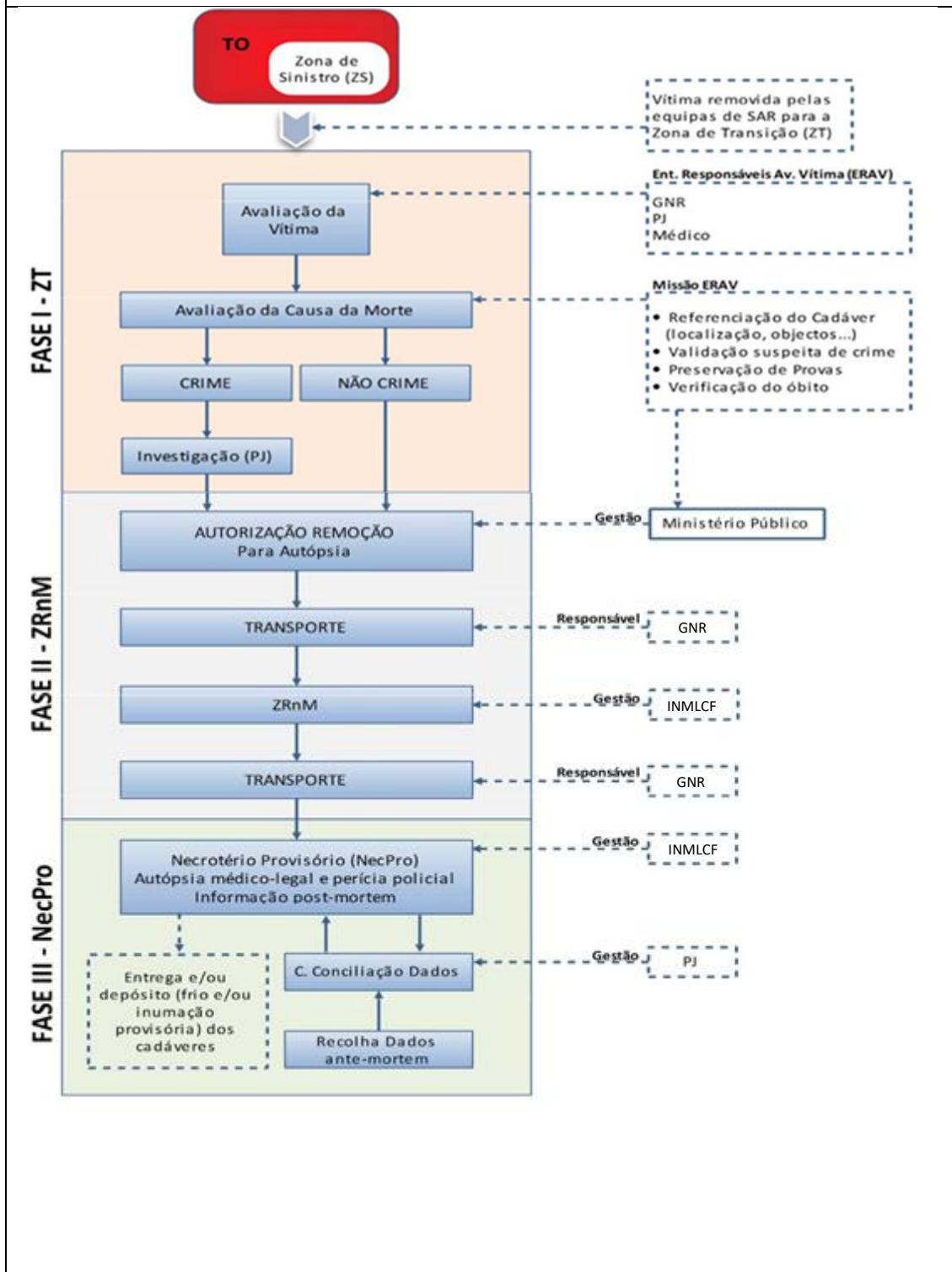


Figura 38 - Instruções de Coordenação dos Serviços Mortuários

Instruções Específicas:

- O fluxograma anterior só se aplica a cadáveres encontrados em zonas públicas ou em edifícios colapsados;
- Os cadáveres que se encontrem em Hospitais de Campanha ou Postos Médicos Avançados são encaminhados para a ZRnM desenrolando-se, a partir daí, os procedimentos previstos no fluxograma;
- Nas ZRnM e nos NecPro, procede-se aos habituais procedimentos de validação de suspeita de crime, identificação de cadáver, verificação do óbito e autópsia;
- Para a instalação de ZRnM e NecPro deverão ser escolhidas instalações onde haja um piso em espaço aberto, plano e fácil de limpar, com boa drenagem, ventilação natural, provido de água corrente e energia elétrica. Na seleção destes locais devem ser tidas em conta, ainda, as acessibilidades, as comunicações, a privacidade, a disponibilidade e as facilidades de condições de segurança. Em geral, as instalações mais indicadas para local de reunião de vítimas mortais são os pavilhões gimnodesportivos, armazéns e edifícios similares;
- Se estiverem operacionais, deverá ser dada prioridade à utilização de NecPro municipais;
- Relativamente a vítimas de suposta nacionalidade estrangeira, será acionado no NecPro, o SEF e a Unidade de Cooperação Internacional (UCI) da PJ para obtenção de dados para a identificação da mesma;
- Aquando da ativação do Plano, e tendo como missão a recolha de dados Ante-mortem, promover-se-á a ativação de um ou mais Centros de Recolha de Informação, conforme decisão do MP e sob responsabilidade da PJ e do INMLCF;
- A aposição de tarja negra e de etiqueta numa vítima, sob supervisão de um médico, corresponde à verificação do óbito, devendo ser feita na triagem de emergência primária, sempre que possível;
- A autorização antecedente é solicitada ao magistrado do MP designado ou integrado na estrutura onde esteja presente;
- Sendo localizado um corpo sem sinais de vida e sem tarja negra aposta, o médico da ERAV-m¹¹ (Equipa Responsável pela Avaliação de Vítimas mortais) verificará o óbito e procederá à respetiva etiquetagem em colaboração com o elemento da PJ. Caso sejam detetados indícios de crime, o chefe da ERAV-m poderá solicitar exame por perito médico-legal, antes da remoção do cadáver para a ZRnM;
- A referência do cadáver ou partes de cadáveres deverá ser sempre assegurada, ainda que sumariamente, através de qualquer suporte documental disponível, nomeadamente fotografia, representação gráfica, ou simples descrição textual, ainda que manuscrita;

¹¹ As ERAV-m têm como principal objetivo garantir uma rápida capacidade de avaliação de vítimas mortais perante um acidente grave ou catástrofe. A sua missão é a de referenciar o cadáver, verificar da existência de suspeita de crime, preservar as provas e verificar o óbito em estreita articulação com o Ministério Público, no que se refere aos procedimentos necessários à remoção dos cadáveres ou partes de cadáver. As ERAV-m são constituídas a nível municipal.

- A identificação de cadáveres resulta exclusivamente de técnicas forenses (médico-legais e policiais), registadas em formulários próprios;
- A autorização de remoção de cadáveres ou partes de cadáveres, do local onde foram encontrados e inspecionados até à ZRnM, haja ou não haja suspeita de crime, cabe ao MP e é solicitada pelo chefe da ERAV-m;
- A autorização do MP para remoção do cadáver é transmitida mediante a identificação do elemento policial que chefia a ERAV-m, da indicação do dia, hora e local da verificação do óbito e conferência do número total de cadáveres ou partes de cadáveres cuja remoção se solicita, com menção do número identificador daqueles em relação aos quais haja suspeita de crime;
- Das ZRnM os cadáveres transitam posteriormente para os NecPro, para realização, nestes, de autópsia médico-legal (entendida como os procedimentos tendentes à identificação do cadáver e estabelecimento da causa de morte) e subsequente entrega do corpo ou partes de cadáveres aos familiares, com a respetiva emissão dos certificados de óbito;
- Compete à GNR, coordenar e promover a segurança no transporte de cadáveres ou partes de cadáveres;
- Compete à GNR, promover a remoção dos cadáveres ou partes de cadáveres devidamente etiquetados e acondicionados em sacos apropriados (“body-bags”), também devidamente etiquetados, podendo para o efeito requisitar a colaboração de quaisquer entidades públicas ou privadas. O CB, mediante as suas disponibilidades, colaborará nas operações de remoção dos cadáveres para as ZRnM e destas para os NecPro;
- As necessidades de transporte de pessoas e equipamento serão supridas pela Área de Intervenção de Apoio Logístico às Forças de Intervenção, de acordo com os meios disponíveis;
- O material sanitário, de mortuária e demais artigos necessários às operações será distribuído a pedido das forças de intervenção ou por determinação do PCMun;
- Compete à CM providenciar equipamento para os NecPro de acordo com indicações do INMLCF, designadamente iluminação, macas com rodas, mesas, sacos de transporte de cadáveres, pontos de água e energia;
- Compete à entidade gestora das ZRnM e dos NecPro (ou seja, ao INMLCF) fornecer ao MP a informação sobre vítimas falecidas, que a transmitirá à Comissão Municipal de Proteção Civil (CMPC), incluindo dados sobre o número de cadáveres admitidos, de corpos identificados ou por identificar, bem como a informação sobre as estruturas organizativas instaladas para a intervenção nesses domínios. A transmissão e divulgação desta informação far-se-á com respeito pelo segredo de justiça, pelo segredo médico, pelo dever de reserva profissional e pelo princípio da necessidade de conhecer;
- Deverá ser assegurada a presença de representantes do IRN nos NecPro para proceder ao assento de óbitos e garantir toda a tramitação processual e documental associada;
- O apoio psicológico aos familiares das vítimas será efetuado de acordo com os procedimentos definidos na Área de Intervenção de Serviços Médicos e Transporte

de Vítimas – Apoio Psicológico, articulados com os Centros de Recolha de Informação (recolha de dados Ante-mortem);

- Os cadáveres e partes de cadáver que não forem entregues a pessoas com legitimidade para o requerer, devem ser conservados em frio ou inumados provisoriamente, se necessário, devidamente acondicionados em sepultura comum, assegurando-se a identificabilidade dos mesmos até à posterior entrega a familiares para inumação ou cremação individual definitiva;
- Para os cadáveres que se encontrem nas unidades de saúde e decorrentes do acidente grave ou catástrofe adotam-se os procedimentos habituais de validação de suspeita de crime, identificação de cadáver e de verificação do óbito. Estes estabelecimentos constituem-se automaticamente como ZRnM pelo que, após cumprimento das formalidades legais internas e autorização do MP, o cadáver será transportado para o NecPro;
- Para os cadáveres que se encontrem em estabelecimentos hospitalares e demais unidades de saúde cuja morte decorra de patologias anteriores ao acidente grave ou catástrofe, adotam-se os procedimentos habituais de verificação do óbito e, após cumprimento das formalidades legais internas, o cadáver poderá ser libertado para entrega à família;
- Para os cadáveres que se encontrem dentro de um edifício colapsado adotam-se os procedimentos habituais de validação de suspeita de crime, identificação de cadáver e de verificação do óbito. Após cumprimento das formalidades anteriores, o cadáver será transportado para o NecPro.

No município de Almeirim poderá funcionar como ZRnM o seguinte local:

Tabela 34 - ZRnM e NecPro do município de Almeirim

Designação	Local	Freguesia
NecPro	ZAE Almeirim ¹²	Almeirim

¹² Local a designar, mediante a realização de protocolo entre a CM Almeirim e o proprietário do espaço, dada a complexidade de condições que a infraestrutura deve possuir.

PARTE III

• **INVENTÁRIOS,
MODELOS E LISTAGENS**

Parte III — Inventários, Modelos e Listagens

1 Inventário de meios e recursos

O inventário de meios e recursos referente ao concelho de Almeirim baseia-se em geral na informação no que concerne aos recursos camarários e particulares existentes no concelho, e ainda, na informação de cada agente de proteção civil, organismos e entidades de apoio.

Tabela 35 - Meios e Recursos

Corpo de Bombeiros		DOTAÇÃO																												DIOPS		
		INEM	ABSC	ABTD	ABTM	VCOT	VCOC	VE	VP	VECI	VFCI	VLCI	VRCI	VUCI	VSAT	VSAE	VTU	VTTR	VTTF	VTGC	VALE	VSG	VTPT	VETA	VOPE	VAME	BRT	BSR	MRSA	LTRG	Total	EIP
1420	CBV Almeirim	1	3	3	3	1					3	2		1	1		1						1		1			1		1	23	1
CB	Reboques						Motobomba Rebocável			Compressor Rebocável			Camera Térmica		Gerador Rebocável		GPS		Detetor Gases		Tendas		Motodisco			Motoserra c/lamina = ou > 1mt		Outros				
	Tipo de engate	Matrícula	Tipo de Equipamento (descrever pormenorizada mente)	Tipo de engate	Marca	Modelo	Capacidade Lt/min	Tipo de engate	Marca	Modelo	Capacidade Lt/min	Marca	Modelo	nº Saídas Monofásicas	nº Saídas Trifásicas	Potência/KW	Marca	Modelo	Marca	Modelo	Uní	Tipo	área	Sim ou Não	Tipo de disco							
																										Sim	Não					
CBV Almeirim	Simplex com travão de inércia	S/matricula SE-5928	Reboque de Carga											1	2	20	Garmin	GPSmap	BW PUMP Module	Gas Alert Micro SPID				Sim	Diamante e carbono para cortar pedra e betão		Não					
			Reboque Exotérmico com material SGA																BW Technologies	Gasalert Microclipt												
			10 EPI c/ arnês tipo C e D																													
			1 Maca Cesto																													
			1 Maca Espaços Confinados																													
			1 Plano Duro																													
			1 Maca Levantamentos																													
			1 Boia																													
			Cabos Semi-estáticos e Dinâmicos																													
			Mosquetões, Roldanas, Bloqueadores																													
		Descensores em 8 e STOP																														
		Fitas Tubulares																														
		1 Saco 1º Socorros																														
		1 Gerador, Cones Sinalização																														

Tabela 36 - Hotelaria

Sector		Alojamento																
Subsector		Infraestrutura Hoteleira																
Classe		Hotel / Motel / Aparthotel / Estalagem / Residencial / Hospedaria / Pensão / Albergaria / Pousada / Turismo Rural																
Classe	Nome Comercial	Responsável Empreendimento	Município	Morada	Nr. / Lote	Código Postal	Localidade	Freguesia	Responsável	Telemóvel	Telefone	Email	Nr. de Camas	Nr. de Quartos	Pequeno Almoço	Almoço	Jantar	Nr. Lugares Sentados
Hotel	Hotel Novo Príncipe		Almeirim	Rua Timor	Nº 1	2080-130	Almeirim	Almeirim										
Turismo Rural	Quinta da Gafaria		Almeirim	Quinta da Gafaria	---	2080-052	Tapada	Almeirim										
Turismo Rural	Quinta do Casalinho		Almeirim	Rua Guerra Junqueiro	---	2080-338	Benfica do Ribatejo	Benfica do Ribatejo										
Turismo Rural	Casa de Besteiros		Almeirim	Quinta da Variorum, Estrada do Arneiro da Volta	---	2080-704	Arneiro da Volta	Raposa										
Hospedaria	Ho. Abílio		Almeirim	Travessa do Calvário	Nº 2	2080-174	Almeirim	Almeirim										
Hospedaria	D. António		Almeirim	Rua Alfredo Godinho	Nº 4	280-130	Almeirim	Almeirim										

Tabela 37 - Postos de Abastecimento

Sector		Combustíveis			Gasolina	Gasóleo	Gás	Combustível Aquecimento																	
Subsector		Postos de Abastecimento																							
Classe		Terrestre - Acesso Público / Terrestre - Acesso Reservado																							
Classe	Entidade Detentora	Insígnia	Município	Morada	Código Postal	Localidade	Freguesia	Responsável	Telemóvel	Telefone	Email	Diesel	Aditivado	Agrícola	Aquecimento	95 Octanas	98 Octanas	95 Aditivado	98 Aditivado	Mistura	GPL	Butano 13 kg	Propano 13 kg	Propano 45 kg	Veículo Cisterna
Terrestre - Acesso Público	J.M. Cordeiro Lda	GALP	Almeirim	E.N. 114 Km 81,8	2080-099	Almeirim	Almeirim																		
Terrestre - Acesso Público		CEPSA	Almeirim	Rua de Coruche, 131	2080-094	Almeirim	Almeirim																		
Terrestre - Acesso Público		REPSOL	Almeirim	Rua de Coruche	2080-094	Almeirim	Almeirim																		
Terrestre - Acesso Público	PrioEnergy	PRIO	Almeirim	Circular Urbana Almeirim, ZAE Almeirim, Lote 61/63	2080-187	Almeirim	Almeirim																		

PLANO MUNICIPAL DE EMERGÊNCIA DE PROTEÇÃO CIVIL DE ALMEIRIM

2 Lista de contactos

A lista de contactos do PMEPC de Almeirim reúne todos os contactos necessários ao bom funcionamento e coordenação entre todas as entidades intervenientes nas diversas fases da gestão da emergência.

Comissão Municipal de Proteção Civil de Almeirim

Entidade	Representante	Morada	Telefone	Telemóvel	Fax	E-mail
CM Almeirim	Pedro Miguel César Ribeiro	Rua 5 de Outubro, 2080-052 Almeirim				
Coordenador Municipal de Proteção Civil		Rua 5 de Outubro, 2080-052 Almeirim				
Aut. Saúde Almeirim	Dr.ª Ana Maria Coelho Simões	Rua Canto do Jardim				
Centro de Saúde de Almeirim (ACES)	Dr. Joaquim Duarte	Rua Canto do Jardim				
GNR	Pedro Moleirinho	Largo do Carmo				
BVA	Jorge Manuel Ribeiro Costa	Rua Condessa da Junqueira 2080-069 Almeirim				
ISS – Unidade local de Almeirim		Largo dos Charcos				
ACHAR	Rui Arsénio	Rua Direita de S. Pedro, 152, 2140-098 Chamusca				
GTFI	Helena Petisca	Rua Direita S. Pedro, 2140-098 Chamusca				
JF. Almeirim	Joaquim Catalão	Rua de Coruche, nº 11 2080-094				

JF. Benfica do Ribatejo	Cândida Lopes	Rua da Fonte Branca, nº 13 2080-344 Benfica do Ribatejo				
JF. Fazendas Almeirim	João Apolinário	Rua Diamantino Máximo Monsanto, nº 13 2080-551 Fazendas de Almeirim				
JF. Raposa	Cristina Casimiro	Largo D. Nuno Álvares Pereira 2080-701 Raposa				
Águas do Ribatejo		Rua 5 de Outubro, 80				
CNE	Paulo Martinho	Casa Episcopal P. Sá da Bandeira, Santarém				

Composição Variável

Entidade	Oficial de Ligação	Morada	Telefone	Telemovel	Fax	E-mail
CIMLT	António Torres	CNEMA – Quinta das Cegonhas				
ICNF	Nuno Marques	CNEMA – Quinta das Cegonhas				

Autoridades Municipais de Proteção Civil / SMPC

Cargo	Nome	Morada	Telefone	E-mail
Câmara Municipal de Almeirim				
Presidente	Pedro César Ribeiro	Rua 5 de Outubro		
Coordenador Municipal				
Vereador SMPC	M ^a Emília Moreira			

Cargo	Nome	Morada	Telefone	E-mail
Corpo de Bombeiros Voluntários de Almeirim				
Comandante	Jorge Costa	Rua Condessa da Junqueira Almeirim		
Central de comunicações				

Centros de Saúde

Entidade	Morada	Telefone	Fax	E-mail
Centros de Saúde				
Centro de Saúde da Lezíria II	Agrupamento Centros Saúde da Lezíria II			

Entidades Cooperantes

Entidade	Elo Ligação	Morada	Telefone	Fax	E-mail
Organizações de Caráter Social					
Santa Casa da Misericórdia de Almeirim		Rua Almirante Reis, Almeirim			
Organização de Voluntariado					
Assoc. Radioamadores Ribatejo	João Coelho	Almeirim			
Outros					
Sapadores Florestais	Rui Manuel Pombo	R. Pedro Canavarro, 59 Santarém			
IRN		Praça Lourenço de Carvalho 18, 19 2080-043 Almeirim			

Órgãos de comunicação Social

Entidade	Morada	Telefone	Fax	E-mail
Imprensa Escrita				
Jornal o Almeirinese	Santa Casa da Misericórdia Rua Almirante Reis, Almeirim			

Entidade	Morada	Telefone	Fax	E-mail
Rádios				
Rádio RCA Ribatejo	Pcta. Tenente Coronel Salgueiro Maia 9/10 2080 - 049 Almeirim			

3 Modelos

3.1 Modelos de Relatórios

Os relatórios destinam-se a permitir a obtenção da informação, resultante da ocorrência, necessária à avaliação da situação, ao planeamento e à condução das operações de proteção e socorro. Estes compreendem:

- **Relatórios Imediatos de Situação (RELIS):** Estes relatórios englobam os dados fundamentais à avaliação da situação pela estrutura de comando (PCMun) e têm origem nas ERAS e/ou EAT. Os RELIS são transmitidos pela via de comunicação mais rápida disponível, podendo ser, excecionalmente, transmitidos verbalmente ou por fonia através das redes de telecomunicações existentes e passado a escrito no mais curto período de tempo possível.
- **Relatórios de Situação Geral ou Especial (RELGER ou RELESP):** Têm origem nos PCMun e destinam-se ao PC de escalão superior. Em regra, são apresentados por escrito de seis em seis horas, na fase inicial, sendo a periodicidade progressivamente alargada com o decorrer da evolução da situação.

Os RELESP distinguem-se dos RELGER por se destinarem a esclarecer pontos específicos ou setoriais da situação;
- **Relatórios Diários de Situação (REDIS):** São emitidos pelos PCMun, e enviados ao CDOS. Estes relatórios são enviados diariamente às 22 horas, pelo modo de transmissão mais expedito para o efeito;
- **Relatórios Finais:** É elaborado pela CMPC e inclui uma descrição da situação ocorrida e das principais medidas adotadas.

Constam também deste relatório as principais lições aprendidas, incluindo os contributos para futuras revisões do plano de emergência.

3.1.1 RELIS – Relatório Imediato de Situação



RELATÓRIO IMEDIATO DE SITUAÇÃO (RELIS) PONTO DE SITUAÇÃO DA EMERGÊNCIA

Envio Depois do Reconhecimento das ERAS ou EAT

Distrito: SANTARÉM

Concelho: ALMEIRIM

REL Nº ____/____

Data: ____ **Hora:** ____

1. OCORRÊNCIA

Natureza	
Localização	
Área afetada	

2. Danos Pessoais

Mortos:		Desaparecidos:	
Feridos graves:		Feridos leves:	
Desalojados:		Deslocados:	
Evacuados:		Soterrados:	

3. DANOS NO EDIFICADO/INFRAESTRUTURAS

Tipo	Danos ligeiros	Danos Graves	Colapsados
Habitacões			
Escolas			
Unidades Hoteleiras			
Unidades de Saúde			

Instalações Policiais			
Instalações Militares			
Quarteis de Bombeiros			
Monumentos			
Mercados/Supermercados			
Igrejas/Locais de Culto			
Lares/Infantários			
Unidades Industriais			
Edifícios Públicos			
Outros: _____			
Outros: _____			

4. DANOS EM VIAS DE COMUNICAÇÃO

Vias/Meios	Danos Ligeiros	Danos Graves	Inutilizáveis
Rede Viária			
Pontes/ Viadutos/ Túneis			
Aeródromos/ Heliportos			
Portos/ Estações Fluviais			
Outras: _____			
Outras: _____			

5. DANOS EM TRANSPORTES

Transportes	Danos ligeiros	Danos graves	Inoperacionais
Rodoviários			
Aeronaves			
Veículos Particulares			
Embarcações			
Outras: _____			
Outras: _____			

6. DANOS EM INFRAESTRUTURAS BÁSICAS

Redes	Danos ligeiros	Danos Graves (não operacionais)	Colapsados (não operacionais)
Gás			
Eletricidade			
Água			
Saneamento			
Telefónica Fixa			
Telefónica Móvel			
Teledifusão			
Rádiodifusão			
Internet			
Satélite			
Outra			

7. OUTRAS INFORMAÇÕES

Povoações em Perigo/ Isoladas	
Habitacões em Perigo	
Focos de Incêndio	
Movimentação de Populações	
Animais Isolados	

8. NECESSIDADES

Meios aéreos (especificar)	
Meios terrestres (especificar)	
Telecomunicações (especificar)	
Logística (especificar)	
Outras (especificar)	

O Chefe da Equipa

3.1.2 RELGER – Relatório de Situação Geral



RELATÓRIO DE SITUAÇÃO GERAL (RELGER) PONTO DE SITUAÇÃO DA EMERGÊNCIA

Envio Depois do Reconhecimento das ERAS ou EAT

Distrito: SANTARÉM

Concelho: ALMEIRIM

REL Nº _____/_____

Data: _____ **Hora:** _____

1. OCORRÊNCIA

Natureza	
Localização	
Área afetada	
Concelho/s	

2. DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA

--

3. DANOS PESSOAIS

Mortos		Desaparecidos	
Feridos Graves		Feridos Leves	
Desalojados		Deslocados	
Evacuados		Soterrados	

4. DANOS NO EDIFICADO/INFRAESTRUTURAS

Tipo	Danos ligeiros	Danos Graves	Colapsados
Habitacões			
Escolas			
Unidades Hoteleiras			
Unidades de Saúde			
Instalações Policiais			
Quarteis de Bombeiros			
Monumentos			
Mercados/Supermercados			
Igrejas/Locais de Culto			
Lares/Infantários			
Unidades Industriais			
Edifícios Públicos			
Outros: _____			
Outros: _____			

5. DANOS EM VIAS DE COMUNICAÇÃO

Vias/Meios	Danos Ligeiros	Danos Graves	Inutilizáveis
Rede Viária			
Pontes/ Viadutos/ Túneis			
Outras: _____			
Outras: _____			

6. DANOS EM TRANSPORTES

Transportes	Danos ligeiros	Danos graves	Inoperacionais
Rodoviários			
Aeronaves			
Veículos Particulares			
Outras: _____			
Outras: _____			

7. DANOS EM INFRAESTRUTURAS BÁSICAS

Redes	Danos ligeiros	Danos Graves (não operacionais)	Colapsados (não operacionais)
Gás			
Eletricidade			

Água			
Saneamento			
Telefónica Fixa			
Telefónica Móvel			
Rádiodifusão			
Internet			
Satélite			
Outra			

8. SITUAÇÃO OPERACIONAL

Bombeiros	Homens		Forças Armadas	Homens	
	Veículos			Veículos	
	Embarcações			Embarcações	
	Outros:			Outros:	
Sapadores Florestais	Homens		Outros	Homens	
	Veículos			Veículos	
	Embarcações			Embarcações	
	Outros:			Outros:	
GNR	Homens		Outros	Homens	
	Veículos			Veículos	
	Embarcações			Embarcações	
	Outros:			Outros:	

9. ORGANIZAÇÃO DO TEATRO DE OPERAÇÕES (TO)

Localização do PC	
Localização da ZCR's	
Localização da ZCAP's	
Localização da ZRnM's	
Nº de Setores e Localização	

Id. Cmdts.	
Frente	
id. Cmdts.	
Setores	
Outros	

10. DECLARAÇÃO DA SITUAÇÃO DE ALERTA E/OU CONTIGÊNCIA

Concelho/Distrito	
Entidade Responsável	
GDH Início	
GDH Fim	
Descrição da situação	

11. PLANO DE EMERGÊNCIA DE PROTEÇÃO CIVIL ATIVADO

Municipal	GDH Ativação	GDH Desativação

13. OUTRAS INFORMAÇÕES

Povoações em Perigo/ Isoladas	
Habitações em Perigo	
Resumo das ocorrências	

Outras:

14. NECESSIDADES

**Meios aéreos
(especificar)**

**Meios terrestres
(especificar)**

**Telecomunicações
(especificar)**

**Logística
(especificar)**

**Outras
(especificar)**

O responsável pela elaboração do Relatório

3.1.3 REDIS – Relatório Diário de Situação



RELATÓRIO DIÁRIO DE SITUAÇÃO (REDIS)
PONTO DE SITUAÇÃO DA EMERGÊNCIA

Envio Depois do Reconhecimento das ERAS ou EAT

Distrito: SANTARÉM

Concelho: ALMEIRIM

REL Nº _____/_____

Data: _____ **Hora:** _____

1. OCORRÊNCIA

Natureza	
Localização	
Área afetada	
Concelho/s	

2. DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA

--

3. DANOS ESTIMADOS

3.1 PESSOAS

	Nº		Nº
Mortos		Desaparecidos	
Feridos Graves		Feridos Leves	
Desalojados		Deslocados	
Evacuados		Soterrados	

Anexo A: Lista Identificativa de Pessoas envolvidas

3.2 EDIFICADO/INFRAESTRUTURAS

Tipo	Danos ligeiros	Danos Graves	Colapsados
Habitações			
Escolas			
Unidades Hoteleiras			
Unidades de Saúde			
Instalações Policiais			
Quarteis de Bombeiros			
Monumentos			
Mercados/Supermercados			
Igrejas/Locais de Culto			
Lares/Infantários			
Unidades Industriais			
Edifícios Públicos			
Outros: _____			
Outros: _____			

Anexo B: Lista de Edifícios Afetados

3.3 VIAS DE COMUNICAÇÃO

Vias/Meios	Condicionadas	Cortadas	Colapsados
Rede Viária			
Pontes / Viadutos/ Tuneis			
Outras: _____			
Outras: _____			

Anexo C: Lista de Vias de Comunicação Afetadas

3.4 TRANSPORTES/ MAQUINARIA

Transportes	Danos ligeiros	Danos graves	Destruidos
Rede Viária			
Pontes / Viadutos/ Tuneis			
Outras: _____			
Outras: _____			

Anexo D: Lista dos Transportes/ Maquinaria Afetada

3.5 INFRAESTRUTURAS BÁSICAS

Redes	Danos ligeiros	Danos Graves (não operacionais)	Colapsados (não operacionais)
Gás			
Eletricidade			
Água			

Saneamento			
Telefónica Fixa			
Telefónica Móvel			
Teledifusão			
Radiodifusão			
Internet			
Satélite			
Outra			

Anexo E: Lista de Redes afetadas

3.6 ABASTECIMENTOS (Alimentação, Combustíveis, Vestuário, etc)

3.7 AMBIENTE (Acidentes de Poluição, Derrames, Contaminações, etc)

3.8 SAÚDE PÚBLICA

3.8.1 Centros de Saúde

Hospital/ Centro de Saúde	Atendidos	Internados	Transferidos

3.8.2 Posto médico avançado/ de triagem/ de socorro

Hospital / Centro de Saúde	Atendidos	Internados	Transferidos

3.8.3 Ambulâncias

Entidades	Medicalizáveis	Socorro	Transporte

3.8.4 Evacuação médica especial

Entidades	Helicóptero	Avião	Comboio	Outros

4. INFORMAÇÃO METEOROLÓGICA

Dados	Observada	Prevista
Vento (direção/velocidade)		
Temperatura		
Humidade		
Precipitação		

5. MEIOS ENVOLVIDOS NAS OPERAÇÕES EM CURSO

Entidades	Pessoal	Veículos	Meios Aéreos	Outro material	POC Nome/Função

6. OCORRÊNCIAS ESPECIAIS COM OS MEIOS DE SOCORRO

6.1 DOS AGENTES DE PROTEÇÃO CIVIL

6.2 DE OUTRAS ENTIDADES E ORGANISMOS

7. REDES DE COMUNICAÇÕES

7.1 PROTEÇÃO CIVIL

7.2 BOMBEIROS

7.3 OUTROS AGENTES DE PROTEÇÃO CIVIL

7.4 OUTRAS ENTIDADES E ORGANISMOS

8. SITUAÇÃO DE ALERTA/ CONTIGÊNCIA/ CALAMIDADE

Concelho/Distrito	
Entidade responsável	
GDH Início	
GDH Fim	
Descrição da Situação	

Multiplicar esta tabela pelo número de vezes necessárias

9. COMISSÕES DE PROTEÇÃO CIVIL REUNIDAS

Municipal	GDH Convocação	GDH Início primeira reunião	Entidades Intervenientes	Medidas tomadas

10. PLANOS DE EMERGÊNCIA DE PROTEÇÃO CIVIL ATIVADOS

Municipal	GDH Ativação	GDH Desativação

11. COMUNICAÇÃO SOCIAL

Divulgação de notícias da situação de emergência:

Colaboração nas ações de informação pública:

12. CUSTO ESTIMADO DAS OPERAÇÕES DE SOCORRO

Designação	Custo (€)
Pessoal	
Artigos consumidos	
Combustível e lubrificantes	
Grandes reparações	

Telecomunicações	
Outros encargos operacionais	
Outros encargos operacionais	
Outros encargos operacionais	
Outros encargos operacionais	
Outros encargos operacionais	
Outros encargos operacionais	

13. OBSERVAÇÕES

Avaliação	Obs.
Comunicações	
Gestão da informação operacional	
Sistema de aviso e alerta	
Sistema de Proteção Civil	
Ativação da Comissão de Proteção civil	
Ativação de Plano de Emergência de Proteção Civil	
Situação do Plano de Emergência de Proteção Civil	
Estrutura organizacional de operações	
Informação pública	
Necessidade de programas de reparação	
Aspetos particulares relevantes	
Outros	

Outros Comentários:

14. ANEXOS

(Relacionar os anexos incluídos)

Data	Hora	Responsável pelo PCMun

Visto

3.1.4 Relatório Final da Emergência



RELATÓRIO FINAL DA EMERGÊNCIA

1. Localização			
Distrito	SANTARÉM	Freguesia	
Concelho	ALMEIRIM	Localidade/Lugar	

2. Ocorrência		
Tipo/ Natureza da Ocorrência		
Alerta	GDH	
	Fonte	
Breve Descrição/ desenvolvimento da ocorrência		
Causa		Observações
Ondas de Calor		
Ondas de Frio		
Nevões		
Ventos Fortes		
Secas		
Cheias e/ou Inundações		
Acidentes Rodoviários		
Acidentes Fluviais		
Acidentes Aéreos		

Transporte Terrestre de Mercadorias Perigosas		
Colapso de Pontes e Viadutos		
Incêndios Urbanos		
Colapso de Edifícios de utilização coletiva		
Emergências Radiológicas		
Incêndios Rurais		
Outra		

3. Meios Intervenientes nas Operações			
Entidade	Nº de Operacionais	Nº de Veículos	Outros meios
Total			

4. Eficácia dos Meios de Resposta						
Entidade	Eficácia					Observações
	Muito boa	Boa	Satisfatória	Pouco eficiente	Nada eficiente	

5. Posto de Comando Municipal		
Localização do PCMun		
Apoio Técnico no PCMun	Entidade	Nome
Responsável pelo PCMun	Nome	GDH

6. Danos humanos							
População		Feridos		Mortos	Evacuados	Desalojados	Desaparecidos
		Ligeiro	Grave				
Feminino	Criança (0-12 anos)						
	Jovem (12-18 anos)						
	Adulto (18-65 anos)						
	Idoso (> 65 anos)						
Masculino	Criança (0-12 anos)						
	Jovem (12-18 anos)						

	Adulto (18-65 anos)						
	Idoso (> 65 anos)						
Totais							

7. Danos em Animais			
Espécie	Mortos	Feridos	Observações
Totais			

8. Danos em Edifícios						
Tipo	Destruídos		Danos Graves		Danos Ligeiros	
	Nº	Causas	Nº	Causas	Nº	Causas
Habitações						
Património Histórico						
Indústria						
Comércio						
Hotéis						
Centros de Saúde						
Escolas						
Outros:						
Outros:						
Outros:						
Outros:						
Total						

9. Danos em Vias de comunicação				
Tipo de Via	Destruídas	Danificadas	Interrompidas	Observações
AE				
IP				
IC				
EN				
EM				
Outros:				
Outros:				

10. Danos em Veículos			
Tipo de Veículo	Destruídos	Danificados	Observações
Pesado de mercadorias			
Pesado de passageiros			
Ligeiro de mercadorias			
Ligeiro de Passageiros			
Motociclos			
Outros:			
Outros:			
Totais			

11. Danos em Infraestruturas da Rede de Distribuição				
Tipo de Rede	Destruídas	Danificadas	Interrompidas	Observações
Rede de água				
Rede de Saneamento				
Rede elétrica				
Rede de gás				

Rede de distribuição de combustíveis				
Outros:				
Outros:				
Outros:				

12. Danos em Infraestruturas da Rede de Comunicações				
Tipo de Rede	Destruídas	Danificadas	Interrompidas	Observações
Serviço de telefone fixo				
Serviço de telefone móvel				
Serviço telefax				
REPC				
ROB				
Radiocomunicação privada da GNR				
Radiocomunicação privada da PSP				
Radiocomunicação privada do INEM				
Radioamadores				
SIRESP				
Internet				
Outras:				
Outras:				

13. Danos Ambientais			
Tipo de Afetação	Quantidade (ha, km,nº)	Local	Observações
Rede hídrica			
Espaços Rurais			
Fauna			
Flora			
Outras:			

14. Assistência fornecida à População				
Tipo de Assistência	Quantidade	Requerido por	Fornecido por	Observações
Assistência médica				
Evacuação				
Hospitais				
Centro de Saúde				
Postos de socorro				
Postos de triagem				
Alimentação/água				
Abrigos				
Alojamento				
Vestuário e agasalhos				
Apoio psicológico				
Apoio Social				
Outros:				
Outros:				
Outros:				

15. Realojamiento			
Local de Realojamiento	Número	Local de Realojamiento	Número
Total		Total	

Descrição	Pontos Fortes	Pontos Fracos	Constrangimentos
Coordenação institucional			
Comando operacional			
Articulação entre agentes e entidades			
Integração de grupos de reforço e assistência			
Comunicações			
Logística			
Gestão da Informação			
Evacuações			
Ordem pública			
Outros:			
Outros:			
Outros:			

Realizadas (breve descrição)

Previstas (breve descrição)

PLANO MUNICIPAL DE EMERGÊNCIA DE PROTEÇÃO CIVIL DE ALMEIRIM

Dano	Custo (euros)
Total	

19. Comentários Finais

Nota: sempre que possível, deverão ser anexas fotografias dos danos provocados.

20. Responsável pela elaboração do Relatório

Hora e Data	_____
	(Assinatura)

3.2 Modelo de Requisições

As requisições destinam-se a garantir o fornecimento de artigos e bens de consumo.

Data: ____/____/____

Hora: ____ horas ____ min

Entidade Requisitada:	
Produto/Equipamento/Serviço:	
Código:	
Quantidade:	

Finalidade:

O responsável,

3.3 Modelos de Comunicados

A divulgação de informação à população poderá ser feita através de comunicados difundidos pela comunicação social (meio mais adequado numa situação de acidente grave ou catástrofe), bem como através de outros meios enumerados em II-4.5. No que se refere aos comunicados, estes deverão ser anunciados em tempo útil e serem claros e concisos, tendo sempre presente o objetivo fundamental de informar e proteger as populações de modo a evitar o pânico entre as mesmas.

3.3.1 Modelo de aviso à população



AVISO À POPULAÇÃO

CM Almeirim/Serviço Municipal de Proteção Civil

DATA E HORA DE EMISSÃO: DIA/MÊS/ANO | HORA:MIN AVISO Nº __/20__

OCORRÊNCIA *(indicar o tipo de ocorrência)*

No seguimento de informação recebida de _____ *(indicar a entidade)*
no Serviço Municipal de Proteção Civil (SMPC) de _____, salienta-se:
Para o período compreendido entre _____ e _____ *(indicar se corresponde
ao período da manhã ou da tarde e o dia/mês/ano):*
(Indicar as previsões expectáveis, de acordo com a ocorrência)

Por exemplo:

- Vento – Do quadrante NW com intensidade 40-60km/h no litoral e 50-70km/h nas terras altas, acompanhado de rajadas, que poderão superar os 80km/h no litoral e os 100km/h, nas terras altas;
- Precipitação – moderada contínua (10mm/3h) passando a regime de aguaceiros (10mm/h) e que, pontualmente poderão ser de granizo, nas regiões Norte e Centro;
- Agitação marítima – na costa ocidental de NW a variar entre os 4-6m, podendo a altura máxima chegar aos 8-10m;
- ...

Acompanhe as previsões em _____ *(indicar o sítio da internet)*.

EFEITOS EXPECTÁVEIS

Face à situação acima descrita, poderão ocorrer os seguintes efeitos: *(Indicar os efeitos expectáveis, de acordo com a ocorrência)*

Por exemplo:

- Piso rodoviário escorregadio e eventual formação de lençóis de água ou acumulação de neve ou gelo;
- Possibilidade de cheias rápidas em meio urbano, por acumulação de águas pluviais ou insuficiências dos sistemas de drenagem;

- Possibilidade de inundação por transbordo de linhas de água nas zonas historicamente mais vulneráveis;
- Inundações de estruturas urbanas subterrâneas com deficiências de drenagem;
- Danos em estruturas montadas ou suspensas;
- ...;

MEDIDAS PREVENTIVAS

O SMPC recorda que **o eventual impacto destes efeitos pode ser minimizado, sobretudo através da adoção de comportamentos adequados**, pelo que, e em particular nas zonas historicamente mais vulneráveis, se recomenda a observação e divulgação das principais medidas de autoproteção para estas situações, nomeadamente: *(Indicar os efeitos expectáveis, de acordo com a ocorrência)*

Por exemplo:

- Garantir a desobstrução dos sistemas de escoamento das águas pluviais e retirada de inertes e outros objetos que possam ser arrastados ou criem obstáculos ao livre escoamento das águas;
- Adotar uma condução defensiva, reduzindo a velocidade e tendo especial cuidado com a possível acumulação de neve e formação de lençóis de águas nas vias;
- Não atravessar zonas inundadas, de modo a precaver o arrastamento de pessoas ou viaturas para buracos no pavimento ou caixas de esgoto abertas;
- Garantir uma adequada fixação de estruturas soltas, nomeadamente, andaimes, placards e outras estruturas suspensas;
- Ter especial cuidado na circulação e permanência junto de áreas arborizadas, estando atento para a possibilidade de queda de ramos e árvores, em virtude de vento mais forte;
- ...

3.3.2 Modelo de Comunicado de ponto de situação e evolução de ocorrências



COMUNICADO DE PONTO DE SITUAÇÃO

COMUNICADO Nº _____

DIA/MÊS/ANO | HORA:MIN

Informa-se que se verificou a _____ (indicar a data e a hora em que se verificou a ocorrência), em _____ (indicar o local da ocorrência), uma _____ (indicar a ocorrência ou a evolução da ocorrência, de acordo com o comunicado). Esta ocorrência provocou, conforme dados provisórios, _____ (indicar o número de feridos, vítimas ou danos materiais). Foram destacados para o local/encontram-se no local _____ (indicar os agentes de proteção civil/organismos e entidades de apoio intervenientes nas operações, os veículos e equipamentos utilizados), estando interditas as seguintes vias _____ (locais de acesso interdito ou restrito). Informa-se ainda que as Zonas de Concentração e Apoio à População localizam-se em _____ (indicar o local das ZCAP's).

Recomenda-se à população especial atenção às medidas de autoproteção/regras de evacuação/confinamento, _____ (indicar de acordo com o caso) e ter em conta as ordens das autoridades territorialmente competentes, mantendo-se atento ao desenvolvimento da situação.

Previsão do próximo comunicado:

Data: __/__/____

Hora: __ horas __ min

CMAlmeirim / Serviço Municipal de Proteção Civil

3.3.3 Modelo de Declaração da Situação de Alerta/Contingência

Na sequência [referir o tipo de acidente grave ou catástrofe] registado [referência espaço-temporal] que originou [indicar as consequências], o Presidente da Câmara Municipal de Almeirim, nos termos do n.º 1, do artigo 13º da Lei n.º 80/2015, de 3 de agosto, declara a **Situação de Alerta**.

A presente declaração, que abrange uma área de aproximadamente [dimensão de área – ha/km²], correspondente [indicar a freguesia], produz efeitos imediatos e mantém-se válida por um período estimado de [indicar número de dias] dias, a contar da data de assinatura, sem prejuízo de prorrogação na medida do que a evolução da situação concreta o justificar.

Para os efeitos do disposto no artigo 14.º da Lei n.º 80/2015, foi determinado o acionamento do Centro de Coordenação Operacional Municipal de Almeirim, no sentido de assegurar a coordenação institucional das ações a desenvolver.

No decurso da presente Situação de Alerta, a estrutura de coordenação e controlo será assegurada pelo Centro de Coordenação Operacional Municipal de Almeirim, recorrendo aos meios disponíveis e previstos no PMEPC de Almeirim.

No teatro de operações, o comando é assumido pelo Comandante das Operações de Socorro (COS), o qual articulará com a CMPCA através dos mecanismos definidos no PMEPC de Almeirim.

A coordenação técnica e operacional dos serviços e agentes de Proteção Civil, bem como dos meios e recursos a utilizar obedecerá aos procedimentos definidos no PMEPC de Almeirim, documento onde se estabelecem as orientações relativas aos procedimentos de coordenação da intervenção das forças e serviços de segurança.

Sem prejuízo do disposto PMEMPA, adotam-se, ainda, as seguintes medidas.....

[especificar]

De acordo como disposto no n.º1 da Lei 80/2015, de 3 de agosto, todos os cidadãos e demais entidades privadas estão obrigados, na área abrangida, a prestar às autoridades de Proteção Civil a colaboração pessoal que lhes for requerida, respeitando as ordens e orientações que lhes forem dirigidas e correspondendo às respetivas solicitações. [...]

De acordo com o n.º 4 do artigo 14º, os meios de comunicação social, em particular as rádios e as televisões, encontram-se sujeitos ao dever especial de colaboração com a estrutura de coordenação, visando a divulgação das informações relevantes relativas à situação.

A presente declaração, bem como a sua prorrogação, alteração ou revogação, é publicada por Edital a ser afixado nos lugares de estilo. Será também assegurada a sua divulgação pública na página da internet do município (<http://www.cm-almeirim.pt/>).

O Presidente da Câmara Municipal de Almeirim

4 Lista de distribuição

4.1 Serviços de Proteção Civil

Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil (ANEPC)
ANEPC – Comando Distrital de Operações de Socorro de Santarém (CDOS de Santarém)
Câmara Municipal de Almeirim

4.2 Comissão Municipal de Proteção Civil (CMPC) de Almeirim

ANEPC – Comando Distrital de Operações de Socorro Santarém
Guarda Nacional Republicana - Posto Territorial de Almeirim
Bombeiros Voluntários de Almeirim
ACES Lezíria do Tejo
Autoridade de Saúde do Município
Unidade local do Serviço de Segurança Social
Associação dos Agricultores da Charneca (ACHAR)
Gabinete Técnico Florestal Intermunicipal
Junta de Freguesia de Almeirim
Junta de Freguesia de Fazendas de Almeirim
Junta de Freguesia de Glória do Ribatejo
Junta de Freguesia de Raposa
Águas do Ribatejo, EM, SA
Agrupamentos de Escuteiros do concelho
Tagusgás

4.3 Agentes de Proteção Civil

Corpo de Bombeiros	Bombeiros Voluntários de Almeirim
GNR	Posto Territorial de Almeirim
Sapadores Florestais	ACHAR – Associação dos Agricultores da Charneca

4.4 Organismos e Entidades de Apoio

IRN – Conservatória do Registo Civil de Almeirim
Delegação Regional de Santarém do SEF

ISS - Serviço Local de Almeirim
ACES Lezíria do Tejo
Agência Portuguesa do Ambiente (APA) CCDRLVT
EDP Distribuição
Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF)
Infraestruturas de Portugal, S.A. (IP, S.A.)
Representante das IPSS
AE Brisa
Águas do Ribatejo
CNE – Agrupamentos de Almeirim, Benfica do Ribatejo e Fazendas de Almeirim
Associação de Radioamadores do Ribatejo
Polícia Judiciária (PJ)
Instituto Nacional de Emergência Médica (INEM)
Instituto Nacional de Medicina Legal e Ciências Forenses, I.P. (INMLCF)
Ministério Público

Anexos

Anexo I – Cartografia de suporte às operações de emergência de Proteção Civil

Anexo II – Programa de medidas a implementar para a prevenção e mitigação dos riscos identificados e para a garantia da operacionalidade do Plano

Estratégias para a mitigação de riscos

As medidas de mitigação a definir devem ser abrangentes face aos riscos predominantes neste município, esforçando-se por alcançar objetivos múltiplos e definindo horizontes de tempo a longo prazo.

Mitigar o impacto das catástrofes, pressupõe o reconhecimento/ identificação dos perigos e áreas de suscetibilidade à ameaça, a identificação dos fatores que contribuem para as vulnerabilidades presentes, bem como a consideração da capacidade de adaptação que as comunidades vão desenvolvendo face às situações presentes, devendo esta compreender os mecanismos de resposta já implementados.

Todas as ações de mitigação de riscos, se sustentadas, tendem para a redução das vulnerabilidades presentes, detendo por isso o potencial de produzir benefícios repetidos ao longo do tempo, precavendo os impactos de futuras catástrofes.

As medidas de mitigação devem, por isso, estar previstas em todas as fases do ciclo da catástrofe podendo ser estruturais ou não estruturais, como são as estratégias de desenvolvimento propostas nos instrumentos de gestão territorial ou os programas de sensibilização/educação destinados à comunidade ou à sensibilização de decisores dos setores público e privado.

Neste sentido, e de modo a alcançarem-se estes objetivos identifica-se nos pontos que se seguem:

- Estratégias de carácter geral a serem implementadas por agentes de proteção civil e/ou entidades de apoio;
- Estratégias específicas para cada um dos principais riscos identificados no Ponto 5.1 incluindo os instrumentos legais atualmente em vigor.

Estratégias gerais

No âmbito da definição de estratégias para mitigação dos efeitos associados a acidentes graves ou catástrofes, torna-se útil clarificar aquelas que, ao serem implementadas, apresentam um efeito benéfico transversal a vários tipos de eventos.

Importa ter em conta nas estratégias de mitigação de carácter geral:

- As que decorrem da lei de bases de proteção civil¹³, como são o direito à informação e formação dos cidadãos, de acordo com a qual os cidadãos têm direito à informação sobre os riscos a que estão sujeitos, bem como sobre as medidas adotadas e a adotar de modo a minimizar os efeitos de acidente grave ou catástrofe. Esta estratégia pode incluir na sua implementação, o desenvolvimento de ações de informação/ sensibilização destinadas à população em geral, mas também às instituições públicas e privadas, consciencializando-as das responsabilidades que recaem sobre elas;
- As ações tendentes à atualização das bases de dados de ocorrências para uma permanente atualização dos níveis de risco e das áreas de suscetibilidade bem como à

¹³ N.º 1 e 2 do artigo 7.º da Lei n.º 27/2006, de 3 de julho.

manutenção do inventário atualizado de meios materiais e humanos que poderão ser ativados em caso de emergência;

- A articulação com os instrumentos de gestão territorial, complementando as estratégias ali definidas para a diminuição das vulnerabilidades e para a minimização dos riscos identificados;
- A promoção da realização de exercícios nos diferentes níveis;
- A maximização da eficiência das ações de socorro promovendo a realização de planos de emergência (especiais) concisos e centrados nas componentes operacionais (potenciar a eficiente gestão de recursos disponíveis);

Estratégias específicas

Para além da definição de estratégias de carácter geral, úteis para a maximização da eficácia e eficiência de um elevado número de ações transversais a vários tipos de risco, considera-se ser de toda a utilidade organizar e especificar estratégias de mitigação para os principais tipos de risco que poderão afetar o território nacional, bem como indicar os instrumentos legais que concorrem para a mitigação das suas consequências.

Nas tabelas seguintes identificam-se as estratégias de mitigação específicas para cada risco.

Riscos de origem natural

Tabela 38 - Estratégias de mitigação para ondas de calor

Ondas de calor
Realizar, com especial incidência no cento de saúde e estabelecimentos de apoio a idosos e crianças, campanhas de sensibilização imediatamente antes e durante o verão, alertando para os riscos associados às ondas de calor e procedimentos a serem adotados pela população em geral e pela população mais sensível.

Tabela 39 - Estratégias de mitigação para ondas de frio

Ondas de frio
Realizar, com especial incidência nas épocas de frio, campanhas de sensibilização de melhoramento das condições de isolamento dos edifícios.
Garantir o acompanhamento da população sem-abrigo de modo a conhecer a sua localização e divulgar procedimentos a seguir.
Promover ações de proximidade que possam constituir apoio em especial às populações idosas e comunidades isoladas.
Realizar campanhas de sensibilização indicando medidas a serem adotadas e alertando para a importância da população estar atenta aos avisos divulgados pelo Instituto Português do Mar e da Atmosfera.

Tabela 40 - Estratégias de mitigação para seca

Seca
Definir procedimentos de controlo da quantidade de água consumida, como por exemplo corte de água em períodos específicos do dia, medidas a serem adotadas/difundidas pela população, etc.
<p>Ao nível da legislação, realça-se:</p> <ul style="list-style-type: none">• Lei n.º 58/2005, de 29 de dezembro - Lei da Água, a qual define medidas de proteção contra secas, nomeadamente (artigo 41.º) programas de intervenção e prioridades de abastecimento;• Decreto-Lei n.º 208/2008, de 28 de outubro - Estabelece o regime de proteção das águas subterrâneas contra a poluição e deterioração; <p>Decreto-Lei n.º 107/2009, de 15 de maio - Regime de Proteção das Albufeiras de Águas Públicas de Serviço Público e das Lagoas ou Lagos de Águas Públicas.</p>

Tabela 41 - Estratégias de mitigação para cheias e inundações

Cheias e inundações
Assegurar a articulação do Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de Santarém com o Plano Especial de Emergência para Cheias na Bacia do Tejo.
Realizar ações de sensibilização nas zonas de elevada suscetibilidade, tendo em vista difundir os procedimentos que deverão ser adotados pela população após receção de avisos por parte da proteção civil.
Realizar ações de sensibilização junto das populações para o reconhecimento dos sinais de aviso.
Avaliar a necessidade de ter em reserva (ou definidos locais de fácil abastecimento) meios de reforço de infraestruturas e de contenção das margens dos cursos de água mais suscetíveis como sejam, por exemplo, sacos de areia.

Tabela 42 - Estratégias de mitigação para sismos

Sismos
Sensibilizar os promotores para a importância de que todas as edificações cumpram os regulamentos de dimensionamento para fazer face aos sismos, em particular quando se tratam de edifícios como os de agentes de proteção civil que deverão estar localizados em locais de baixa suscetibilidade e construídos com as adequadas técnicas construtivas.
Fazer cumprir as obrigações decorrentes da Resolução da Assembleia da República n.º 102/2010, de 11 de agosto de 2010 - Adoção de medidas para reduzir os riscos sísmicos.
Realizar ações de sensibilização tendo em vista a divulgação dos comportamentos de autoproteção a serem adotados em caso de sismo.
Adequar o plano diretor municipal ao nível da introdução de condicionantes de uso do solo nas zonas definidas como de elevada suscetibilidade sísmica.
Realizar simulacros em cada freguesia, envolvendo todos os agentes de proteção civil e entidades de apoio.
Ter previstos planos prévios de intervenção que incluam: <ul style="list-style-type: none">• Procedimentos a serem adotados pelas escolas e lares de terceira idade que se encontrem em zonas suscetíveis;• Procedimentos de deslocação da população mais vulnerável (jovens e idosos) e entidades responsáveis pela mesma;• Constituição de várias equipas de avaliação de estabilidade de infraestruturas a ativar em caso de necessidade;• Procedimentos de estabilização de infraestruturas em risco de colapso e meios materiais e humanos disponíveis para a sua implementação.

Riscos tecnológicos

Tabela 43 - Estratégias de mitigação para acidentes rodoviários

Acidentes rodoviários
Garantir a atualização de forma continuada da base de dados relativa a acidentes rodoviários, a qual deverá compreender as coordenadas dos acidentes ocorridos e informação complementar relativa à tipologia do acidente, ao número de vítimas envolvidas e ao tipo de veículos envolvido.
Promover a melhoria contínua dos processos de avaliação das causas dos acidentes de modo a identificar com rigor as áreas onde se deverá atuar prioritariamente (quais os comportamentos mais perigosos, características das vias a alterar/evitar, etc.)
Identificar as vias com maior suscetibilidade à ocorrência de acidentes, diferenciando-as de acordo com a tipologia de acidente/vítimas.
Realizar exercícios e analisar a sua eficácia e eficiência, identificando constrangimentos operacionais.
Garantir a articulação e a interoperabilidade de dados e processos entre as diferentes entidades envolvidas na prevenção e socorro de forma a consolidar a obtenção de dados a médio e longo prazo.

Tabela 44 - Estratégias de mitigação para acidentes aéreos

Acidentes aéreos
Garantir a atualização de forma continuada da base de dados relativa a acidentes aéreos, a qual deverá compreender, para além das causas e consequências dos acidentes, as coordenadas da queda das aeronaves.

Tabela 45 - Estratégias de mitigação para transporte de mercadorias perigosas

Transporte terrestre de mercadorias perigosas
Garantir a atualização de forma continuada da base de dados relativa a acidentes no transporte terrestre de mercadorias perigosas por rodovia, a qual deverá compreender,

Transporte terrestre de mercadorias perigosas
para além das causas e consequências dos acidentes, as coordenadas geográficas dos mesmos.
Promover ações de formação relativamente aos procedimentos a serem adotados em caso de acidente envolvendo diferentes tipos de matérias perigosas.
Realizar periodicamente exercícios relativos a acidentes no transporte terrestre de mercadorias perigosas.
<p>Garantir o cumprimento da legislação relativa a:</p> <p>Decreto-Lei n.º 41-A/2010, de 29 de abril, alterado pelo Decreto-Lei 246-A/2015, de 21 de outubro - Aprova o regulamento do transporte terrestre, rodoviário e ferroviário, de mercadorias perigosas, transpondo para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 2006/90/CE, da Comissão, de 3 de novembro, e a Diretiva n.º 2014/103/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 21 de novembro;</p> <p>Lei n.º 58/2005, de 29 de dezembro - Lei da Água, a qual define medidas de proteção contra acidentes graves de poluição, nomeadamente (artigo 42.º) medidas e informação a incluir nos planos de recursos hídricos.</p>

Tabela 46 - Estratégias de mitigação para incêndios urbanos

Incêndios urbanos
Estimular a realização de exercícios relativos a estratégias de combate a incêndios em edifícios (de diferentes tipologias) e sua evacuação.
Realizar exercícios tendo em vista a avaliação do tempo decorrido entre o alerta e o controlo do teatro de operações, bem como da eficácia das operações a implementar.
Garantir o cumprimento da legislação em vigor, nomeadamente o Decreto-Lei n.º 224/2015, de 09 de outubro, que estabelece o Regime Jurídico da Segurança Contra Incêndio em Edifícios, e a Portaria n.º 1532/2008, de 29 de dezembro, que aprova o Regulamento Técnico de Segurança contra Incêndio em Edifícios.

Tabela 47 - Estratégias de mitigação para colapso de pontes e viadutos

Colapso de pontes e viadutos
Promover a avaliação periódica da estabilidade estrutural de pontes e viadutos.
Garantir o cumprimento da legislação em vigor, nomeadamente: <ul style="list-style-type: none"> Decreto-Lei n.º 235/83, de 31 de maio, relativo ao Regulamento de Segurança e Ações para estruturas de edifícios e pontes;

Tabela 48 - Estratégias de mitigação para colapso de edifícios de utilização coletiva

Colapso de edifícios de utilização coletiva
Organizar, exercícios envolvendo a evacuação dos edifícios de utilização coletiva.
Verificar as medidas de autoproteção destes edifícios (de acordo o Decreto-Lei n.º 224/2015, de 09 de outubro, e a Portaria n.º 1532/2008, de 29 de dezembro).

Tabela 49 - Estratégias de mitigação para emergências radiológicas

Emergências radiológicas
Ao nível da legislação em vigor importará fazer cumprir o previsto no Decreto-Lei n.º 174/2002, de 25 de julho, que estabelece as regras aplicáveis à intervenção em caso de emergência radiológica, fixando as normas de base de segurança relativas à proteção sanitária da população e dos trabalhadores contra os perigos resultantes das radiações ionizantes. Esta legislação define, em matéria de mitigação do risco, a criação de uma rede de vigilância e alerta, as entidades responsáveis pela informação à população e a necessidade de se produzirem planos de emergência internos e externos.

Riscos mistos

Tabela 50 - Estratégias de mitigação para incêndios rurais

Incêndios rurais
Garantir a articulação entre o Plano Intermunicipal da Defesa da Floresta Contra Incêndios e o Plano Distrital de Defesa da Floresta Contra Incêndios.
Planear a gestão de faixas de combustível.

Incêndios rurais	
	Melhorar a eficácia do rescaldo e vigilância pós rescaldo.
	Melhorar os meios de planeamento, previsão e apoio à decisão.
	Melhorar as infraestruturas e logística de suporte à DFCI.
	Recuperar e reabilitar os ecossistemas.